

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPIN
INSTITUTO DE ECONOMIA**



1290002819



TCC/UNICAMP F412o

ALBERTO NOGUEIRA FERRAREZI

CEDOC/IE

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CAMPINAS-SP
Participação popular nas Finanças Públicas

CEDOC/IE

CAMPINAS
2005

TCC/UNICAMP
F412o
IE/2819

Orçamento participativo - Campinas (SP)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

ALBERTO NOGUEIRA FERRAREZI

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CAMPINAS-SP
Participação popular nas Finanças Públicas**

Monografia apresentada ao
Instituto de Economia da
UNICAMP, para a obtenção do
título de Bacharel em Economia,
sob a orientação do Prof^o Dr^o
Francisco Luiz Cazeiro Lopreato

**CAMPINAS
2005**

AGRADECIMENTOS

Ao Prof^o Dr Francisco Luiz Cazeiro Lopreato, pela prontidão a qual aceitou orientar meu projeto, pela pronta atenção dada em todos os momentos em que tive dúvidas e confusões sobre o trabalho, além das preciosas correções e intervenções, que tornam sua orientação competente e atenciosa.

A Prof^a Dr^a. Daniela Magalhães Prates pela ajuda inicial com meus projetos, pelas correções técnicas, pelas idéias sugeridas e pela compreensão na época de definição dos temas e dos projetos, mesmo não sendo especialista em Finanças Públicas.

A Coordenação da Participação Popular e do Orçamento Participativo da Prefeitura de Campinas, pela prontidão em atender meus constantes pedidos de informações, materiais, entrevistas e conversas informais.

Aos meus antigos gestores de estágio da Secretaria Municipal de Finanças de Campinas e a minha amiga Joana, pelo incentivo, força, materiais e informações dadas para a preparação do projeto final da monografia.

E finalmente, a minha família e minha namorada Aline, por estar ao meu lado, me incentivando, em todos esse anos de faculdade, seja nos momentos bons ou mais difíceis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
HISTÓRICO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO DE CAMPINAS A PARTIR DA DÉCADA DE 80.....	9
1.1 - Cenário nacional pós Constituição de 1988.....	9
1.2 – Composição e fragilidades das finanças de Campinas.....	11
CAPÍTULO II	
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: REPENSANDO O ORÇAMENTO PÚBLICO.....	20
2.1 – Conceitos e funcionamento do Orçamento Público.....	20
2.2 – Orçamento Participativo: definições e objetivos.....	25
2.3 – Uma experiência funcional de OP: município de Porto Alegre.....	28
2.3.1 – Histórico.....	28
2.3.2 - Funcionamento Geral.....	29
2.3.3 - A escolha das Prioridades Temáticas das Regiões.....	29
2.3.4 - Critérios Gerais para Distribuição de Recursos entre Regiões e Temáticas.....	32
2.3.5 – As contribuições do modelo de OP de Porto Alegre.....	33
2.4 – Organização e fortalecimento do Orçamento Participativo em Campinas.....	35
2.4.1 - O início da proposta do Orçamento Participativo: uma introdução à organização.....	37
2.4.2 - O Conselho Municipal do Orçamento Participativo.....	39
2.4.3 - A dinâmica orçamentária.....	40
2.4.4 - Orçamento Participativo em Campinas no ano de 2004.....	41
CAPÍTULO III	
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CAMPINAS: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES.....	45
3.1 – Impactos Econômicos do Orçamento Participativo-Campinas.....	46
3.2 – As questões políticas que envolvem o funcionamento do Orçamento Participativo em Campinas.....	51

3.2.1 – Participação Popular.....	51
3.2.2 – Relação com o Executivo e com a Câmara de Vereadores.....	56
3.3 – Aspectos geográficos do Orçamento Participativo-Campinas.....	60
3.3.1 - <i>A divisão geográfica de Campinas e características dessas regiões</i>	60
3.3.2 – <i>As demandas do OP-Campinas – distribuição pelas Administrações Regionais</i>	64
3.4 – O Resgate da Cidadania através do Orçamento Participativo.....	67
3.5 – Um balanço preliminar.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXOS	77

RESUMO

O tema da participação popular nas decisões sobre o Orçamento Público (o chamado Orçamento Participativo) é recente e ainda pouco estudado. Ele é consequência de mudanças na economia brasileira nas décadas de oitenta e noventa e na estrutura federativa do Brasil, em especial no âmbito financeiro, após a Constituição de 1988 ser outorgada. Isso porque após esse processo, principalmente os grandes municípios brasileiros passaram a enfrentar graves dificuldades financeiras, seja com as despesas com dívidas, seja com a dificuldade de aumento das receitas, gerando um crescente déficit social. A respeito dessas considerações, a implementação do Orçamento Participativo por um número crescente de prefeituras no Brasil nos chama a atenção e nos faz pensar sobre seus limites e potencialidades. Dentro deste tema, Campinas-SP se destaca por estar inserida neste cenário e figurar entre uma das maiores cidades do país a adotar o sistema do Orçamento Participativo. Dessa forma, essa monografia teve como objetivo investigar até que ponto o Orçamento Participativo melhora de fato as condições de vida da população e aumenta a eficiência no uso dos escassos recursos públicos destinados aos investimentos. Quando analisados os resultados sociais, políticos e econômicos apresentados até o ano de 2005 pelo programa, verificou-se que apesar de mostrar algumas graves fragilidades, como em sua metodologia, o Orçamento Participativo apresenta-se como uma maneira eficaz de reinserir os segmentos e classes sociais historicamente excluídos aos debates municipais importantes e assim resgatar aos poucos a cidadania dessa parcela da população, e de inverter prioridades de investimentos públicos.

Palavras-chaves:

Orçamento Participativo, Investimento, Participação social, Estado, Cidadania, Inversão de Prioridades

Introdução

O Orçamento Público é um campo das Finanças Públicas que trata da despesa e da renda do setor público, bem como da coordenação entre ambas. Trata-se da previsão das quantias monetárias que, num período determinado, devem entrar e sair dos cofres de determinada esfera pública. É, também, um instrumento de planejamento e controle dos recursos financeiros dos governos que visa assegurar seu melhor uso e transparência.

A definição do orçamento é importante para o destino de todas as esferas de governo. Ele é feito na forma de uma lei, que controlará a administração do dinheiro público. O Projeto de Lei Orçamentária é elaborado, no plano municipal, pelo prefeito e seus secretários e deve ser entregue por eles aos vereadores até o dia 30 de setembro de cada ano. Chegando à Câmara, o projeto é discutido pelos vereadores, que elaboram emendas, alterações e finalmente votam o projeto até 31 de dezembro, que em seguida é sancionado pelo poder executivo, transformando-se, então, na Lei Orçamentária Anual da Prefeitura (LOA).

Esse processo demonstra modificações em algumas experiências municipais, com o aumento da participação popular na elaboração do orçamento através da implantação do Orçamento Participativo (OP), realizada por alguns governos municipais a partir de 1989 em Porto Alegre (RS) e seguido por Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Governador Valadares (MG), Fortaleza (CE), São José dos Campos (SP) e outras. Seguindo o exemplo desses municípios, o Partido dos Trabalhadores (PT) liderado pelo então prefeito recém eleito Toninho, implantou em Campinas o novo sistema em 2001, ou seja, o orçamento de 2002 foi realizado com a participação da população campineira, que passou a decidir sobre a alocação de 100% dos recursos do Orçamento destinados a investimento. O Orçamento Participativo já era encontrado no Programa de Governo apresentado pelo partido nas campanhas eleitorais, e foi visto pela população como grande trunfo do PT sobre as outras propostas de outros candidatos, já que se propunha a colocar novamente a camada social mais necessitada de volta às discussões e às prioridades políticas do governo.

O motivo que me levou a mostrar nessa monografia a origem, a implantação e os resultados apresentados pelo Orçamento Participativo especificamente em Campinas-SP foi o fato de eu ter trabalhado durante um ano na Secretaria de Finanças da prefeitura de Campinas-SP e convivido especificamente com a elaboração do Orçamento Público de 2005, atividade que incluiu acompanhar todo o processo de decisões do Conselho do Orçamento Participativo quanto à parcela destinada aos investimentos. Acompanhar esse processo e mais, estar envolvido, me despertou a curiosidade de

estudar mais sobre o assunto e fazer algumas reflexões sobre as potencialidades e os limites do sistema democrático-participativo em Campinas-SP.

Para isso, estruturei o trabalho em três grandes partes que se complementam e abrangem um grande número de temas. A seqüência dos capítulos segue, em parte, um critério prático. Primeiramente, expliquei o cenário que levou a idéia do Orçamento Participativo a ganhar força no município, envolvendo desde as causas de origem política – Constituição de 1988 – até as de origem econômica – endividamento público municipal crescente. No capítulo 1, ainda explico o que é e qual é a composição do Orçamento Público municipal, para que se possa entender onde entra o Orçamento Participativo nesse processo.

No segundo capítulo, utilizando uma bibliografia específica sobre o OP, me propus a descrever todo o funcionamento e a metodologia do processo, de forma completa, incluindo mudanças na metodologia que aconteceram nos anos de execução do OP em Campinas. Ainda nesse capítulo, destaco as características de uma experiência de muito sucesso do programa, no município de Porto Alegre (RS), onde o objetivo do OP de se enraizar na prática cotidiana da cidadania da população foi cumprido.

No capítulo 3, último deles, me propus a fazer uma análise dos resultados obtidos nos primeiros anos do OP-Campinas (2002 a 2005). Apesar dos dados fornecidos pela Coordenadoria da Participação Popular e do Orçamento Participativo e pela Secretaria de Finanças de Campinas serem um pouco confusos e escassos, procurei trabalhar com essas informações e com outras obtidas através de conversas e entrevistas com Conselheiros do OP, coordenadores do programa participativo e pessoas ligadas à Secretaria de Finanças de Campinas. A complexidade do tema me fez dividir a análise em quatro grandes seções, referentes a aspectos do OP: política, econômica, geográfica e filosófica. Dentro de cada seção, são desenvolvidos temas específicos a cada uma, considerados relevantes para uma análise eficiente dos limites e das potencialidades demonstrados pelo programa participativo no período analisado.

Dessa maneira, termino o trabalho com uma conclusão baseada nas informações colocadas ao longo dos capítulos e na minha visão pessoal, adquirida no tempo em que estive trabalhando na Prefeitura de Campinas e pesquisando sobre o tema junto às lideranças governistas e à população participante.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO DE CAMPINAS A PARTIR DA DÉCADA DE 80

1.1 – Cenário nacional pós Constituição de 1988

A Constituição de 1988 foi um momento culminante no processo de descentralização das receitas tributárias e dos encargos federais. É importante, inicialmente, destacar esse processo nesse trabalho devido aos seus impactos diretos sobre as finanças dos municípios brasileiros, principalmente sobre os mais endividados, como Campinas. Dessa forma, procuro salientar o desafio que se coloca para os gestores municipais, com a atual estrutura tributária, para melhorar as contas públicas sem colocar em xeque a capacidade dos municípios responderem à crescente demanda de gastos, principalmente na área social. Como afirmam Lopreato e Paiva (2001),

A elaboração de uma nova Constituição, após longos anos de regime militar, caracterizou-se por um forte apelo no sentido de ampliar as prerrogativas e a participação na receita tributária dos estados e municípios. O sentimento dominante associava democracia à descentralização e acreditava que o domínio dos recursos tributários pelos estados e municípios permitiria o resgate social da parcela da população brasileira alijada dos ganhos do desenvolvimento do período militar. (p. 2)

O novo cenário aumentou as responsabilidades dos governos municipais no que tange à arrecadação de impostos e utilização desses recursos (a arrecadação de muitos impostos e a utilização dessas receitas passaram à responsabilidade dos municípios), e a população passou a depender cada vez mais da capacidade financeira desses em atender as demandas sociais crescentes no país. Ao mesmo tempo, o governo federal reagiu às mudanças tributárias colocadas pela nova Constituição e adotou um conjunto de medidas que visavam recuperar parte das receitas tributárias perdidas com a descentralização fiscal. Essas medidas se concentraram basicamente em ampliar a carga tributária não compartilhada com estados e municípios e em ações que ficaram conhecidas como “operação desmonte”.

De acordo com os dados do Tesouro Nacional, no ano de 2000, a arrecadação das contribuições sociais e econômicas teve um peso decisivo na receita federal, respondendo por 55% da Receita Corrente. Em 2004, esse número passou a 60% da Receita Corrente, elevando a participação da União

no valor da arrecadação bruta nacional. Com isso, pode-se constatar como o aumento da arrecadação própria, principalmente através das contribuições, foi uma das formas de reação do Governo Federal.

Já o processo conhecido como “operação desmonte” consistiu na descentralização de encargos promovida pela União após a Constituição de 1988. O governo federal, para reagir aos benefícios tributários trazidos pela descentralização aos municípios, promoveu o fim de muitos fundos que não constavam como obrigatórios na Constituição, assim como convênios com estados e municípios, muito comuns nas décadas de 70 e 80 no país, que tinham utilização pré-fixada.

A situação dos municípios, então, tornou-se complexa, pois, enquanto o processo de descentralização fiscal não se mostrou totalmente na prática, já que a União reagiu rapidamente com a criação de contribuições sociais e o desmonte de fundos e convênios, levando a uma fragilidade financeira dos municípios para atender as crescentes demandas sociais, as responsabilidades dos mesmos aumentaram muito, gerando uma situação conflituosa na federação. Essa situação é mais evidente nos grandes centros urbanos, como Campinas, onde se encontra grande parte da população brasileira carente de investimentos públicos.

Como agravantes, deve-se somar ao fato, o baixo crescimento do PIB a partir da segunda metade da década de 80 no país, que prejudicou o crescimento das receitas municipais, principalmente das transferências constitucionais, as altas taxas de juros na década de 90, que provocaram um aumento sensível do serviço da dívida municipal. (esse tema, em especial, será melhor discutido ainda nesse capítulo), e principalmente a partir de 1997, uma forte paralisação dos gastos sociais, devido, principalmente, à obrigatoriedade imposta pelo governo federal de reduções de gastos públicos, vinda dos acordos do governo federal com o FMI referentes à formação constante de superávits primários e ao aumento incontrolado da dívida, gerando problemas de solvência da dívida pública.

Para as cidades como Campinas, tornou-se imprescindível o aumento da capacidade financeira de gerar novos investimentos. Para isso, as receitas provenientes de recursos próprios com relação aos recursos oriundos de repasses federais e estaduais teriam que aumentar, uma vez que os recursos destinados a investimentos são aqueles oriundos da receita própria do município e do Fundo de Participação Municipal¹, que são livres, visto que, os repasses federais e estaduais são, em sua grande maioria, recursos com destino vinculado a convênios e fundos sociais. Somado a isso, sob o aspecto das despesas, a redução de gastos com pessoal, dívidas e contratos com empresas prestadoras de

¹ “Parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, (...), Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.” (www.stn.fazenda.gov.br)

serviço tornaram-se muito visadas pelas administrações como objetos para aumento da capacidade de investimento dos municípios.

No final da década de 90, a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe suas contribuições para esse cenário. Resumidamente, segundo cartilha do site do Ministério do Planejamento,

A Lei fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e ainda determina que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Além disso, segundo a LRF, nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes. Isso faz com que o governante consiga sempre pagar despesas, sem comprometer o orçamento ou orçamentos futuros.

Segundo a Lei nº 101, o Executivo Municipal não pode gastar mais que 54% do orçamento com o funcionalismo, ou seja, com o quadro de funcionários, além de estabelecer limites para o endividamento público dentro de um mandato político. Tais limites são definidos como percentuais das receitas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Município e se o governante verificar que ultrapassou os limites de endividamento, tem que tomar providências para se enquadrar, dentro do prazo de doze meses, reduzindo o excesso em pelo menos 25%, nos primeiros quatro meses. Mas, se depois disso, continuarem a existir excessos, a administração pública ficará impedida de contratar novas operações de crédito. Esses aspectos da Lei acabam atuando como inibidores de novos gastos com investimento na esfera municipal através da contração empréstimos, trazendo mais importância ainda à arrecadação própria do município.

Mesmo com todo esse quadro descrito anteriormente, ao final da década de 90, as receitas municipais voltaram a ganhar importância diante das receitas dos Estados e da União, mostrando uma tímida recuperação. Como mostram os dados retirados do site da Receita Federal, em 1994, a participação dos municípios na arrecadação tributária bruta nacional era de 3,2% (0,95% do PIB), enquanto em 2004, essa participação subiu para 4,2%, correspondendo a 1,52% do PIB.

Essa recuperação da participação dos municípios se originou das ações feitas pelos municípios que, mesmo beneficiados pela Constituição de 1988, viram a União reagir e tomar conta de grande parte da receita nacional nos anos seguintes. Muitos, como Campinas, passaram a adotar medidas que aumentassem as receitas próprias e reduzissem o quadro deficitário. No próximo item, vou discutir como isso foi feito em Campinas, de acordo com a importância e a flexibilidade de aumento de cada parcela da receita municipal.

1.2– Composição e Fragilidades nas Finanças de Campinas

O propósito dessa parte do trabalho é mostrar como se abriram o espaço econômico, político e social para a idéia de um orçamento democrático no município de Campinas. Para isso, deve-se ressaltar que a situação da cidade não foi diferente dos outros grandes municípios da Federação. As conseqüências das reações da União à descentralização fiscal imposta pela Constituição de 1988, das características macroeconômicas de toda à década de 90, principalmente ao que tange as altas taxas de juros do Plano Real², da Lei de Responsabilidade Fiscal e das administrações da cidade, que deixaram dívidas milionárias, impediram que o cenário de pequena recuperação das receitas municipais próprias no início do século XXI se mostrasse ainda mais forte.

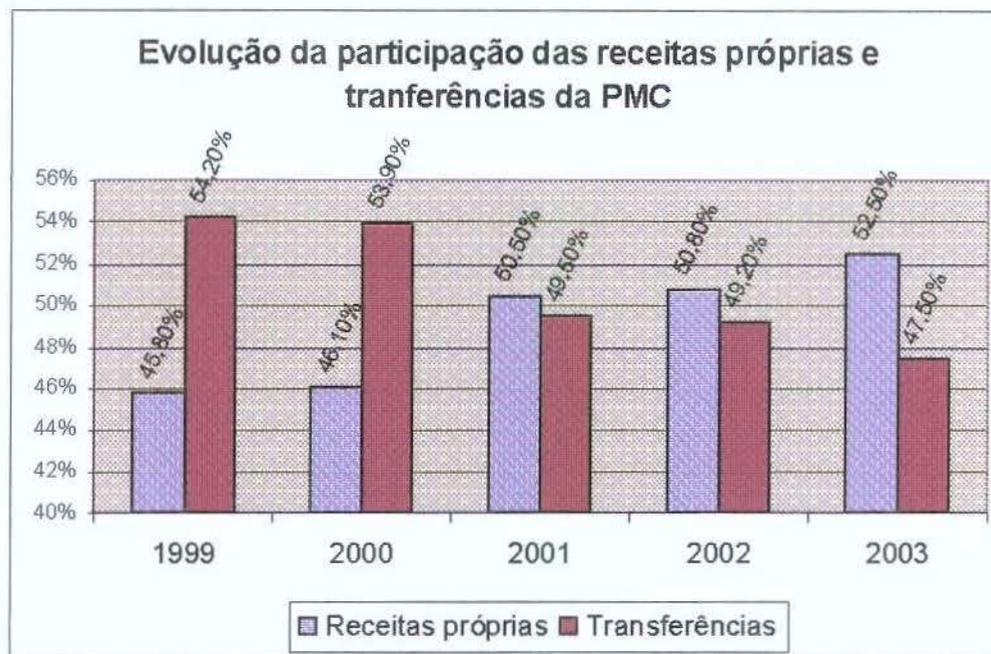
As duas grandes fontes de recursos financeiros para a Receita Municipal são as Receitas próprias, que são as taxas, impostos e outros recursos que a prefeitura tem a responsabilidade exclusiva de cobrar e decidir como cobrar, e os repasses de verbas, que são os recursos que vêm do governo estadual e do governo federal. Entender a origem das receitas da esfera municipal torna-se importante nessa análise, pois, juntamente com o comprometimento das despesas com dívidas, juros e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é fator chave para se entender as dificuldades financeiras enfrentadas por Campinas, principalmente a partir do final da década de 80.

Primeiro, é de grande importância o fato de que Campinas apenas conseguiu ter mais que 50% de seus recursos disponíveis gerados dentro da própria cidade no ano de 2002. Desde o início do processo de descentralização, já explicado anteriormente, isso não ocorria. No ano de 2000, os repasses dos governos Federal e Estadual representavam 53% da receita total da cidade. Apenas em 2002 esse número passou a ser de 49% e, conseqüentemente, os recursos próprios passaram a 51% do total³ (Graf. 1). Digo que isso é importante, pois apenas em um cenário em que as receitas passassem a se recuperar e os recursos próprios voltassem a ser maiores que os repasses na composição da receita municipal, é que a capacidade de investimento do município teria a oportunidade de crescer e permitir ações mais efetivas da prefeitura junto às demandas sociais crescentes na década de 90 em Campinas, uma vez que a flexibilidade das decisões de gasto são maiores para recursos próprios e não se pode esperar uma expansão significativa das transferências estaduais e federais.

² As altas taxas de juros na década de 90 tiveram impacto relevante para o aumento da dívida pública que, em grande parte, é indexada à taxa Selic, determinada pelo Banco Central do Brasil.

³ Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Finanças

Gráfico 1



Fonte: Departamento de Contabilidade e Orçamento. Secretaria de Finanças da PMC

As Receitas Próprias

As fatias que formam a Receita Própria têm seguido a mesma proporção ao longo dos anos de recuperação das finanças próprias de Campinas. As fatias menores, que representam aproximadamente 15% da receita total, são a dívida ativa, as taxas e contribuições e o ITBI (Imposto sobre Transmissão de bens Intervivos). As duas fatias maiores, responsáveis por aproximadamente 33% da receita total de Campinas, são o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). (Graf. 2)⁴

A dívida ativa é a receita prevista para pelo Orçamento referente ao pagamento de devedores de impostos. Todo ano, parte da receita municipal tem origem do pagamento de dívidas antigas referentes a impostos municipais. Nos anos de 2003 e 2004, essa receita representou cerca de 5% da receita total. As taxas e contribuições, que representam 8% do total, são taxas que a prefeitura cobra por serviços como coleta de lixo e limpeza pública. Os recursos provenientes das taxas, por lei, só podem ser utilizados para pagar as despesas com os serviços a que se referem. Por exemplo, a receita com a taxa de lixo só pode ser destinada para cobrir os gastos com serviços de coleta de lixo da cidade, e assim por diante. Dessa maneira, apesar de ter certa importância na receita total, as taxas e contribuições têm

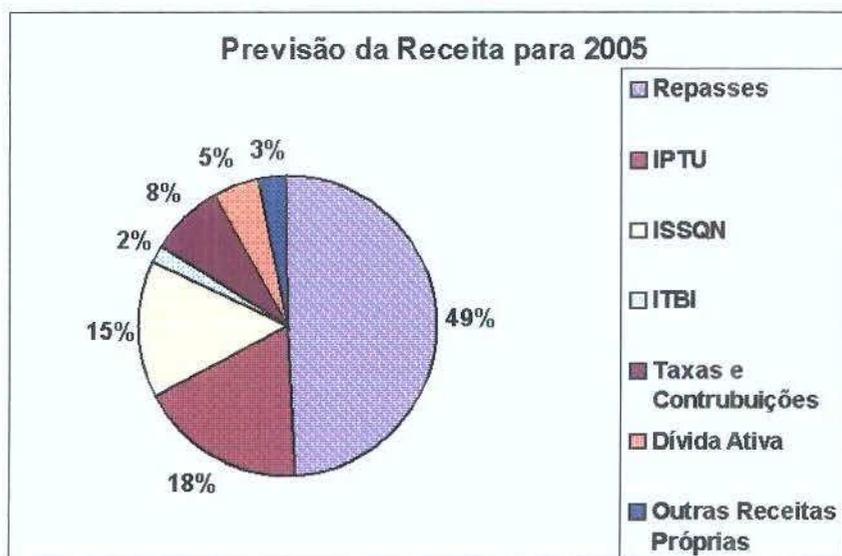
⁴ “Para entender as Finanças de Campinas” – Secretaria Municipal de Finanças

utilização restrita e direcionada. Por fim, o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos), que é o imposto cobrado sobre a compra e venda de imóveis em Campinas, representa cerca de 2% da receita total.

O IPTU é um imposto municipal que tem suas particularidades, principalmente por representar sempre uma grande parcela dos recursos próprios da cidade (aproximadamente 18%), ou seja, ele é de grande importância para as finanças municipais. Adotar medidas que otimizam a arrecadação do IPTU tem sido uma alternativa muito utilizada pelas prefeituras das grandes cidades brasileiras. O IPTU é o imposto sobre a propriedade de imóveis e terrenos na cidade. Alguns fatores influem diretamente sobre o preço cobrado: tamanho do terreno, valor do imóvel, área construída, qualidade do acabamento do imóvel, aumento da área construída e localização. Já o ISSQN é o imposto cobrado sobre serviços prestados por pessoas físicas ou jurídicas dentro do município de Campinas e representa, nos últimos anos, cerca de 15% da receita total. De acordo com a Lei Complementar Federal, a alíquota máxima do ISSQN é de 5% (cinco por cento) sobre o valor do serviço. Em Campinas, a cobrança desse imposto também foi alvo de manobras para o aumento das receitas próprias. Adotou-se a alíquota máxima para serviços que geram faturamento maior, por exemplo.

Dessa maneira, podemos ver que os impostos que dão maior margem para o aumento da receita própria são o IPTU e o ISSQN. Pequenas mudanças na sua arrecadação trazem grandes efeitos para a receita municipal. Por isso eles se tornaram alvo das administrações recentes de Campinas que visam o crescimento da receita própria disponível, como veremos no final desse capítulo.

Gráfico 2



Fonte: Diário Oficial de Campinas (30 de dezembro de 2004)

Os repasses Federais e Estaduais

A outra parte que compõe a Receita Total do município é formada, como já dito, pelos repasses Federais e Estaduais. Essa parcela, segundo a Secretaria Municipal de Finanças de Campinas, correspondeu em 2003 e 2004 a 49% da receita total.

Todos os anos, o governo estadual e o governo federal repassam para Campinas uma parcela dos impostos que essas esferas arrecadam na cidade. Segundo o ex-Secretário de Finanças de Campinas, Luis Carlos Fernandes Afonso, as leis federais e estaduais que determinam a porcentagem dos recursos que devem voltar aos cofres municipais atendem mais aos interesses dos governos federal e estadual do que os interesses dos municípios.

Os principais repasses do Governo Federal são provindos do Imposto de Renda, que é retido na fonte pela prefeitura quando ela paga o salário dos funcionários municipais e os serviços prestados por empresas, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que são transferências obrigatórias e livres em relação ao seu uso, e dos Convênios, que são verbas que entram nos cofres municipais com destino específico e pré-determinado. Nesses Convênios, o município arca com parte do custo e pode contar com a participação federal para a outra parte. Por exemplo, a merenda das escolas municipais de ensino fundamental. Cada merenda custa R\$ 0,40 em média. A prefeitura de Campinas entra com R\$ 0,27 e o governo federal complementa, através de um Convênio, com os R\$ 0,13 faltantes.

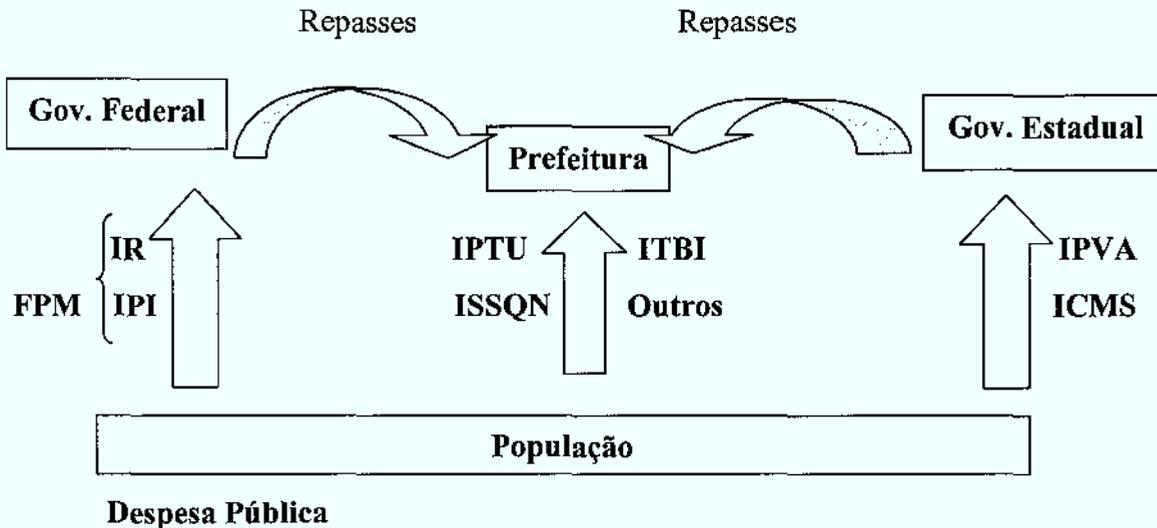
Dentre os Repasses Estaduais, é importante destacar os provindos da arrecadação estadual do IPVA e do ICMS. Quanto ao IPVA (Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores), o governo estadual fica com metade do que arrecada com os veículos emplacados nas cidades, e envia a outra metade para os cofres municipais. Já o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tem 25% de seu montante repartido com os municípios do estado, como explica o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), relator da Comissão Especial da reforma Tributária, no jornal O Progresso,

Atualmente, os municípios têm direito a 25% da arrecadação do ICMS, que é um imposto estadual. A parcela do tributo é dividida pelas prefeituras de acordo com a movimentação econômica - se o município tem uma grande produção, venda de produtos e serviços ou se incorpora mais valor aos produtos tem maior parcela na distribuição dos recursos. O critério de divisão é conhecido por Valor Adicionado Fiscal- VAF. (s/d, s/p)

Segundo um estudo publicado pela administração do PT em Campinas entre os anos de 2001 e 2004, o município enfrenta dificuldades com esse repasse do ICMS, e por isso, essa publicação o considera injusto. Segundo a publicação “Para entender as Finanças de Campinas” (2003),

Campinas é a segunda cidade do estado em arrecadação de ICMS, só ficando atrás da capital, mas, na hora de ter de volta a sua fatia desse dinheiro, vai para o sexto lugar da fila. Campinas (que no ano de 2001 registrava uma população de 967 mil habitantes) recebeu R\$ 204 milhões de repasse de ICMS no ano de 2001. Paulínia⁵, que tem somente 41 mil habitantes, recebeu R\$ 170 milhões. Isso significa que Paulínia recebeu R\$ 4.081 por pessoa e Campinas somente R\$ 211,00 por habitante. (p.22)

O fluxograma a seguir, mostra de forma resumida todo o quadro descrito acima, sobre os repasses federais e estaduais.



A previsão de despesas da prefeitura é votada todo ano pela Câmara de Vereadores. O resultado chama-se Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela é proposta pela prefeitura, especificamente pelo Departamento de Contabilidade e Orçamento da Secretaria Municipal de Finanças e inclui uma previsão da arrecadação e das despesas da prefeitura para o ano seguinte. O tema específico sobre Orçamento será tratado com mais cuidado mais à frente, no capítulo 2.

A prefeitura tem três tipos de despesas que devem ser levadas em conta na preparação do orçamento: despesas de custeio, que são os gastos necessários para manter o funcionamento dos serviços públicos na cidade (salários, manutenção, material de consumo e serviços de terceiros), pagamentos de dívidas e encargos, e os investimentos. Dessa forma, só é possível ter uma capacidade importante de investimento se as despesas de custeio e as dívidas públicas municipais estão controladas.

Como explicado anteriormente, as despesas de custeio da prefeitura são limitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no que tange ao quadro de funcionários e às dívidas públicas. Assim, segundo a Constituição, além de, pelo menos 25% da receita dever ser empregada na educação

⁵ Cidade localizada na Região Metropolitana de Campinas, que recebe grande repasse do ICMS por causa das grandes refinarias de petróleo e grandes indústrias químicas, como a Rhodia, que ali se encontram.

e 15% na saúde, no máximo 54% deve ser destinado ao pagamento de funcionários. A LRF atua como inibidora das administrações que fazem com que os gastos públicos sejam maiores que as receitas e tem papel importante na definição do orçamento municipal.

Os investimentos são novas ações da prefeitura, que aumentam e melhoram as instalações públicas e os serviços prestados à população. São exemplos de investimentos, os gastos com ampliação de escolas, construção de praças, postos de saúde, entre outros. No ano de 2003, a parcela referente ao investimento em relação ao total de despesas foi de 6%, tendência que se mantém nos anos seguintes.⁶

O grande problema de Campinas encontra-se nas grandes dívidas contraídas por administrações municipais nas décadas de 80 e 90. Os gastos com juros e com amortização do principal, no ano de 2003, em Campinas, representaram um total de 10% das despesas municipais. Isso significa um gasto de aproximadamente R\$ 100 milhões no ano de 2003 apenas com encargos das dívidas públicas; um montante considerável para um município de grande população que tem muitas demandas sociais a atender e um gasto alto com despesas de custeio. Esse fato é determinante para a retração da capacidade de investimento em Campinas.

Segundo um estudo sobre as dívidas municipais feito pela administração do PT em 2002, de 1983 até 2002, a dívida de Campinas aumentou quase oito vezes. Passou de um valor de aproximadamente R\$ 190 milhões para mais de R\$ 1,5 bilhões. Além da irresponsabilidade administrativa das gestões que tomaram esses empréstimos, a política monetária e cambial adotada a partir do início da década de 90 pelo governo FHC tem sua parte de responsabilidade nesse aumento também. As altas taxas de juros adotadas desde o início do Plano Real em 1994 e a crise cambial do final da década de 90 fizeram com que as dívidas, quase todas indexadas à taxa Selic (juros) e às variações cambiais, aumentassem muito no país, principalmente nos municípios maiores e mais endividados anteriormente. Os gastos com juros da dívida passaram a ser maior que os gastos com a amortização da dívida, levando a um cenário de crescimento constante da dívida pública municipal. Em um exemplo retirado do estudo ao qual me referi, é mostrado como no ano de 2002, no mês de janeiro, a dívida em Campinas era de R\$ 1,18 bilhões e o gasto com juros e amortização foi de R\$ 5,161 milhões. Esse ano de 2002 apresentou seguidos aumentos na taxa Selic de juros e uma desvalorização cambial grande. O resultado é que em outubro do mesmo ano, o gasto com juros e amortização da dívida passou a R\$ 11,252 milhões, mas a dívida já era de R\$ 1,27 bilhões, ou seja, mesmo com a duplicação dos gastos com a dívida, ela aumentou aproximadamente 7,6%.

⁶ Dado fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças de Campinas

Pode-se ver nos dados a seguir, a evolução do endividamento público de Campinas desde 1983, que entra como um dos grandes responsáveis pela retração da capacidade de investimento da prefeitura municipal.

Tabela 1 – Evolução da Dívida Pública de Campinas-SP

Governo	Dívida	%
Magalhães Teixeira		
1983/1988	R\$ 196.248.369,40	12,5
Jacó Bittar		
1989/1992	R\$ 182.118.486,80	11,6
M. Teixeira/ Edivaldo Orsi		
1993/1996	R\$ 854.072.903,60	54,4
Francisco Amaral		
1996/2000	R\$ 337.547.195,36	21,5
TOTAL	R\$ 1.569.986.955,16	100

Fonte: Secretaria de Finanças de Campinas

Tabela 2 – Serviços da Dívida Pública em Campinas-SP (Em milhões de Reais)

Serviços da Dívida				
	2001	2002	2003	Total
Juros	127,3	108,5	110,8	346,6
Correção Monetária	189,5	290,4	174,6	654,5

Fonte: Departamento de Contabilidade e Orçamento – Secretaria de Finanças

De acordo com a tabela 2, podemos ver que os encargos com a dívida passam de R\$ 1 bilhão nos últimos anos, como mostrado no exemplo anterior.

Diante desse cenário, o governo do PT iniciado em 2001 passou a adotar uma série de medidas a favor de aumentar as receitas próprias do município, diminuir despesas, e assim, aumentar a capacidade de investimento da prefeitura. Segundo Santos (2004),

A saída encontrada pelo governo de Campinas-SP foi tentar diminuir as despesas, iniciando um processo de renegociação tanto com seus credores, quanto com as empresas prestadoras de serviços, e aumentar sua receita própria, intensificando a fiscalização municipal. Exemplo disso é

o programa “Cidade Legal” que iniciou um processo de regularização de imóveis em construção e do comércio de Campinas que se encontravam ou em dívida com a prefeitura, ou em situação irregular, como ausência de registro/licença e alvarás falsos. (p.73)

Ainda outras medidas podem ser citadas, como a implantação de uma nova e atualizada legislação do ISS – simplificando e modernizando sua arrecadação, a implantação de sistemas integrados entre a Prefeitura e os cartórios, agilizando o recolhimento do ITBI e a abertura de novos postos de atendimento da Secretaria de Finanças com o programa “Porta Aberta”.

Com as mudanças impostas pela Constituição de 88 e das alterações tributárias já citadas, foi passada para os municípios maior responsabilidade na oferta de gastos sociais, principalmente na educação e saúde. Até a metade da década de 90, por causa do plano de estabilização e às custas do aumento da dívida, esses gastos puderam aumentar de forma generalizada, inclusive em Campinas. Mas a partir de 1997, houve uma forte paralisação desses gastos, devido, principalmente, à obrigatoriedade imposta pelo governo federal de reduções de gastos públicos, como visto anteriormente, para formação de superávits primários.

É sob esse cenário que a idéia de democracia participativa ganha força através do Orçamento Participativo, que se mostrou, em diferentes experiências, eficaz na melhoria da capacidade de investimento público e atendimento das demandas sociais, ao passo que dá condições à população de acompanhar o destino do dinheiro público de forma mais clara e transparente, além de ser, através de sua metodologia, cada vez mais justo e democrático, e trazer à população a decisão de onde os recursos (poucos) destinados ao investimento devem ser aplicados, num momento em que o município de Campinas se afunda em suas próprias dívidas e incapacidades.

CAPÍTULO 2

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: REPENSANDO O ORÇAMENTO PÚBLICO

2.1 – CONCEITOS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Orçamento, em sua acepção gramatical, significa ato ou ação de orçar, isto é, prever, calcular, comparativamente, o que se pode arrecadar com o que se pode gastar.

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) que contém a previsão de receitas e a estimativa de despesas a ser realizado por um governo, em um determinado exercício (geralmente um ano), de forma a nortear as ações públicas no referido período.

Também é verdade que, num sentido geral, no setor público e no contexto capitalista, o orçamento tem a finalidade de controlar o volume de gastos, diminuindo o risco de desperdício e de corrupção.

Chama a atenção a seguinte observação feita por Pires (1999),

... em geral se pensa o orçamento com termos financeiros (receita e despesa em dinheiro, resultando em equilíbrio, déficit ou superávit), mesmo que nada impeça que seja feito para gerir recursos que não se expressem monetariamente. (p. 14).

Os primeiros Orçamentos que se têm notícia eram os chamados orçamentos tradicionais, os quais se importavam apenas com o gasto (ênfase no gasto). Tratava-se de meros documentos de previsão de receita e autorização de despesas sem nenhum vínculo com um sistema de planejamento governamental. Era feita simplesmente uma estimativa de quanto se ia arrecadar e decidia-se o que comprar, sem nenhuma prioridade ou senso distributivo na alocação dos recursos públicos, ou seja, o aspecto econômico tinha posição secundária.

O Orçamento evoluiu ao longo da história para um conceito de *Orçamento-Programa*, segundo o qual o Orçamento não é apenas um mero documento de previsão da arrecadação e autorização do gasto, mas um documento legal que contém programas e ações vinculados a um processo de planejamento público, com objetivos e metas a serem alcançadas no exercício (a ênfase do Orçamento-Programa é nas realizações do Governo). A partir de 1930, com a doutrina Keynesiana, o orçamento público passou a ser utilizado como instrumento de política fiscal do governo, isto é, de sua ação que visava a estabilização ou a ampliação dos níveis da atividade econômica.

Como afirma a esse respeito Pires (1999),

Mais do que politizar a técnica e instrumentalizar tecnicamente a política, o Orçamento-programa permite uma relação frutífera entre ambas, ao integrar processo decisório e planejamento. (p. 21)

Por isso, o Orçamento-programa pode ser considerado um instrumento importante no delineamento de relações mais transparentes e democráticas entre o governo e a população, o que demonstra sua relevância de ser utilizado na prática de elaboração do Orçamento público. E nessa linha de pensamento, como será visto a seguir, podemos entender que o Orçamento Participativo é a continuidade do Orçamento-programa, uma vez que esse segue as técnicas de construção e os elementos constitutivos deste.

O Orçamento Público no Brasil (Orçamento Geral da União - OGU) inicia-se com um texto elaborado pelo Poder Executivo e entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei, conforme estabelecido pela Constituição de 1988. O documento contém a estimativa de arrecadação das receitas federais para o ano seguinte e a autorização para a realização de despesas do Governo. Porém, está atrelado a um forte sistema de planejamento público das ações a realizar no exercício.

Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle dos Orçamentos Públicos, que estão definidos no caso brasileiro na Constituição, na Lei 4.320/64, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na recente Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses princípios são muitos, mas deve-se destacar os principais: princípio da unidade (o orçamento deve ser único em cada esfera de governo), da universalidade (deve conter todas as despesas e receitas do Estado), da anualidade ou peridiocidade (previsões devem referir-se a um período limitado de tempo), da especialização (despesas e receitas devem ser discriminadas detalhadamente), do equilíbrio (as despesas não podem ser maiores que as receitas) e da publicidade (deve ser tornado público).

Como visto anteriormente, a Constituição Federal de 1988 atribui ao Poder Executivo a responsabilidade pelo sistema de Planejamento e Orçamento, e a iniciativa dos seguintes projetos de lei:

- Plano Plurianual (PPA): define as prioridades do Governo pelo período de quatro anos e que de acordo com a Constituição Federal deve conter, 'as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada'.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): lei anterior à lei orçamentária, que define as metas e prioridades em termos de programas a executar pelo Governo e que de acordo com a

Constituição Federal, é estabelecida como as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração do Orçamento (Lei Orçamentária Anual), e que, portanto dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Com base na LDO aprovada a cada ano pelo Poder Legislativo, a Secretaria de Orçamento Federal, órgão do Poder Executivo, consolida a proposta orçamentária de todos os órgãos dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para o ano seguinte no Projeto de Lei encaminhado para discussão e votação no Congresso Nacional.

- Lei de Orçamento Anual (LOA): disciplina todos os programas e ações do governo federal no exercício. Nenhuma despesa pública pode ser executada sem estar consignada no Orçamento. No Congresso, deputados e senadores discutem na Comissão Mista de Orçamentos e Planos a proposta orçamentária (projeto de lei) enviada pelo Poder Executivo, fazendo modificações que julgar necessárias, por meio de emendas, votando ao final o projeto.

A Constituição determina que o Orçamento deve ser votado e aprovado até o final de cada Legislatura (15.12 de cada ano). Depois de aprovado, o projeto é sancionado e publicado pelo Presidente da República, transformando-se na Lei Orçamentária Anual.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima as receitas e autoriza as despesas do Governo de acordo com a previsão de arrecadação. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de realização de despesas acima do limite que está previsto na Lei, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional um novo projeto de lei solicitando crédito adicional.

Por outro lado, a necessidade de contenção dos gastos obriga o Poder Executivo muitas vezes a editar decretos com limites orçamentários e financeiros para o gasto, abaixo dos limites autorizados pelo Congresso. São os intitulados Decretos de Contingenciamento, que limitam as despesas abaixo dos limites aprovados na lei orçamentária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, já citada no capítulo 1, aprovada em 2000 pelo Congresso Nacional, introduziu responsabilidades para o administrador público em relação aos Orçamentos da União, dos Estados e Municípios, como o limite de gastos com pessoal, por exemplo. A LRF instituiu a disciplina fiscal para os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, estendendo também a disciplina aos Orçamentos de Estados e Municípios.

Os objetivos de toda política orçamentária são corrigir as falhas de mercado e as distorções, visando manter a estabilidade, melhorar a distribuição de renda, e alocar os recursos com mais eficiência. O Orçamento tem a função de também regular o mercado e coibir abusos, reduzindo falhas

de mercado e externalidades negativas (fatores adversos causados pela produção, como poluição, problemas urbanos, etc).

O Governo intervém de várias formas no mercado. Por intermédio da política fiscal e da política monetária, por exemplo, é possível controlar preços, salários, inflação, impor choques na oferta ou restringir a demanda.

A seguir estão descritos, de forma muito resumida, alguns instrumentos e recursos utilizados pelo Governo para intervir na Economia:

- Política Fiscal: envolve a administração e a geração de receitas, além do cumprimento de metas e objetivos governamentais no orçamento, utilizado para a alocação, distribuição de recursos e estabilização da economia. É possível, com a política fiscal, aumentar a renda e o PIB e aquecer a economia, com uma melhor distribuição de renda.
- Política Regulatória: envolve o uso de medidas legais como decretos, leis, portarias, etc., expedidos como alternativa para se alocar, distribuir os recursos e estabilizar a economia. Com o uso das normas, diversas condutas podem ser banidas, como a criação de monopólios, cartéis, práticas abusivas, poluição, etc.
- Política Monetária: envolve o controle da oferta de moeda, da taxa de juros e do crédito em geral, para efeito de estabilização da economia e influência na decisão de produtores e consumidores. Com a política monetária, pode-se controlar a inflação, preços, restringir a demanda, etc.

O Orçamento Público também funciona como um balizador na Economia. Uma vez que se registram elevados investimentos governamentais no Orçamento, ou seja, quando se aumenta o gasto em investimento do setor público, a atividade econômica cresce, o consumo cresce e provavelmente o número de empregos aumentará, assim como a renda agregada, gerando benefícios à economia. Em compensação, um orçamento restrito em investimentos, provocará desemprego, desaceleração da economia, e decréscimo no produto interno bruto.

Já dentre as funções consubstanciadas no do Setor Público, o que inclui uma importante ferramenta que é o Orçamento Público, destacam-se:

- Função alocativa: Oferecer bens e serviços (públicos puros) que não seriam oferecidos pelo mercado ou seriam em condições ineficientes (meritórios ou semipúblicos) e criar condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado (devido ao alto risco, custo, etc) pelos produtores,

por investimentos ou intervenções, corrigir imperfeições no sistema de mercado (oligopólios, monopólios, etc) e corrigir os efeitos negativos de externalidades.

- Função distributiva: Tornar a sociedade menos desigual em termos de renda e riqueza, através da tributação e transferências financeiras, subsídios, incentivos fiscais, alocação de recursos em camadas mais pobres da população, etc.
- Função estabilizadora: ajustar o nível geral de preços, nível de emprego, estabilizar a moeda, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal, ou outras medidas de intervenção econômica (controles por leis, limites).

Além dessas funções, como já citado acima, existem princípios básicos que devem ser seguidos na elaboração e execução do Orçamento, que estão definidos na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Esses princípios também estão no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual estabelece os fundamentos da transparência orçamentária (art. 2º):

A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Em suma, podemos dizer que o orçamento é um instrumento utilizado para manejar os recursos públicos, recursos esses que,

...provêem principalmente do poder do governo para tributar, ou seja, para arrecadar compulsoriamente, por força da lei. Tais recursos não pertencem a nenhum indivíduo ou grupo isoladamente, devendo, pois, receber destinação que resulte em benefícios coletivos, este fato constitui um dos principais problemas das finanças públicas, pois cria uma situação em que o beneficiário é um ente sem existência física palpável: a comunidade, a coletividade, o povo. (Pires, 1999, p. 39).

Na concepção liberal, o orçamento público é o instrumento através do qual a receita e o gasto público são planejados levando em conta as diferentes opiniões, interesses e desejos presentes entre os eleitores expressos pela manifestação dos eleitos para exercer os poderes executivo e legislativo. O que passa a ser questionado então, é quem são as pessoas que integram essa chamada coletividade. Outra questão também é como são arrecadados e como são gastos estes recursos.

Para responder estas questões, chegamos na criação do Orçamento Participativo, uma alternativa criada para inserir a participação popular no gerenciamento destes recursos, que traz consigo, além desse benefício, o maior controle sobre a alocação das verbas e a corrupção.

2.2 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Da necessidade de tornar o orçamento como um instrumento de planejamento democrático, nasce uma forma específica de organização do orçamento que é a do orçamento-programa. Assim, o Orçamento-programa é um instrumento importante no delineamento de relações mais transparentes e democráticas entre o governo e a população, e, portanto deve ser utilizado na prática de elaboração do Orçamento público, ou seja,

Mais do que politizar a técnica e instrumentalizar tecnicamente a política, o Orçamento-programa permite uma relação frutífera entre ambas, ao integrar processo decisório e planejamento. (Pires, 1999, p. 21)

Nessa seqüência, aparece o Orçamento Participativo que nada mais é do que fazer o orçamento-programa. Isto é, o orçamento participativo é quando a sociedade civil assume papel ativo nos delineamentos todos do orçamento público de seu município, deixando então de ser meros paciente, para se tornarem agentes nesse processo.

O Orçamento Participativo (OP) em Campinas-SP, implantado no ano de 2001 após a vitória nas eleições municipais de 2000 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), apregoava em seu programa de governo que:

“...a luta contra a exclusão social exige políticas públicas que modifiquem a distribuição de renda e do poder nas cidades e nos países, concretizando formas de participação direta da população nas gestões públicas.”⁷

O Orçamento Participativo aparece, segundo Pires (1999), nos anos oitenta numa retomada de alguns segmentos políticos, por tentativas municipais de planejamento participativo que se esboçaram de meados da década de setenta para o final da década seguinte. Nesse momento, era o Partido dos Trabalhadores – PT – quem colocava o orçamento participativo como um dos principais itens de seu modo de governar.

Foi com o surgimento do Orçamento Participativo que a experiência de elaboração do orçamento anual ganhou algum espaço na administração pública municipal brasileira nos anos 80, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores – PT, tendo-a defendido e difundido-a especialmente nas disputas eleitorais de 1982 e 1988 e na gestão de algumas prefeituras, no período de 1989-92, como nos relata novamente Pires (1999).

⁷ Programa de Governo Democrático e Popular (PT-Campinas) 2001-2004:17

Mas foi principalmente na década de 90, com a questão da descentralização e da participação popular voltando ao centro das discussões por causa da Constituição de 1988, que a idéia de Orçamento Participativo reacendeu, dando atenção maior à participação dos cidadãos nas decisões tomadas pelo poder público.

É importante destacar que, com relação à participação, o PT não foi o pioneiro, pois o planejamento participativo já havia sido defendido anteriormente por outros grupos políticos e agremiações partidárias, tal como a experiência do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que diante das dificuldades oriundas do regime militar, esteve à frente com as experiências de planejamento participativo na primeira década de 80.

De acordo com os apontamentos de Pires (1999) a esse respeito, sob o ponto de vista institucional, o PT construiu-se nacionalmente a partir da sua paulatina inserção municipal e nas assembleias legislativas. Por isso, sua proposta de planejamento participativo recaiu exatamente sobre o orçamento municipal. Foi a partir de alguns municípios que o partido iniciou sua prática concreta de governo, num contexto em que já não se tratava mais de enfrentar a ditadura, mas sim de construir experiências de governo voltadas para o interesse popular; com especial ênfase numa perspectiva redistributivista típica de um partido declaradamente socialista. Portanto, a prática do planejamento participativo se tornou nas mãos do PT uma arma para combater o predomínio político das oligarquias locais.

Foram diversos os municípios que se voltaram para o orçamento participativo, dentre eles, Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE), Rio Branco (AC), Angra dos Reis (RJ), São Jose dos Campos (SP), etc. Internacionalmente, encontram-se experiências de orçamento participativo em Bolonha (Itália), Barcelona (Espanha), Ontário (Canadá) etc. Nestes, por se tratarem de países desenvolvidos, a concepção que orienta o orçamento participativo para as inovações é liberal, ou seja, visa enfaticamente melhor alocar os recursos evitando desperdício e corrupção.

Já no caso dos países pobres, tal como o Brasil, a idéia orientadora recai sobre a importância de se desprivatizar o Estado e reformular as práticas do poder público, introduzindo a democracia e a transparência numa relação historicamente populista e paternalista, ou seja, tal como aponta Pires (1999),

Sob a fachada modernizante e democratizante do liberalismo contemporâneo repousa uma idéia-força bastante antiga, mas que hoje aparece com nova e reluzente roupagem: o indivíduo deixado por sua própria conta vive melhor e é mais produtivo. (p. 60)

Um governo que tem a intenção de mudar deve se ater a eliminar suas falhas e para isso, a utilidade do Orçamento Participativo é evidente: ajuda a aumentar as pressões pela eficiência, força a transparência dos atos administrativos (diminuindo o risco de desvio de recursos), impõe uma lógica ao governante, coloca o funcionalismo público sob rédeas mais curtas, força um planejamento mais voltado para os interesses imediatos da população etc, tal como afirmado por Pires (1999). É no poder local que se torna mais possível o processo de construção do orçamento participativo, pois é o nível de menor grau dentro das hierarquias e imposições governamentais.

Assim, a democracia participativa obriga o debate público e democrático na formulação das políticas e das ações do Estado, o que impossibilita a privatização das suas ações, na medida que as definições não são mais tomadas nos gabinetes às portas fechadas, e sim, pela população do município.

Entende-se, portanto, que construir uma forma de relacionamento democrático e respeitoso entre o poder público e as lideranças sociais não é tarefa pequena. Seja porque as lideranças, acostumadas a reivindicar, mas não a decidir coletivamente, seja porque o aparelho de Estado não estava acostumado (e ainda resiste) a receber ordens de fora, mas sim, a imprimir seu ritmo e seu método centralizador.

Uma das conseqüências fundamentais do Orçamento Participativo é que ele permite ao indivíduo resgatar a idéia de que é sujeito, de que é suficientemente digno para ser respeitado pelo poder público, de que faz parte de um todo social regido por normas e não por vontades individuais ou grupais superiores, de que o espaço público também lhe pertence. Enfim, uma oportunidade para a tomada de consciência que abre alas para a cidadania.

Além disso, o orçamento participativo é,

... um meio extremamente adequado para fazer valer suas vontades no planejamento municipal. Além disso, é ainda: um instrumento de pressão para a implantação de planejamento de longo prazo e a porta de entrada do planejamento participativo em nível municipal (e isso é importante, pois não basta planejamento; é melhor que seja participativo) (Pires, 1999, p.73).

Por ter assumido em vários casos um caráter deliberativo, o OP pode ser considerado um “espaço público” que tende não apenas a dividir tarefas entre aqueles que participam de seu processo, mas também a compartilhar decisões por meio de seus espaços deliberativos, o que pode conduzir a um processo de inversão das prioridades nas políticas públicas de investimentos em áreas como saúde, saneamento básico, pavimentação, educação, habitação e outras, provocando não apenas um processo de inclusão social das classes sociais populares, mas também um processo de conquistas na cidadania e prática da democracia (Avritzer, Santos, Genro e Souza *apud* Santos, 2002, p. 71).

Em geral, pode-se dizer que o Orçamento Participativo surge como um elemento central de um municipalismo renovado, municipalismo esse voltado para a construção de um poder local

politicamente democrático e microeconomicamente eficiente. As dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pelos municípios, conforme visto no capítulo 1, também entram como fatores decisivos no surgimento do OP. Ele é, portanto, claramente um elemento novo no cenário da determinação orçamentária, por tratar-se de um meio de inverter prioridades em um país onde a desigualdade salta aos olhos de qualquer um.

2.3 – UMA EXPERIÊNCIA FUNCIONAL DE OP: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE (RS)

2.3.1 - Histórico

O Orçamento Participativo (OP) foi implantado no município de Porto Alegre em 1989. Até 2004, uma média de 50 mil pessoas ao ano se reuniu nas Assembléias Regionais, Temáticas e Municipais do OP. As especificidades de cada assembléia serão vistas mais a frente.

Na visão da Prefeitura de Porto Alegre, o OP é um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população.

Por ser um importante instrumento de participação popular, o OP é referência para o mundo. Conforme a ONU, a experiência é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo. O Banco Mundial reconhece o processo de participação popular de Porto Alegre como um exemplo bem-sucedido de ação comum entre Governo e sociedade civil.

Esse reconhecimento manifesta-se de outras formas também. Todo ano, representantes de prefeituras brasileiras e estrangeiras, entre estudiosos do mundo inteiro, chegam à capital com o objetivo de conhecer o OP, falar com lideranças comunitárias e conhecer obras decididas pela população, segundo o site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Muitas dessas prefeituras adotaram a participação popular, como é o caso de Saint-Denis (França), Rosário (Argentina), Montevideu (Uruguai), Barcelona (Espanha), Toronto (Canadá), Bruxelas (Bélgica), Belém (Pará), Santo André (SP), Aracaju (Sergipe), Blumenau (SC) e Belo Horizonte (MG).

O OP chegou ao seu 16º ano em Porto Alegre respaldado por diversos instrumentos de participação popular. Entre eles, o seu próprio conselho, o COP, e o Fórum de Delegados, integrado por líderes comunitários, sindicatos, movimentos populares, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Regionais de Assistência Social e Conselho Municipal de Educação. Além dos fóruns, como o de Pessoas Portadoras de Deficiências e outras entidades.

A atual administração da capital mantém o OP seguindo os mesmos passos previstos em seu Regimento Interno e busca fortalecer e qualificar o processo para que atenda um número ainda maior de pessoas. O maior respaldo da administração está no fato de que o OP já está enraizado no dia a dia e no conceito de cidadania da população de Porto Alegre, independente do partido político que administre a cidade. Dessa maneira, a população acompanha e participa cada vez mais do processo.

2.3.2 - Funcionamento Geral

O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. Em Porto Alegre, inicia-se com as reuniões preparatórias, quando a prefeitura presta contas do exercício passado, apresenta o Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte. As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas.

Nas Assembléias Regionais e Temáticas, que se realizam de abril a maio, (são dezesseis Regiões e seis Temáticas), a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticas.

Os Fóruns de Delegados, por sua vez, são responsáveis pela definição, por ordem de importância, das obras e serviços que serão discutidas no período de maio a julho e pela análise e aprovação do Plano de Investimentos e Serviços da sua Região ou Assembléia Temática.

2.3.3 - A escolha das Prioridades Temáticas das Regiões

Todas as pessoas que participam, no momento do credenciamento, recebem sua cédula para votar em quatro (04) prioridades escolhidas entre as 14 Prioridades Temáticas, listadas a seguir. Após os debates, no momento indicado, cada cidadão escreverá na cédula os números das quatro (04) prioridades que considera mais importante, em ordem de prioridade (1º, 2º, 3º e 4º lugares), conforme apresentados abaixo:

1. Saneamento Básico: Drenagem e Dragagem

Estão incluídos neste tema: Rede Pluvial Micro e Macrodrenagem (escoamento das águas da chuva); Arroios e Cursos de Água drenagem e dragagem, e o Programa de Educação Ambiental.

2. Saneamento Básico: Água e Esgoto Cloacal

Estão incluídos neste tema: Rede de Água e Rede de Esgoto Cloacal (são aquelas formadas pela água escoadas pelos tanques de roupa, pias de cozinha, banheiros e descargas sanitárias).

3. Habitação

Neste tema estão incluídos os programas: Regularização Fundiária e Urbanística PRF Programa de Regularização Fundiária (levantamento topográfico e cadastral, urbanização de vilas e construção de unidades habitacionais nas vilas do PRF), cooperativas habitacionais de baixa renda, oriundas de ocupação e loteamentos irregulares e clandestinos. Produção Habitacional - programa de reassentamento (compra de área, produção de lotes urbanizados com módulos sanitários e construção de unidades habitacionais), Programa de Ajuda Mútua - mutirão e cooperativas autogestionárias de baixa renda.



4. Pavimentação

Faz parte deste tema a pavimentação de vias urbanas incluindo a abertura de ruas e a construção de calçadas, escadarias, passarelas, pontilhões originados de demandas da pavimentação.

5. Educação

Este tema é composto pelos programas: Educação Infantil - atende crianças de 0 a 6 anos através de convênio com creches comunitárias, aumento de metas, reforma, ampliação ou construção de creches comunitárias, cesta de material, recuperação/reforma/reconstrução de escolas infantis de RME; Ensino Fundamental - atende ao ensino de 1º grau com ampliação, reforma/reconstrução de Escolas de Ensino Fundamental, construção de Escola de Ensino Fundamental, educação de jovens e adultos (Programa SEJA e Projeto MOVA); e Educação Especial - adaptação de espaços físicos para atendimento dos portadores de necessidades educativas especiais.

6. Assistência Social

Este tema tem como objetivo atender a população na área da assistência social, através do Atendimento a Crianças e Adolescentes: SASE, Trabalho Educativo, Abrigagem, Educação Social e Centros de Juventude; Atendimento a Família: Programa Família, Apoio e Proteção;

Atendimento à população adulta: Plantão Social, Construção e Reforma de Abrigos, Casas de Convivência e Albergues; Atendimento ao Idoso; Atendimento aos Portadores de Deficiência; reforma/ampliação e/ou implantação de unidades de assistência social (centros módulos, abrigos, albergues, etc.); construção/reforma/ampliação dos espaços da comunidade utilizados para os programas do SASE, NASF, Família Cidadã, Trabalho Educativo.

7. Saúde

Estão incluídos neste tema; reforma/ampliação/construção de postos de saúde; ampliação de serviços na rede básica e equipamentos e material permanente para os postos de saúde.

8. Circulação e Transporte

Faz parte deste tema a construção de rótulas, recuo de transporte coletivo e ou área de escape para embarque e desembarque de passageiros, abrigos e equipamentos de sinalização.

9. Áreas de Lazer

Tema que tem como objetivo realizar serviços de manutenção e conservação de praças e parques e também implantar equipamentos (recreação infantil, bancos, aparelhos esportivos, etc.) em áreas administradas pela SMAM. Também trata do Programa Área de Risco que tem como objetivo geral proteger a população e o meio ambiente dos danos causados pela ocupação humana em áreas impróprias para moradia.

10. Esporte e Lazer

Estão incluídas neste tema as atividades de esporte e lazer como: construção de equipamentos esportivos (campos de futebol, quadras, canchas de bocha, e outros) e equipamentos de lazer (playground, recantos infantis, e mais), bem como sua conservação nas áreas administradas pela SME (Secretaria Municipal de Esportes), além da reforma e ampliação dos Centros Comunitários.

11. Iluminação Pública

Este tema trata da iluminação de logradouros públicos do município no que diz respeito a projetos, implantação e manutenção. Implantação de novos pontos em ruas, avenidas, praças, parques, passagens de pedestres, escadarias, e mais.

12. Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo

Este tema tem como objetivo o desenvolvimento econômico do município através dos programas de abastecimento e área rural, programa de ocupação e renda (apoio às iniciativas econômicas populares), apoio a empreendimentos, urbanização, reforma, ampliação ou construção de equipamentos turísticos e apoio a produção e serviços turísticos.

13. Cultura

Este tema está vinculado às atividades de cunho cultural da cidade: administrando equipamentos culturais (teatros, museus, e outros), desenvolvendo atividades de descentralização da cultura (Programa Cultura Pura Aqui, Oficinas, Festival de Música, Memória dos Bairros, Festas da Cidade, e mais) além de eventos culturais (Carnaval, Semana de Porto Alegre, Porto Alegre em Cena, e outros).

14. Saneamento Ambiental

Estão incluídos neste tema os projetos "Bota Fora" (atendimento em vilas) e o Serviço de Coleta Seletiva, Programa de Compostagem de Lixo Orgânico e Reforma de Unidades de Triagem.

2.3.4 - Critérios Gerais para Distribuição de Recursos entre Regiões e Temáticas

Os três critérios gerais para a distribuição de recursos entre regiões e temáticas são a carência do serviço ou infra-estrutura, a população total da região e a prioridade temática da região. Esses critérios serão aplicados para a distribuição de recursos nas três primeiras prioridades temáticas escolhidas globalmente pelas 16 regiões, com exceção do DMAE (Departamento de água e esgoto), que têm critérios próprios. O cálculo para chegar-se às três primeiras prioridades globais deverá ser executado da seguinte forma:

- a. Cada região escolhe 4 prioridades dentro das 14 prioridades temáticas (Saneamento Básico, Política Habitacional, Pavimentação, Transporte e Circulação, Saúde, Assistência Social, Educação, Áreas de Lazer, Esporte e Lazer, Iluminação Pública, Desenvolvimento Econômico, Cultura e Saneamento Ambiental).
- b. São atribuídas notas às prioridades de cada região:
Primeira prioridade.....nota 4
Segunda prioridade.....nota 3

Terceira prioridade.....nota 2

Quarta prioridade.....nota 1

- c. Somando-se as notas de todas prioridades escolhidas pelas 16 regiões chega-se às três prioridades, que serão aquelas que somarem maior pontuação.

2.3.5 – As contribuições do modelo de OP de Porto Alegre

Desta forma, segundo o que afirma Andrioli (2004), pesquisador do Orçamento Participativo, *na Europa, a proposta do OP - Orçamento Participativo - de Porto Alegre está sendo muito bem recebida como exemplo de ampliação e radicalização da democracia (s/p).*

E então se chega à pergunta: o que, afinal, podemos aprender com a experiência de Porto Alegre?

Segundo o que relata Andrioli (2004), em 1988, no mesmo ano em que o Brasil aprovava sua primeira constituição posterior à ditadura militar, o PT obteve, em aliança com outros partidos de esquerda, sua primeira grande vitória eleitoral em Porto Alegre. A esperança de que o novo prefeito Olívio Dutra viesse a apostar na democracia participativa era muito grande e encontrou um governo disposto a implementá-la, no qual havia muitos líderes engajados na história de organização e resistência popular da cidade. Havia, portanto, condições ideais para a implementação do OP: uma forte mobilização social; e um governo recém eleito, que priorizava a ampliação da democracia participativa.

E assim, *através do Orçamento Participativo, desenvolvido durante 16 anos, a cidade de Porto Alegre é considerada internacionalmente um exemplo de oposição ao modelo neoliberal (Andrioli, 2004, s/p).*

Isso se deve ao fato de que, uma parcela significativa do seu orçamento é subordinada a um intenso processo de discussão e deliberação, no qual a população participa e decide sobre os projetos de investimento público da cidade. Ainda tomando como base os argumentos de Andrioli (2004), se em 1988, em função do alto endividamento, apenas 2% do orçamento estavam disponíveis para investimentos, em 2003 estes passaram a somar 20% dos recursos, cuja destinação foi decidida diretamente pela população, cuja participação vem crescendo progressivamente e constitui um processo de construção da consciência política. Os cidadãos porto-alegrenses, entretanto, não se limitaram a decidir sobre a distribuição de recursos disponíveis pela arrecadação do município. O grande capital foi taxado de impostos, de forma que o orçamento foi gradativamente aumentando sem que houvesse um

maior endividamento e sem o abandono por parte das grandes empresas e investimentos – como constantemente vem sendo apregoado mundo afora. Há mais de dez anos Porto Alegre é, entre as capitais brasileiras, a cidade com a melhor qualidade de vida e ocupa o segundo lugar entre as que mais atraem investimentos. A ressonância internacional da experiência de democracia direta fez de Porto Alegre a sede do Fórum Social Mundial em 2001, 2002, 2003 e 2005, como referência mundial dos movimentos críticos à globalização neoliberal e contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos.

Analisando a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre, Andrioli (2004) fala dos seguintes princípios fundamentais, que assumem um caráter universal: a) autonomia, de forma que as regras e procedimentos são desenvolvidos e modificados no próprio processo; b) objetividade, permitindo que cada um que participa voluntariamente nas discussões e decisões saiba claramente do que se trata; c) transparência, isto é, todos os números do orçamento estão disponíveis à população; d) efetiva implementação de todas as decisões tomadas. É evidente que a condução desse processo representa um enorme desafio para uma administração municipal, pois os técnicos e especialistas de cada área precisam estar preparados para esclarecer todo o funcionamento da máquina administrativa, especialmente se considerarmos que boa parte dos participantes possui uma baixa escolaridade e antes raramente teve a oportunidade de participar de intensivas discussões políticas.

A experiência do OP permitiu a superação dos preconceitos relacionados à introdução e combinação de formas de participação direta com a democracia representativa. Com o passar do tempo, o número de cidades brasileiras que adotam o Orçamento Participativo já passa de duzentas. De acordo com a afirmação de Cassen (1998),

o Orçamento Participativo (OP) não é apenas um exercício de divisão das receitas e das despesas municipais pela própria população. Por causa de sua amplitude — a metrópole conta com 1,3 milhões de habitantes, no coração de uma região metropolitana de 3,3 milhões — e pelo seu método, rigoroso e evolutivo, ele constitui uma experiência de democracia direta sem equivalente no mundo.

E ela suscita o interesse dos pesquisadores e das organizações de cidadãos de numerosos países, bem como de organizações internacionais... (s/p).

Assim faz-se necessário dizer que,

O Orçamento Participativo também não constitui uma fórmula que possa ser simplesmente transferida para outras regiões do mundo. A sua experiência, porém, tem demonstrado que foram desenvolvidos princípios universais e que, possivelmente, o mais importante é a disposição de colocar em curso uma dinâmica que aposta numa crescente participação popular sem ter medo da democracia. Afinal, a participação só tem sentido, se o próprio espaço em que ela acontece pode ser constantemente modificado e transformado (Andrioli, 2004, s/p).

De acordo com Cassen (1998), a mensagem implícita da experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre é a seguinte: todos juntos, ao menos todos os que quiserem, vamos identificar os problemas a serem resolvidos, estabelecer a hierarquia das urgências e dos investimentos, examinar sua compatibilidade com os recursos disponíveis, podendo até aumentá-los com medidas fiscais, redistribuindo a riqueza dos mais privilegiados para os menos favorecidos. Tal exercício não deixa nenhum espaço para a demagogia, menos ainda ao clientelismo ou à corrupção: da eleição dos delegados ao procedimento de gestão das licitações, tudo é transparente.

Assim a experiência do Orçamento Participativo no município de Porto Alegre,

...permitiu uma verdadeira redistribuição dos investimentos públicos em benefício das periferias onde, por exemplo, os ônibus não chegavam, até que a Prefeitura impusesse aos transportadores privados itinerários precisos através de um conjunto de regras para o funcionamento do transporte coletivo e ela própria cuida do asfaltamento das ruas. Em todos os domínios, particularmente no da habitação, a promoção dos habitantes ao estatuto dos que decidem inverteu as prioridades habituais (Cassen, 1998, s/p).

2.4 – ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO OP EM CAMPINAS

O Orçamento Participativo é um programa do Governo Democrático e Popular de Campinas e foi iniciado em 2001, conforme apresentando no Programa de Governo defendido pelos então candidatos a prefeito e vice, respectivamente Antonio da Costa Santos, o Toninho, e Izalene Tiene.

O então governo apontava a participação popular como caminho para a definição e implementação das políticas públicas e como caminho indispensável à construção do planejamento democrático, além de ser base para a inversão de prioridades e resgate da dívida social do município para com as camadas sociais mais carentes e excluídas.

Sabe-se tal, como aponta diversos estudos, que um dos problemas mais graves enfrentados em nosso país é a falta de transparência das contas públicas. Um exemplo disso é o que ocorre na elaboração e na execução dos orçamentos, permitindo o mau uso e os desvios do dinheiro público, prejudicando a grande maioria da sociedade brasileira. Pagamos impostos, mas geralmente não temos o retorno cabível por parte da maioria dos governos. Foi diante desse quadro que, logo no início da gestão, o então prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho, decidiu fazer um levantamento completo das finanças do município, como descrito e desenvolvido no capítulo 1 dessa obra. Desta forma, o desenvolvimento da idéia de Orçamento Participativo, tornou-se uma alternativa interessante.

Como discutido em itens anteriores, a discussão da democracia participativa e as experiências de OPs ganham corpo no Brasil, enquanto método de governo, durante a década de 90, mostrando-se eficiente instrumento de resistência e combate à corrupção e às políticas neoliberais predominantes no período - políticas que têm como objetivo aprofundar a privatização do Estado e das suas ações.

A tradição de organização e a grande diversidade de movimentos sociais e populares presentes e atuantes na cidade de Campinas possibilitaram, desde o primeiro momento, a construção de um ambiente de forte participação social nas definições do OP Campinas. Segmentos importantes e historicamente excluídos das decisões e ações do Estado puderam definir suas prioridades e cobrar sua exclusão. A partir das demandas do OP, entre outras coisas, foram construídos logo no início: o primeiro Centro de Referência Homossexual do Brasil; a Cooperativa das Mulheres; e o Centro de Referência da Juventude. Foi desta forma se consolidando um conjunto de conquistas obtidas de forma transparente e democrática através do OP, conquistas que em si demonstram a importância da democracia participativa.

Ainda, de acordo com dados levantados pela Coordenadoria do Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Campinas, nos primeiros três anos, mais de 70 mil pessoas ajudaram a decidir aproximadamente 400 demandas. Além disso, é visto que os recursos definidos pelo OP privilegiaram as áreas de infra-estrutura e a ampliação das políticas sociais, mostrando o déficit social da administração municipal. Esse tema referente aos resultados do OP será tratado de forma mais aprofundada no capítulo três.

O OP é um espaço auto-regulamentado pelos seus participantes. Durante o ano de 2004⁸, último ano da administração do PT (Partido dos Trabalhadores) em Campinas, aconteceram as chamadas Assembléias Populares Regionais que definem, a partir das prioridades definidas nas Assembléias Locais (reuniões nos bairros), os três temas prioritários das regiões, que elegeram dentre os representantes eleitos nas Assembléias Locais, os Conselheiros/as Regionais. As Assembléias Populares Temáticas tiveram apenas uma rodada e elegeram seus conselheiros seguindo a mesma lógica das regionais, com destaque para a Temática de Desenvolvimento Econômico que, neste ano, teve que eleger seis conselheiros: um titular e um suplente da Indústria e Comércio, e Micro e Pequenas Empresas; um titular e um suplente, representando Sindicatos, Economia Informal e Cooperativas; e um titular e um suplente representando os Produtores Rurais. Mais a frente iremos ver que essa temática é uma tentativa de expansão do raio de decisões da população sobre o Orçamento, por isso ela tem especificidades.

⁸ A metodologia do OP mudou no ano de 2004, em relação aos três anos anteriores. Isso será visto no item 2.4.4

Em relação ainda às formas de organização para a participação popular, além do COP - Conselho Municipal do Orçamento Participativo - há hoje 27 Conselhos Municipais em pleno funcionamento. Por deliberação dos onze Encontros de Conselheiros/as Municipais (2003) foi criado o Fórum Interconselhos. Fórum este, em que se aprofunda o debate sobre a política de fortalecimento dos Conselhos, a partir das "condições" de funcionamento operacional e política.

Como foi tratado já anteriormente neste trabalho, o Orçamento é um instrumento de controle e planejamento dos recursos financeiros. Nos municípios, cabe ao prefeito e a seu secretariado fazer a cada ano uma proposta de orçamento para o próximo ano, a qual é chamada de LOA - Lei Orçamentária Anual, organizada pelo Departamento de Contabilidade e Orçamento, da Secretaria de Finanças. As demandas do OP, já votadas e decididas pelo COP anteriormente, entram na LOA (Lei Orçamentária Anual), enviada ao Legislativo. Essa relação se dá através da Secretaria de Finanças, que mantém contato direto com a Coordenadoria do Orçamento Participativo em todo o processo de decisões do COP, e oficializa as demandas do OP na proposta de Orçamento enviado à Câmara Municipal de Vereadores.

2.4.1 - O início da proposta do Orçamento Participativo: uma introdução à organização

A proposta de metodologia do OP foi apresentada e debatida com as lideranças sociais e populares das 18 regiões administrativas, que vieram a ser a base geográfica do OP, e com os Conselhos Municipais de Assistência e Saúde. No primeiro momento dos trabalhos 1.081 pessoas participaram do debate de qual seria a metodologia do OP Campinas.

O material disponibilizado pela Prefeitura de Campinas me permite apenas analisar dados sobre a participação popular referentes aos três primeiros anos do Orçamento Participativo em Campinas, ou seja, 2001, 2002 e 2003.

A metodologia definida coletivamente determinou que os trabalhos se dividiriam em quatro grandes momentos. O primeiro momento era a primeira rodada de assembleias populares regionais ou temáticas, que envolveu nos três primeiros anos 22.822 pessoas, e elegeu 2.445 representantes. Os representantes eram eleitos na proporção de um para cada 10 pessoas presentes nas assembleias. A primeira rodada de Assembleias Populares tinha como objetivo também realizar a prestação de conta das ações do Governo, ações essas, derivadas do OP ou desenvolvidas pelas Administrações Regionais ou Subprefeituras e pelas diferentes áreas da administração.

O segundo momento, as Assembleias Intermediárias, contou com a participação de 30.653 pessoas nesse mesmo período de análise. Esta fase é uma das mais importantes do processo do OP, e,

por ser organizada pelos fóruns de representantes, ela se desenvolveu de forma autônoma e descentralizada, tornando-se um momento em que cada bairro definia suas prioridades. O conjunto das prioridades dos bairros, ou dos temas, formam as prioridades das regiões ou dos temas. É importante perceber que este era o primeiro momento de definição de prioridades. Ou seja, os Representantes e os Conselheiros trabalham com as demandas aprovadas pelas Assembléias Intermediárias. O que não for aprovado por uma destas assembléias está fora do escopo de avaliação. É isto que faz do OP um processo de democracia direta ⁹.

O terceiro momento do OP era a segunda rodada de Assembléias Populares Regionais ou Temáticas. Nestas Assembléias os representantes apresentavam as prioridades da região ou do tema ou o resultado dos trabalhos dos Fóruns de Representantes. A Assembléia também elegia os conselheiros/as da região ou do tema. Neste momento do OP houve a participação de 19.055 pessoas entre 2001 e 2003.

O quarto momento era aquele em que o COP definia a proposta de Lei Orçamentária que seria entregue à Câmara de Vereadores posteriormente para aprovação.

É interessante perceber que a participação das pessoas na segunda rodada de assembléias é menor que a participação na primeira rodada e nas assembléias intermédias que define as prioridades dos bairros. Alguns elementos ajudam a entender este fenômeno. Em primeiro lugar o OP é articulado pelas lideranças das regiões, dos segmentos ou dos temas. Estas lideranças sabem diferenciar as fases do OP mais importantes. Segundo essas lideranças, do primeiro para o segundo ano percebeu-se que era importante eleger representantes em quantidade, contudo, pelas regras de definição de prioridades, não bastava apenas ter um número significativo de representantes. A metodologia do OP organiza o processo de definição de prioridades realizado pelos fóruns de representantes. Esta metodologia é uma composição de variáveis políticas e matemáticas, portanto não é apenas uma questão de maioria ou minoria. Sua efetivação (das lideranças) depende de articulação política tendo como pano de fundo a metodologia do OP, as demandas a serem apresentadas e seus respectivos temas. Outro elemento que ajuda a entender este fenômeno é que em muitos casos a eleição dos conselheiros é apenas referendada na assembléia, pois na medida que, quando temos apenas uma chapa concorrendo à eleição, esta é feita por aclamação. Este fato nos faz perceber que as lideranças sociais e populares sabem reconhecer os momentos de disputa e se organizam para tal.

Vale a pena destacar também que a participação mais intensa, na soma dos três anos analisados, acontece nas regiões mais carentes. Fundamentalmente porque estas regiões mantêm um nível de

⁹ Informação retirada da publicação: BRAGA, José. *A experiência do OP Campinas: uma contribuição para o debate partidário do programa de governo.*

organização política importante devido ao grande déficit social em que se encontram. Esta organização política num ambiente de democracia participativa permite fazer destas regiões, até então política e infraestruturalmente abandonadas, espaços vivos de disputa política para serem re-inseridas nas prioridades de investimentos da cidade e superar a divisão social existente, como veremos no capítulo três.

2.4.2 - O Conselho Municipal do Orçamento Participativo

O Conselho Municipal do Orçamento Participativo - COP é composto por 100 conselheiros eleitos através do voto direto nas 18 regiões administrativas da cidade e nas plenárias temáticas de habitação, saúde, educação, assistência social, cultura esporte e lazer e gestão. Os conselheiros que representam a indústria, o comércio e as micro e pequenas empresas, assim como as cooperativas, a economia informal, os sindicatos, produtores rurais, são eleitos na temática de desenvolvimento econômico. Na temática da cidadania, são eleitos os conselheiros representando as mulheres, os idosos, os homossexuais, a comunidade negra, a juventude e os portadores de necessidades especiais. As eleições ainda respeitam o critério da proporcionalidade direta, ou seja, nas assembleias cada chapa elege conselheiros na mesma proporção dos votos obtidos¹⁰.

O COP Campinas hoje é responsável pela definição do plano de investimento, por acompanhar a execução das demandas e do orçamento e pela definição das regras que orientarão os trabalhos do OP no ano seguinte.

De acordo com Braga (2004), a primeira vista o trabalho parece fácil. Todavia todas as demandas apontadas pela população representam necessidades inquestionáveis, e muitas chegam ao conselho após anos de luta. Esta situação traz uma grande complexidade e um alto grau de responsabilidade aos participantes do debate. O trabalho de priorização das demandas é subsidiado por três critérios. São eles: primeiro, a ordem de prioridade da demanda definida na região ou no tema, o segundo é índice de carência e, o terceiro critério, é a quantidade de população a ser beneficiada se aquela demanda for aprovada¹¹.

¹⁰ Informações retiradas do folheto divulgado pela prefeitura: *Orçamento Participativo de Campinas*.

¹¹ A esse respeito ver o Quadro do "Cruzamento das Demandas Aprovadas pelo COP por Região e Tema nos anos de 2001 a 2004", nos Anexos. Esses dados referem-se ao ano de 2004.

2.4.3 - A dinâmica orçamentária

Ainda de acordo com o Programa de Governo de Campinas (2001-2004), diz-se que,

outra questão fundamental no OP é a discussão de todo o orçamento. A população não pode ser subestimada na sua capacidade de gestão. É preciso abrir todo o orçamento, os gastos de pessoal, serviços essenciais, investimentos e projetos de desenvolvimento, bem como os recursos extra-orçamentários disponíveis para financiamento (...) Com a aprovação do primeiro Orçamento Participativo o trabalho do COP aumenta, pois passará a açular as funções de elaborar o OP do ano seguinte enquanto fiscaliza a execução do que está em vigor. ... A execução fiel do OP aprovado constitui-se no principal elemento de credibilidade de todo o processo, tornando o OP uma realidade.

Porém, veremos no capítulo 3 que, até o ano de 2005, isso não passou a ser realidade. O Orçamento em Campinas ainda está longe de ser aberto por inteiro para as decisões populares, como planejado em seu início.

Mas os resultados da dinâmica orçamentária são significativos mesmo assim. Nos três primeiros anos o COP aprovou 440 demandas ou ações para serem efetuados pelo poder público municipal. Dentro das 440 demandas aprovadas, várias mereceriam destaque. Apenas como exemplo podemos falar da ampliação do Conselho Tutelar, a criação do Banco do Povo, as Bases da Guarda Municipal, a remoção das famílias do Lixão da Pirreli, etc. Enfim são 440 ações definidas que dialogam com lutas antigas como, por exemplo, a CEMEI Corujinha, uma luta de 20 anos. Ainda dentro dessas, no ano de 2004, 231, ou 73%, estavam concluídas ou em execução, 47, ou 11%, em licitação e 72, ou 16%, em fase de projeto¹².

Como podemos perceber anteriormente, são várias as demandas e os tipos de ações aprovadas e derivadas das aprovações do OP. O acompanhamento da execução das demandas do OP e seu conseqüente controle sobre as ações do Estado permitiram ao governo e aos municípios participantes do processo perceber o quanto o aparelho do Estado tem sido prejudicado pela implantação da política neoliberal. Grande parte das demandas do OP são demandas sociais, especificamente nas áreas de saúde, educação e de infra-estrutura¹³. Ainda de acordo com os levantamentos de Braga (2004), dentro das áreas de saúde e educação, uma boa parte das ações é voltada à reforma, ampliação ou construção de novas unidades.

¹² Dados cedidos pela publicação: BRAGA, José. *A experiência do OP Campinas: uma contribuição para o debate partidário do programa de governo.*

¹³ A esse respeito consultar o Quadro 02 nos Anexos deste trabalho.

2.4.4 - Orçamento Participativo em Campinas no ano de 2004

Nesse item, tenho a intenção de mostrar de forma mais detalhada a organização do OP, já iniciada no item 2.4.1, através da descrição de toda a metodologia e organização do programa para o ano de 2004, que apresentou algumas mudanças na metodologia em relação aos anos anteriores, visando aperfeiçoar o sistema de votações e aumentar a eficiência e o caráter de inversão de prioridades do OP.

As regras que orientaram a organização do OP em 2004 foram definidas pelo Conselho Municipal do OP (o COP) em conjunto com o governo, através da Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo no ano de 2003. Desta forma, as assembleias populares regionais são organizadas a partir das 14 administrações regionais e 4 subprefeituras, seguindo a mesma divisão do ano anterior (2003).

As áreas das administrações regionais e subprefeituras são chamadas de Regiões do OP, nas quais a população define suas principais necessidades. É importante salientar que, das assembleias populares regionais podem participar todos os moradores da região.

A seguir estarão elencados e explicados os pilares constituintes desta estrutura do OP¹⁴:

✓ As assembleias populares temáticas:

Além das necessidades indicadas nas regiões, houve também oito assembleias populares temáticas que indicaram as prioridades gerais para toda a cidade. No ano de 2004, as assembleias temáticas foram: 1. Assistência Social; 2. Cultura, Esporte e Lazer; 3. Desenvolvimento Econômico; 4. Educação; 5. Gestão; 6. Habitação; 7. Saúde; 8. Temas da Cidadania (mulheres, comunidade negra, jovens, idosos, portadores de deficiência física e necessidades especiais, e homossexuais).

Nas questões relativas à Saúde, Educação, Assistência Social e Habitação, o debate se realizou a partir das políticas aprovadas nas respectivas conferências municipais, sendo que as Temáticas de Saúde e Educação não poderiam indicar demandas de construção de obras ou ampliação de espaços físicos existentes.

¹⁴ Os dados contidos neste item que descreve a estrutura do OP Campinas são baseados na publicação: *Orçamento Participativo de Campinas*, produzida pela Prefeitura de Campinas.

✓ Organização do Orçamento Participativo em Campinas durante o ano de 2004 (divido em quatro momentos):

1. REUNIÃO COM AS LIDERANÇAS REGIONAIS E TEMÁTICAS:

Durante fevereiro e março de 2004, os representantes, os conselheiros e o governo realizaram reuniões com o conjunto das lideranças das regiões e das temáticas. O objetivo das reuniões era de informar e debater a execução das demandas aprovadas para a região ou tema e organizar a agenda de assembléias para a definição das demandas e a eleição dos representantes.

2. RODADA DE ASSEMBLÉIAS LOCAIS E ELEIÇÃO DOS FÓRUNS DE REPRESENTANTES:

Em primeiro lugar, quanto à rodada de Assembléias: para cada região e para cada tema foi formado um Fórum de Representante do Orçamento Participativo, dos quais fizeram parte os representantes eleitos nas Assembléias Locais. Os representantes realizaram trabalho voluntário, ou seja, não remunerado. E o objetivo das Assembléias eram três: a prestação de contas das demandas locais ou temáticas; a definição das prioridades locais ou temáticas; e a eleição dos representantes regionais e temáticos.

Em segundo lugar, quanto à eleição dos Fóruns de Representantes: a cada dez pessoas presentes e credenciadas nas assembléias locais, elegia-se um representante para compor o Fórum de Representantes.

Nas assembléias populares temáticas, os representantes foram eleitos na proporção de uma para dez pessoas presentes credenciadas nas assembléias locais, conforme a categoria de credenciamento (usuários, trabalhadores, prestadores de serviço, etc.).

As atribuições dos Fóruns de Representantes são as seguintes: trabalhar em conjunto com o COP na definição das prioridades regionais e temáticas e no Plano de Investimentos (PI); organizar a participação dos moradores da Região para o acompanhamento dos trabalhos do COP - Conselho Municipal do Orçamento Participativo; participar como instância consultiva do planejamento local - na região - ou do tema, articulando debates sobre a agenda local ou do tema, envolvendo o poder público; fiscalizar as ações do governo nas regiões ou nos temas; incentivar e organizar os cidadãos e cidadãs para que as discussões das necessidades sejam feitas de forma democrática, de modo que assegure a maior participação possível; recolher as demandas apresentadas aprovadas nas assembléias locais; apresentar as prioridades da região ou do tema na Rodada Única de Assembléias Populares

do OP; acompanhar a discussão do projeto de orçamento na Câmara de Vereadores; ajudar a organizar rodadas de assembleias do OP no ano seguinte.

As atribuições do governo nas assembleias locais reservaram-se a acompanhar os fóruns regionais e temáticos e as lideranças, fornecendo informações e suporte técnico para a realização dos trabalhos.

As prioridades estavam dentro dos temas a seguir: Assistência Social; Cidadania; Cultura; Esporte e Lazer; Desenvolvimento Econômico; Educação; Habitação; Iluminação; Meio Ambiente; Obras; Pavimentação; Saneamento básico; Saúde; Segurança; Serviços Públicos; Transporte e Circulação.

Para definir as principais necessidades, as assembleias locais escolheram uma prioridade para toda a região e até duas prioridades para o bairro ou conjunto de bairros presentes na assembleia local. As duas demandas definidas como prioridades nas assembleias locais foram incluídas em um dos temas acima referidos. A Assembleia Popular Regional define três temas prioritários para a região, dentro o conjunto dos temas aprovados nas assembleias locais. Portanto, as demandas que a região encaminha para apreciação do COP, independente do número, são as demandas incluídas nos três temas priorizados na Assembleia Popular Regional. A prioridade para toda a região será aquela que mais se repetir no conjunto das assembleias locais. Essa demanda será encaminhada para apreciação no COP juntamente com as demandas elencadas dentro dos três temas priorizados na Assembleia Popular Regional.

Quanto à escolha das prioridades temáticas: os fóruns de representantes junto com os conselheiros/as do tema ou segmento definem quantas e quais seriam as assembleias locais para a aprovação de até dez prioridades para cada um dos temas ou segmentos. As Assembleias Temáticas Locais e/ou de segmentos devem contar com a presença de no mínimo 30 (trinta) pessoas.

Os critérios para definição de prioridades foram os seguintes: a principal prioridade da região; a população beneficiada (caso fosse atendida a demanda); a carência de infraestrutura pública na região.

3. RODADA ÚNICA DE ASSEMBLÉIAS POPULARES REGIONAIS E TEMÁTICAS:

A Rodada Única de Assembleias Populares tinham os seguintes objetivos: nas assembleias populares regionais são definidos três temas prioritários para a região dentre os temas aprovados nas assembleias locais, através de votação direta; nas assembleias populares

temáticas são apresentadas até dez prioridades definidas a partir das assembleias locais ou de segmentos; são eleitos os/as conselheiros/as para o COP - Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

4. OS TRABALHOS DO COP - CONSELHO MUNICIPAL DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:

O COP - Conselho Municipal do Orçamento Participativo é formado por quatro conselheiros eleitos em cada região, sendo dois titulares e dois suplentes.

São atribuições do COP: discutir e organizar a Proposta Orçamentária a partir das prioridades indicadas pelas regiões e assembleias temáticas; entregar o LOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual junto com o governo a Câmara de Vereadores; acompanhar os debates sobre o orçamento na Câmara Municipal; sistematizar as obras e serviços que deverão ser realizados no ano seguinte; acompanhar a execução orçamentária depois de aprovada; definir e acompanhar o processo de organização do OP no ano seguinte.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CAMPINAS: LIMITAÇÕES E POTENCIALIDADES

Diante da descrição detalhada de como funciona o Orçamento Participativo em Campinas-SP, da metodologia utilizada pela Coordenadoria do Orçamento Participativo no município e de alguns breves comentários sobre a participação popular no período analisado, feitas nos capítulos anteriores, devemos então analisar de forma mais aprofundada o que a experiência do Orçamento Participativo trouxe de benefícios e avanços em questões sociais, econômicas e referentes à cidadania para a cidade de Campinas-SP, e ao mesmo tempo, destacar pontos que demonstram as fraquezas e limitações do processo no município, para que sirvam como reflexão sobre o tema proposto nesse trabalho.

Antes de tudo, é válido destacar que na experiência de Campinas-SP há algumas características que diferem positivamente de outras experiências do Orçamento Participativo. São elas:

- O Executivo participa do Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP) com dois representantes, o coordenador da Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo e uma secretária, que têm direito a voz, mas não a voto. O voto é cem por cento (100%) popular em Campinas-SP;
- O Conselho se auto-regulamenta, definindo em regimento interno, a cada ano, no início da gestão dos conselheiros, a sua forma de funcionamento, e no final do ano, a metodologia de trabalho para o ano seguinte;
- A criação da temática da Cidadania, que define obras e serviços para os segmentos normalmente mais excluídos da pela sociedade, como a comunidade negra, mulheres, idosos, juventude, portadores de necessidades especiais e homossexuais;
- Os conselheiros deliberam sobre cem por cento (100%) da parcela do Orçamento Público destinada para investimento.

Essas particularidades nos mostram que passos importantes foram dados desde o início do processo participativo, em 2001, no sentido de envolver a população e delegar a ela os direitos e de deveres de decidir sobre o Orçamento Público através de todo o processo metodológico que já foi descrito no capítulo dois. Em outras palavras, as responsabilidades foram passadas à população e organizadas pelo governo municipal através das assembleias e dos cursos de capacitação dados ao COP desde o início.

A situação financeira e social vivida pela sociedade campineira a partir da década de 80, como já visto, deixou um cenário aberto para a boa aceitação pela população quanto ao OP. O próprio PT (Partido dos Trabalhadores) credita grande parte dos méritos pela vitória na campanha eleitoral de 2000 à presença do OP no Plano de Governo. Por isso, é válido afirmar que, boa parte do que a experiência do OP em Campinas-SP trouxe de benefícios à cidade até o ano de 2005, deve-se ao cenário social e financeiro em que se encontrava o município e, em consequência a isso, às organizações e mobilizações populares, tradicionais no município.

Através de dados obtidos junto à Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo e junto às Secretarias de Finanças e Planejamento de Campinas-SP, nesse capítulo pretendo fazer uma análise de alguns resultados econômicos e sociais obtidos nos três primeiros anos de OP em Campinas-SP. O fato de ter excluído o ano de 2004 das análises deve-se à troca da administração da cidade em janeiro de 2004, já que a nova administração não disponibiliza de muitos dados e resultados referentes ao ano de 2004 até o momento.

Para uma análise bem estruturada, vou dividi-la em quatro dimensões. Na primeira, vou enfatizar os impactos econômicos do Orçamento Participativo em Campinas-SP, procurando enfatizar o peso das decisões do OP no Orçamento Público Municipal. Na segunda, tratarei dos temas políticos que envolvem o funcionamento do OP, analisando a participação popular e a relação do programa com o poder Executivo municipal e com a Câmara de Vereadores de Campinas-SP. Na terceira, buscarei mostrar quais são as regiões do município mais necessitadas e se realmente elas são mais atendidas pelo OP, gerando o processo chamado de inversão de prioridades pelos teóricos do tema. E finalmente, na quarta, vou discutir se o Orçamento Participativo realmente dá sinais de que conseguiu seu maior objetivo (ou vem avançando nesse sentido): resgatar a cidadania e trazer os segmentos historicamente excluídos para o centro das discussões políticas e econômicas municipais.

3.1 – IMPACTOS ECONÔMICOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO-CAMPINAS

Discutir os impactos econômicos que o Orçamento Participativo gerou no município de Campinas-SP em seus anos de execução é importante pois esse é um dos principais aspectos que nos leva ao objetivo desse trabalho: analisar os benefícios que o OP trouxe à Campinas-SP e discutir os limites e problemas encontrados no programa. O aspecto econômico é importante, pois através dele podemos enxergar qual foi o real “poder de manobra” da população participante das decisões do OP, ou seja, dentro de um cenário de fragilidades financeiras e altas dívidas contraídas, conforme descrito

no capítulo 1, qual foi a parcela do Orçamento Público destinada às decisões da população. Faz-se importante essa análise, pois pode-se chegar à conclusão, por exemplo, que mesmo com grandes avanços democráticos e participativos, os impactos dessas decisões populares são muito pequenos economicamente, isso acarretaria em resultados mínimos na inclusão de segmentos historicamente excluídos e na melhora da qualidade de vida da população mais necessitada de investimentos públicos.

No primeiro capítulo desse estudo, expliquei a composição da Despesa Pública Municipal. É válido acrescentar que as despesas do Orçamento, segundo as categorias econômicas, podem ser divididas basicamente em Despesas Correntes (pessoal, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes) e Despesas de Capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Como já dito, a parte destinada à decisão popular é a referente aos investimentos. Isso nos mostra que, o poder de decisão popular, ao contrário do que era planejado pelo prefeito Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, se restringe apenas a uma parcela dentro da categoria de Despesas de Capital da Prefeitura.

Foi registrado no Programa de Governo 2001-2004 do PT de Campinas, que era objetivo do governo petista, se eleito, debater cem por cento (100%) do Orçamento Público com a população através do Orçamento Participativo. Mas o que se vê é que apenas 100% da capacidade de investimento, ou seja, uma parcela pequena do Orçamento, foi passada para as decisões populares ao longo dos anos de 2001 a 2005. “Debates referentes ao custeio, licitações, reformas tributária e fiscal, dívida do município e outros, que poderiam ampliar o processo participativo popular nas arenas de decisão pública, aprofundando o controle social do Estado não entraram em pauta. Isso vem demonstrar que, embora a idéia eufórica do governo fosse discutir todo o orçamento, isso não foi possível devido a diversos fatores, como interesses políticos e econômicos enraizados na estrutura administrativa do estado, divergências internas na equipe do governo sobre o alcance do OP, ausência de mobilização popular reivindicando o direito de deliberar para além dos investimentos” (SANTOS, 2004:29).

Segundo a Coordenadoria do OP, mesmo isso não se tornando uma realidade, passos importantes foram dados em direção a esse objetivo. É citada então a criação das Assembléias Temáticas de Desenvolvimento Econômico e de Gestão, que tinham como objetivos iniciais gerar um espaço de discussão das receitas municipais com a comunidade e debater o modelo de Estado mais eficaz por meio de cursos destinados á população. Essas Assembléias foram responsáveis por muitas palestras sobre finanças públicas, capacitações para o COP sobre orçamento, dívida, Orçamento Participativo e modelos de administração pública eficaz desde que foram criadas.

Em dados tirados dos Orçamentos Públicos de Campinas dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, podemos ver que essa parcela do Orçamento pela qual a população passou a ser responsável (investimentos) vem crescendo a cada ano (em relação ao total de despesas orçadas), ao passo que as

despesas correntes mostram tendência de queda nessa relação, principalmente por causa de uma significativa queda na parcela destinada ao pagamento de pessoal.

No ano de 2002, o Orçamento previa despesas no valor de R\$ 861.226.040. Dessa quantia, 92% significam despesas correntes, sendo que gastos com pessoal e juros e encargos da dívida representavam 54% (R\$ 468.653.401) e 7% (R\$ 56.688.317) do Orçamento, respectivamente. Já os investimentos foram estimados em R\$ 42.214.630 (5% do Orçamento).

Em 2003, as despesas no Orçamento foram previstas em R\$ 1.003.065.039. As despesas correntes representavam 93% desse número, principalmente por causa dos gastos com pessoal (R\$ 552.249.196), que representavam 55% do total do Orçamento e pelos gastos com juros e encargos da dívida, por sua vez, foram orçados em R\$ 57.577.853 (6% do Orçamento). Os investimentos, nesse ano, representavam cerca de 5% do Orçamento Público, o que significa uma quantia de R\$ 46.455.014.

Em 2004, a previsão de Despesas no Orçamento aumentou para R\$ 1.155.189.710. Dessa quantia, as despesas correntes representavam 90%. A quantia gasta com pessoal foi prevista em R\$ 602.349.960 (52% do Orçamento), com juros e encargos da dívida em R\$ 67.042.295 (6% do Orçamento). Já para os investimentos, o valor foi de R\$ 83.562.537 (7% do Orçamento). Nota-se que apenas em 2004, os gastos previstos em investimentos ultrapassaram as despesas previstas em juros e encargos relacionados às dívidas públicas municipais.

Finalmente, no Orçamento de 2005 foram previstas despesas no valor de R\$ 1.191.727.915, sendo que, as despesas correntes representavam 87% desse valor. Dentro delas, os gastos com pessoal representavam 43% do Orçamento (R\$ 513.243.021) e com juros e encargos da dívida, 5% (R\$ 64.371.660). A tabela mostra com mais clareza esses dados:

2002	% do Orçamento	2004	% do Orçamento
Despesas correntes	92%	Despesas correntes	90%
Juros e encargos	7%	Juros e encargos	6%
Pessoal	54%	Pessoal	52%
Despesas de capital	7%	Despesas de capital	10%
Investimentos	5%	Investimentos	7%
2003		2005	
Despesas correntes	93%	Despesas correntes	87%
Juros e encargos	6%	Juros e encargos	5%
Pessoal	55%	Pessoal	43%
Despesas de capital	7%	Despesas de capital	13%
Investimentos	5%	Investimentos	10%

Com esses dados podemos ver que a parcela do Orçamento que é efetivamente discutida pela população de Campinas-SP é pequena. Cinco por cento (5%) do Orçamento de Campinas representa algo em torno de R\$ 45 milhões, número muito próximo do que é gasto com o pagamento de juros da dívida municipal anualmente.

É válido destacar que, muitas vezes, existem erros de previsões de Receitas no Orçamento, e por isso, as previsões de Despesas também têm que ser alteradas durante o exercício. Isso faz com que os resultados efetivos ao final do ano sejam diferentes daqueles previstos no ano anterior para a montagem do Orçamento. Em dados fornecidos pela Secretaria de Finanças ao Conselho Municipal do Orçamento Participativo em novembro de 2005, o valor da parcela do Orçamento realizado¹⁵ referente a investimentos ano a ano foi o seguinte:

2002 – R\$ 21.831.588,17 – 2,5% do Orçamento anual realizado

2003 – R\$ 29.700.243,81 – 3,0% do Orçamento anual realizado

2004 – R\$ 48.824.550,45 – 4,2% do Orçamento anual realizado

Previsão calculada até 15/09/2005 para 2005 – R\$ 43.063.793,50 – 3,3% do Orçamento realizado

Esses dados revisam (para baixo) aqueles colocados logo acima, referentes aos Orçamentos não realizados. Os gastos com investimentos realizados nos anos de 2002 a 2005 acabaram ficando abaixo do que foi previamente orçado. Segundo a Secretaria de Finanças de Campinas-SP, isso se deve essencialmente a ajustes nas previsões de Receitas ao longo do ano, já que, as verbas decididas pela população através do OP não podem ser remanejadas para outras dotações do Orçamento Municipal sem o consentimento do COP, impossibilitando assim, reduções apenas nos investimentos para aumento em alguma outra área ou programa. A maior diferença está no ano de 2005. Isso aconteceu, segundo o Coordenador do Orçamento Participativo, por causa de um acordo feito entre a nova administração que assumiu em janeiro de 2005 e o COP, como discutirei mais adiante na questão política.

Os dados vistos mostram inicialmente que, apesar de ser difícil analisar os reais impactos econômicos do OP, principalmente pela falta de estudos e informações por parte da Prefeitura de Campinas-SP sobre a exata distribuição entre as áreas dos recursos referentes aos investimentos, o

¹⁵ Ao me referir a Orçamento realizado, tenho a intenção de mostrar os números do balanço financeiro publicado pela Prefeitura ao final de cada exercício anual, referente ao ano que passou.

“raio de ação” da população, quanto aos impactos econômicos, é pequeno, pois significa apenas cerca de 5% do previsto no Orçamento Municipal.

Outro assunto que deve ser destacado dentro da complexidade do tema “impactos econômicos do Orçamento Participativo” é quanto à distribuição dos recursos destinados ao OP por tema.¹⁶ Assim pode-se ter uma idéia sobre o destino que aquelas parcelas do Orçamento destinadas ao OP vistas logo acima vêm tomando. Alguns poucos dados foram fornecidos pela Coordenadoria do OP sobre o assunto através de uma obra de seu Coordenador José Braga. Segundo Braga (2004), quanto à distribuição dos recursos por tema, podemos ver no Quadro 2 que o tema Obras foi contemplado com 10% das demandas aprovadas. Contudo, estas demandas custaram 29% dos recursos destinados ao OP no período compreendido entre 2001 e 2003. Isso se deve ao grande número de demandas relacionadas a pavimentações em bairros da periferia e ao alto custo do asfalto. Os dados ainda demonstram que a participação popular na definição do destino dos recursos públicos prioriza gastos na área social, como já dito anteriormente. Cinquenta por cento (50%) dos recursos foram destinados para as áreas de educação (20%), saúde (14%), habitação (10%) e assistência social (6%). Se somarmos a esses recursos, os destinados às obras em infra-estrutura, chegaremos a oitenta por cento (80%) dos investimentos. Com isso, nota-se que oitenta por cento dos recursos destinados ao OP em três anos foram destinados ao atendimento de necessidades básicas da população de Campinas-SP.

A publicação “*4 anos de Orçamento Participativo em Campinas*”(2004) coloca em discussão mais um detalhe também sobre essa análise dos impactos econômicos do OP. Segundo a publicação e o atual coordenador do Orçamento Participativo em Campinas-SP, é arriscado afirmar que os impactos são pequenos apenas por causa da porcentagem do Orçamento que é destinada à decisão popular. Não se deve deixar de lembrar que uma demanda do Orçamento Participativo pode gerar muitas ações, e essas ações não estão inclusas nas descrições da demanda e nas verbas destinadas a ela. Exemplificando: como vimos, o tema Obras abrange 29% dos recursos destinados ao OP. O tema inclui a construção de creches, postos de saúde, pavimentação e outros. A partir do momento em que a Prefeitura assume a responsabilidade por satisfazer a prioridade escolhida pelo COP, através da Secretaria de Obras e Projetos ela abre uma licitação e permite a construção de uma creche, por exemplo. Ao final da obra, a “demanda do OP” está encerrada, mas a administração municipal torna-se responsável por contratar e manter professores, cozinheiros, zeladores, faxineiros, por pagar as contas de água, luz e telefone. Dessa maneira, as despesas que podem decorrer de uma demanda do OP encontram-se misturadas às outras despesas correntes e por isso não podem ser identificadas de

¹⁶ O termo “tema” refere-se a áreas de ação, como educação, obras, saúde, assistência social, cultura e outros.

maneira clara, dificultando ainda mais uma análise dos reais impactos econômicos que o OP pode trazer ao município. Afinal, todos esses gastos decorrentes de demandas do OP, que podem gerar novos empregos e aumento na atividade econômica entre outras coisas, deveriam ser inclusos numa análise mais apurada dos aspectos econômicos do Programa, e não apenas a parcela do Orçamento sobre a qual a população tem o poder de decisão.

3.2 – AS QUESTÕES POLÍTICAS QUE ENVOLVEM O FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM CAMPINAS

Para analisar a dimensão política do Orçamento Participativo, escolhi alguns aspectos que podem trazer importantes conclusões para esse trabalho. Primeiro, vou discutir o nível de participação popular, algumas características sócio-econômicas dessa população que participa efetivamente do processo de decisão das prioridades e das demandas e ainda discorrer um pouco sobre o associativismo local e sua relação com o funcionamento e os resultados do OP em Campinas-SP. Isso é importante para que se possa entender qual é a influência das lideranças de bairros e das mobilizações populares históricas sobre as decisões que são tomadas no COP. Depois disso, vou complementar o item com uma análise feita em cima de depoimentos de pessoas ligadas ao governo municipal sobre as relações entre o OP e a Câmara de Vereadores e o Poder Executivo, que tendem a ser conflituosas e a atrapalhar o processo de democratização participativa.

3.2.1 – Participação Popular

Segundo Leonardo Avritzer (2002) descreveu, os pilares de sustentação das experiências de democracia participativa seriam: A) Vontade Política; B) Associativismo Local; C) Desenho Institucional; D) Capacidade Financeira, cujos arranjos possíveis entre si vão se expressar na configuração local do OP.

Portanto, essa seção nos leva de encontro a dois desses grandes pilares: vontade política e associativismo local. Daí a importância de analisar esse tema político, pois, como dito, dele se forma a configuração do OP no local onde é instalado. Além disso, a intenção dessa seção é incitar em nós um exercício de pensar em novos arranjos possíveis, tencionando, dessa forma, os limites impostos pela institucionalidade ao funcionamento do OP.¹⁷

¹⁷ SANTOS (2004) – o autor entra de forma mais aprofundada no tema, mas minha intenção nesse estudo é apenas abordar o tema como forma de mostrar como a institucionalidade pode ajudar ou atrapalhar o funcionamento do OP.

Para analisar esses pilares, vou me apoiar em uma base de dados construída pela Professora Evelina Dagnino e uma equipe formada por alunos, todos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, com base em entrevistas com 82 conselheiros do COP do ano de 2003. Alguns resultados dessas entrevistas foram apresentados por Santos (2004), o qual também será muito útil em minha análise.

Analisando o processo inicial de implantação do OP em Campinas, Santos (2004) diz que:

No governo de Campinas temos a expressão nítida da correlação de forças políticas e interesses econômicos existentes na sociedade que perpassam o Estado. Se enquanto proposta política em disputa, o OP tinha a tendência de avançar a discussão pública sobre o orçamento global do município, ao vencer a disputa e assim adentrar o sistema político, ele passou a tanto suas diretrizes questionadas, quanto seu alcance limitado. Mais do que democratizar a relação entre Estado e Sociedade, o caso do OP de Campinas aponta para a necessidade da democratização do Estado.(p.29)

Dessa forma, vemos que as relações políticas que envolvem o Orçamento Participativo e o Governo em Campinas são conflituosas desde antes de sua implantação, por isso é importante analisá-las nesse trabalho.

A vontade política é considerada um dos pilares, pois dela nasce a iniciativa, a organização e a execução do OP. A vontade política tem grande influência sobre a participação popular, e conseqüentemente, sobre o bom funcionamento do OP. Quando a população que participa encontra uma estrutura política que se envolve e se compromete verdadeiramente com o programa, o OP tem a oportunidade de mostrar maiores resultados e maior população participante. Mas o que e vê é que, de acordo com os dados, os maiores problemas do OP (Graf. 3) apontados pelos Conselheiros foram falta de vontade política (29,70%) e dinâmica interna (28,71%), o que demonstra que aproximadamente 58,5% dos problemas enfrentados pelo OP foram creditados à prefeitura. De acordo com Santos (2004), *a falta de vontade política e a dinâmica interna, segundo os Conselheiros do OP, estariam, no geral, referindo-se às dificuldades que o OP estaria enfrentando para que uma demanda regional ou temática se transforme numa prioridade municipal e, mais adiante, para que essa prioridade seja realizada conforme o deliberado e dentro do prazo.(p.33)*

Gráfico 3



Fonte: Santos (2004). IFCH – Unicamp.

Os dados da pesquisa com o Conselho ainda mostram, nesse aspecto, que apesar da maioria dos conselheiros achar que a prefeitura dá informações e esclarecimentos que satisfazem a maioria do COP, isso não é suficiente para que a falta de vontade política não seja apontada como um dos maiores problemas do OP. Isso nos leva a crer que existem outros problemas que dificultam os trabalhos do COP, que vão além das trocas de informações e esclarecimentos técnicos, financeiros, administrativos ou jurídicos. Segundo Santos (2004),

Muitos desses outros problemas se referem aos entraves burocráticos de uma administração pública que, embora tenha um outro governo (PT), traz consigo práticas de governos anteriores, as quais, o atual encontra dificuldades em transformá-las. Talvez seja esse o ponto em que uma maior vontade política e comprometimento de todo o governo com o OP, poderia vir a dinamizar o processo, acenando para a superação dos problemas “burocráticos” enfrentados pelos Conselheiros, dando assim maior credibilidade ao governo no que se refere ao comprometimento com o OP.(p.33)

A participação popular tem um segundo grande condicionante: o associativismo civil encontrado no município. As associações populares e as conseqüentes formações de líderes de bairros ou regiões tiveram seu auge nas décadas de 70 e 80, pois foi uma das formas que a população

encontrou de buscar a democracia nas relações entre Estado e Sociedade. Mas a partir da segunda metade da década de 80, esse processo teve uma perda quantitativa e qualitativa em suas lutas políticas, não significando que ele tenha sido pulverizado. Segundo Santos (2004), alguns focos de movimentos de associativismo em Campinas persistiram, e com a implantação do Orçamento Participativo no ano de 2001, essas associações, por meio de seus representantes, puderam não apenas reivindicar, mas também negociar suas demandas num espaço público e democrático. Tanto é que, quando perguntado aos Conselheiros do OP em Campinas se eles integravam alguma organização civil, a resposta foi positiva em 81,48% dos casos e negativa em 18,52%, expressando a história de mobilização popular de Campinas, além de demonstrar a credibilidade inicial das entidades civis na proposta do OP.

A pesquisa ainda mostra dados importantes para chegarmos a uma conclusão sobre como o associativismo civil foi relevante para os resultados que serão apresentados a seguir sobre a apresentação popular. Entre esses dados, podemos destacar o tempo de associativismo dos conselheiros, as linhas de associações que são representadas no COP e a situação partidária dos conselheiros.

A respeito do tempo de associação dos Conselheiros, aproximadamente 50% deles estavam associados em 2003 a mais de 5 anos, e 31,62% a mais de 10 anos. Ou seja, anos antes da criação do OP, muitos já eram associados, o que nos permite dizer que mais do que incentivar uma maior participação popular em entidades civis, o OP tem se configurado num espaço onde representantes dessas entidades levam suas demandas, tornando-as públicas e disputando-as frente as demandas de outras organizações civis.

Dentre as entidades de organização civil, as que possuíam um maior número de participantes no COP-Campinas, segundo a pesquisa, eram as tradicionais Associações de Moradores, com 30,65% dos Conselheiros que eram associados a alguma entidade, seguidas pelas de caráter religioso com 12,10%. Esses números mostram que as entidades religiosas, principalmente as comunidades ligadas à Igreja católica, ainda têm grande influência nos movimentos sociais e nas decisões populares, principalmente quando se trata de demandas em setores carentes da sociedade. Ainda é importante destacar que 49,32% desses Conselheiros eram lideranças onde participam.

E por fim, quanto às filiações partidárias, é válido destacar inicialmente que, segundo Navarro (2003)¹⁸, é importante olhar para esse aspecto a respeito dos Conselheiros pois quanto maior for a relação de identidade e proximidade de alguns setores da sociedade civil diante de um partido político, maior tende a ser a aproximação de uma administração governada por esse partido político aos anseios

¹⁸ Apud Santos (2004), pg 42.

dos setores da sociedade civil com os quais dialoga, no entanto, essa aproximação também pode conduzir uma “confluência perversa”, onde o partido político instrumentaliza esses setores a fim de atender seus interesses partidários.

Dentre os Conselheiros do OP-Campinas, 52,50% não eram filiados a partidos políticos, e entre os 47,50% que eram filiados, 71% eram ao Partido dos Trabalhadores (PT). Dos que não eram filiados, 83,34% simpatizavam com o mesmo partido. A partir desses dados, o OP expressa sua tendência de se tornar um espaço não apenas de disputa entre os setores da sociedade civil pelo atendimento de suas reivindicações, mas também de disputa de projetos políticos. No entanto, essa possibilidade de disputa não se concretiza em Campinas, visto a hegemonia do PT, partido do governo municipal que implantou o OP. Isso acontece, provavelmente, por causa de uma convergência de projetos políticos. De um lado havia o interesse da sociedade civil em ter uma maior participação nos espaços de decisão de políticas públicas, e do outro, um partido político cujo projeto a ser implantado contemplava a criação de espaços onde essa participação pudesse ampliar-se. Mas, segundo Santos (2004), essa convergência acabou sendo benéfica para a sociedade campineira, pois ela é uma relação de constante conflito e de intensas negociações, cujos consensos são arranjos sempre provisórios, uma vez que os atores sociais envolvidos tendem a ser ao mesmo tempo representantes da sociedade civil e membros e/ou simpatizantes de um partido político.

Enfim, o fato de 81,48% dos Conselheiros participarem de algum tipo de associação civil, e destes, cerca de 49,57% há mais de 5 anos, e sendo 47,50% dos Conselheiros não filiados a partidos políticos, aponta para a transformação do OP-Campinas num espaço que, antes de se configurar num espaço de disputa de projetos políticos ou num mecanismo de instrumentalização partidária, tem sido um espaço de disputa e negociação entre os setores da sociedade civil.

Analisadas as condicionantes principais da participação popular no Orçamento Participativo em Campinas, agora devo mostrar alguns resultados sobre um balanço feito pelo ex-coordenador do OP-Campinas, José Braga sobre a participação popular nos três primeiros anos do programa.

O primeiro fato que se destaca nas análises feitas pela Prefeitura de Campinas é a grande participação popular desde o início do OP, como já citado no capítulo dois. Nos três primeiros anos de OP, ao todo, 72.530 pessoas participaram das assembleias, desde as primeiras rodadas até a última, com a formação do COP. Em 2001, o total foi de 14.749 pessoas. Em 2002, o número cresceu para 30.599. E em 2003, caiu um pouco para 27.274 pessoas. Essa queda, segundo a Coordenadoria do OP, deve-se a algumas mudanças na metodologia e na visão política e estratégica de lideranças de bairros. Os representantes de bairros teriam aprendido com o passar dos anos que encher as primeiras assembleias para ter um número significativo de representantes não era suficiente para garantir

escolhas de demandas de um bairro específico nas fases seguintes. A metodologia do OP organiza criteriosamente o processo de definição de prioridades realizado pelos fóruns de representantes, e essa metodologia é uma composição de variáveis políticas e matemáticas. Sendo assim, os representantes teriam aprendido que a conquista depende da forma de articulação política que deriva da metodologia do OP e não só do número de participantes. Daí a queda da participação na Primeira Rodada de Assembléias que elegiam os representantes.

Vale a pena destacar também, já como um resultado sócio-econômico significativo, que a participação mais intensa aconteceu nas regiões mais carentes, como podemos ver no Quadro 1 no anexo. Regionais 06, 12 e 13 representaram juntas cerca de 30% da participação popular no período de três anos. Essas regionais incluem regiões do Eixo Viracopos-Santos Dumont, onde se encontram invasões e algumas grandes favelas e Parque Valença I e abrigam cerca de 310 mil pessoas, ou seja, aproximadamente 32% da população total de Campinas, sendo que do total de pessoas residentes responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Campinas, de acordo com o Censo 2000, daquelas que não são alfabetizadas, 43% encontra-se nessas regiões, e daquelas que são consideradas sem renda, 48% estão nessas três regiões somadas¹⁹. Fundamentalmente, essas regiões mantêm um nível de organização política importante para superar os problemas de infra-estrutura, violência e pobreza em que se encontram (discutirei melhor as condições sócio-econômicas de cada regional ainda nesse capítulo). Essa organização política, num ambiente de democracia participativa, tal como foi instalada em Campinas-SP, permitiu a essas regiões serem re-inseridas na discussão política, econômica e social do município, havendo espaço assim, para superarem a dívida social existente e proporcionarem um cenário favorável à redução da desigualdade econômica dentro da cidade.

3.2.2 – Relação com o Executivo e com a Câmara de Vereadores

As relações entre o OP-Campinas com o poder executivo e legislativo são outro ponto a ser discutido. Em muitas conversas com os Coordenadores do Orçamento Participativo, com alguns conselheiros que formam o COP, pude constatar que uma constante reclamação é sobre as obstruções políticas que são feitas ao bom andamento da metodologia proposta pelo OP em Campinas-SP, conforme constatado também na pesquisa citada no item anterior (quanto à vontade política). Segundo essas pessoas, isso acontece tanto da parte do poder executivo, pela parte de algumas secretarias que buscam centralizar suas decisões e atividades, quanto pela parte do legislativo.

¹⁹ Segundo o Censo 2000, a população de Campinas naquele ano era de 970 mil pessoas. No ano de 2002, esse número já ultrapassou 1 milhão de habitantes.

Antes mesmo de sua implantação, o OP já era alvo de debates dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. Isso acabou por gerar conseqüências importantes para o programa, ou seja, passou a haver oposição dentro do próprio partido, principalmente quanto aos mecanismos para se alcançar o objetivo do OP. Como diz Braga (2002),

A maioria dos membros do PT - Campinas, apesar das críticas do Trabalho²⁰, concebia o OP como uma forma de "desprivatização do Estado e de construção das condições para a sociedade civil participar efetivamente na elaboração de políticas públicas que atendam interesses públicos.(p.8)

Após a fase de implantação, as relações do OP com o Executivo passaram a ser diretas e mais claras, principalmente pelo fato de que o partido que estava no governo, o Partido dos Trabalhadores (PT), foi o partido responsável pela implantação do programa e pela criação da Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo. Mas como vimos acima, havia oposição dentro do próprio Governo, de algumas secretarias, que acabaram por perder parte de sua autonomia com a passagem das decisões sobre investimentos para a população. Além disso, as secretarias também passaram a ser cobradas de forma mais direta e freqüente pela população, representada por seus líderes no Conselho do Orçamento Participativo. Essa se tornou uma forma de pressão sobre o secretariado, fazendo com que alguns deles se tornassem opositores ao Orçamento Participativo. Uma mostra disso, são as palavras de José Braga (2004), ex coordenador do OP, filiado ao PT, que assumiu o cargo após a morte do prefeito Toninho, que obrigou a coordenadora e vice-prefeita, Izalene Tiene a assumir o cargo de prefeita. Ele diz em sua análise sobre os três primeiros anos do OP-Campinas:

no conjunto, o envolvimento do governo, ficou a desejar. As secretarias, na sua grande maioria, não se prepararam internamente para planejar e apresentar à população qual a política do Governo para a área, e garantir no orçamento recursos para necessidades intrínsecas à manutenção dos serviços e/ou para investir em projetos formulados ou em formulação nas secretarias.(p.9)

Ainda segundo Braga (2004),

Outra dificuldade, em parte decorrente da situação acima referida, foi o processo de avaliação técnica das demandas. Ou seja, tivemos e temos dificuldades para definir, orçar e executar as demandas da população. Problema que se resolve em parte tendo o conjunto do Governo

²⁰ A frente Trabalho é uma tendência interna do PT, que é contra limitar as reivindicações populares dentro de mecanismos técnicos, jurídicos e financeiros, como, segundo eles, é feito no OP.

trabalhando de forma articulada e em parte, dando continuidade à reconstrução do aparelho de Estado, fundamentalmente sua capacidade de planejamento democrático e participativo.(p.9)

Braga ainda coloca em seu balanço que outro ponto em que o poder executivo deixou a desejar em sua parte no processo da democracia participativa foi quanto à insuficiência de materiais de divulgação do OP. A Coordenadoria é diretamente dependente do Gabinete do Prefeito e, essa, juntamente com a Secretaria de Finanças, tem grande parcela de responsabilidade pelo fornecimento de materiais, de recursos, palestras, enfim, pela organização e pelo financiamento de todo o processo que ocorre durante o ano. Segundo o ex-coordenador, *nas regionais os materiais ou são em pequena quantidade ou chegaram em cima da hora das assembléias e palestras, restando pouco tempo para uma melhor divulgação das Assembléias em bairros e regionais. Assim como tem sido pouco ou inexistente os materiais de formação do OP, para discutir, por exemplo, as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou as dificuldades de se ampliar a receita do município (essa parte se refere à Secretaria de Finanças). Na mesma linha, os conselheiros ainda apontam para Braga as dificuldades de obter informações da própria Coordenadoria, na medida em que é reduzido o número de agentes do OP e seu quadro total de recursos humanos, e a não existência de recursos próprios.(p.9)*

Dessa forma vemos que o Poder Executivo tem um papel importante no funcionamento do OP. Em Campinas, como dito acima, essa relação foi conflituosa desde o início. No ano de 2005, uma nova administração assumiu o Poder Executivo em Campinas. Liderada pelo prefeito Hélio dos Santos, filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), a nova administração centralizou grande parte das decisões de investimentos na cidade através de um acordo com o COP de não haver novas demandas no ano de 2005 (para o exercício de 2006), para que as antigas possam ser concluídas. Dessa maneira, muitas Assembléias foram excluídas do calendário anual do OP e muitas decisões sobre investimentos voltaram para o Gabinete do Prefeito e para algumas poucas Secretarias Municipais, prejudicando muito o processo gradual de recuperação da cidadania e de uma melhor e mais justa distribuição dos escassos recursos disponíveis no Orçamento que o OP vinha instalando na cidade de Campinas. Segundo a Coordenação do OP, para o ano de 2005 (no exercício do COP de 2004) foram indicadas 109 demandas. Com esse novo número, chegou-se a um total de 252 demandas para o ano de 2005, pois 143 ficaram para a continuidade, algumas delas por problemas técnicos (regularização de área, abandono da empresa contratada, rescisão de contrato e outros). A proposta orçamentária para 2006, feita aos moldes da nova administração, em tramitação na Câmara de vereadores, aponta um total de R\$ 144,2 milhões para investimentos, sendo que aproximadamente cinquenta por cento (50%) desse

montante contempla as demandas em aberto do Orçamento Participativo. Dessa maneira, vemos que, além de impedir a formulação de novas demandas para 2006, o prefeito Hélio dos Santos não permitiu que 100% dos recursos para investimento fossem destinados ao OP, mesmo que fosse para conclusão das obras em andamento. Apenas cinquenta por cento (50%) dessa parcela do Orçamento Público teve esse destino na proposta orçamentária para 2006, a primeira feita pela nova administração. Vejo nessa atitude, uma clara intenção do novo governo de boicotar aos poucos o Orçamento Participativo, muito mais por motivos políticos do que por motivos técnicos referentes ao OP. O prefeito e seu secretariado mostram uma clara tendência de administrar a cidade com grandes obras, e deixando a decisão nas mãos da população, isso não seria possível.

Quanto à Câmara de Vereadores, historicamente esse órgão público fez da concessão de favores (obras e projetos nos bairros onde se encontra grande parte de seus eleitores) uma moeda de troca (troca por votos e aumento de seu eleitorado). Deve-se lembrar que as funções da Câmara de Vereadores são legislar (fazer leis) e fiscalizar o poder executivo, ou seja, essa “função” de obter favores junto ao poder executivo para seu eleitorado não consta entre os deveres do legislativo municipal. Com o início do Orçamento Participativo em Campinas-SP, cem por cento (100%) da parte do Orçamento Público destinada a investimentos passou a ser discutida e decidida pela população diretamente, deixando de estar nas mãos do Poder Executivo. Dessa maneira, muitos vereadores perderam esse poder de barganha, inclusive diante do executivo, que também não tem direito de voto no COP e, assim, passaram a se opor e a obstruir de algumas maneiras o andamento pacífico e enriquecedor do OP. Fizeram isso através de lotações, ou esvaziamentos, de Assembléias que aconteciam nas regionais onde se encontra grande parte de seus eleitores, para formar líderes regionais que não representam efetivamente os anseios daquela comunidade, mas sim, representam interesses de vereadores que perderam seu poder de barganha e têm a intenção de desordenar e desorganizar o processo democrático participativo, fazendo-o perder credibilidade com a população. Segundo algumas pessoas da Coordenadoria do OP, isso passou a acontecer principalmente em 2005, quando o governo executivo voltou a assumir grande parte da parcela de investimentos do Orçamento Público, não coincidentemente. Portanto, a relação entre OP e Câmara de Vereadores é tensa e conflituosa, tornando-se um ponto de dificuldade para o bom funcionamento do OP em Campinas-SP.

3.3 – ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO-CAMPINAS

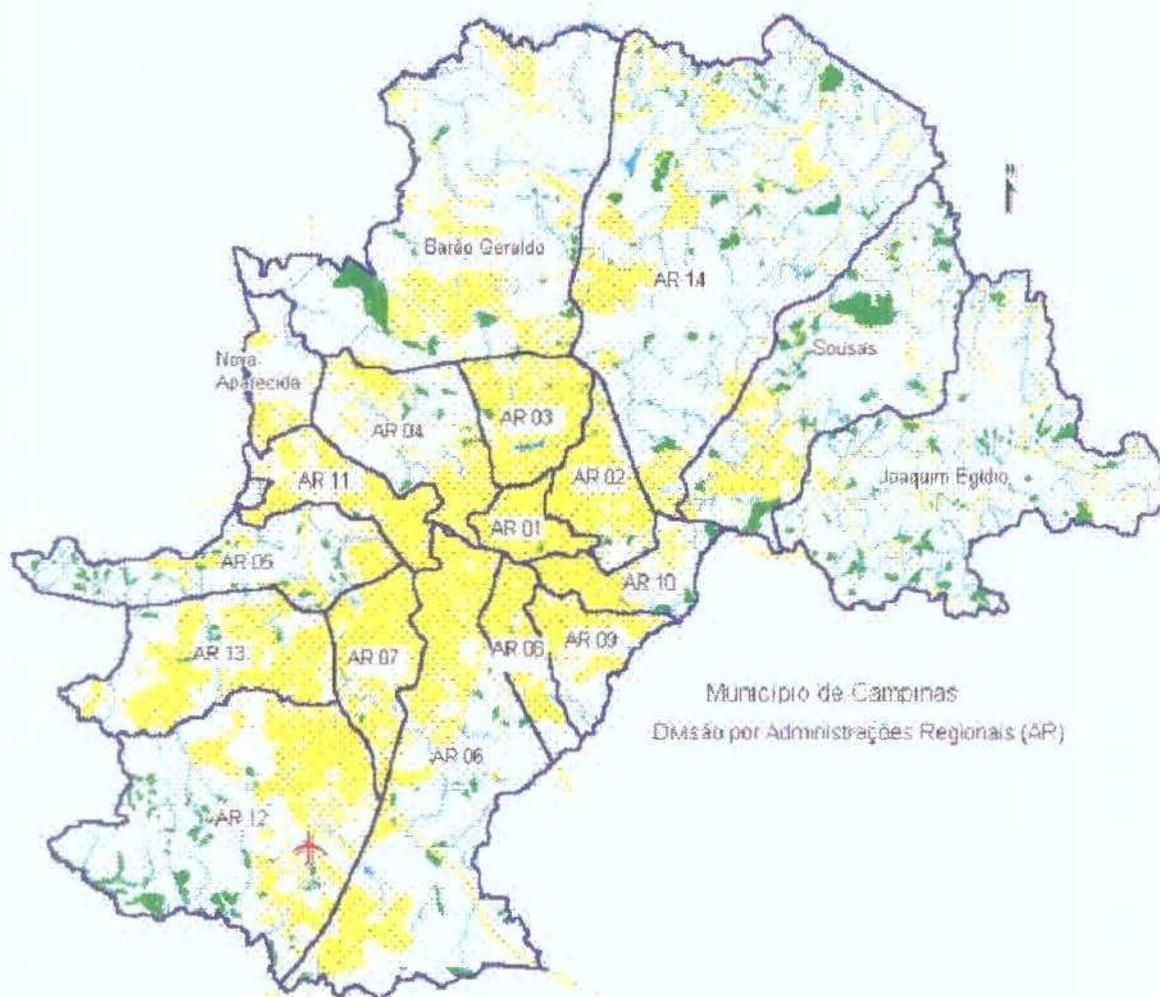
Um dos aspectos mais mencionados numa metodologia geral de implantação de um modelo de participação democrática como o Orçamento Participativo é quanto aos aspectos geográficos do município, ou seja, para que o modelo seja funcional, como vimos em suas regras de funcionamento, o município deve ser dividido em regiões geográficas que englobem alguns bairros. Essa divisão deve ser feita cuidadosamente, pois ela é grande responsável pelos resultados futuros do Orçamento participativo, já que são delas que saem as demandas populares, as priorizadas pela população após as Assembléias Regionais e a formação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

3.3.1 – *A divisão geográfica de Campinas e características dessas regiões*

A implantação do OP-Campinas contou com uma divisão geográfica da cidade de Campinas que já existia anteriormente. São 14 Administrações Regionais e 4 regiões separadas (distritos), que são Barão Geraldo, Joaquim Egídio, Sousas e Nova Aparecida.²¹

No anexo, estão as tabelas com os bairros que formam cada uma das regiões, para que se possa ter uma idéia da quantidade de bairros, ocupações e favelas que formam cada uma das regiões. O mapa das regiões administrativas está logo abaixo. Ele foi fornecido pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Campinas-SP. O que se pode destacar inicialmente sobre a divisão geográfica, é que algumas regiões são muito grandes, como a AR 14, Sousas e Barão Geraldo, mas isso não significa que elas possuem muitos bairros e muito menos uma grande população. Segundo BRAGA (2004), *em alguns casos, as dimensões das regiões de Campinas-SP são satisfatórias, no entanto, existe uma discrepância no tamanho e, na maioria dos casos, a situação sócio econômica da população e a infraestrutura pública dentro de cada região é bastante diferenciada.*(p.8.) Ele ainda aponta para a *necessidade de reconstruirmos nossa divisão geográfica, não só para o OP, mas para toda a administração. O objetivo deve ser uma melhor visualização das carências e Integração das ações das diferentes áreas de atuação do Governo* (p.8).

²¹ Não se pode esquecer que além dessas 18 regiões, ainda existem as 8 Assembléias Temáticas.



A Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente expõe em seu site alguns dados sócio-econômicos sobre as regiões de Campinas, retirados do Censo 2000, que são importantes para a análise que pretendo fazer. Nessa seção, quero primeiro mostrar dados sobre as regiões e demonstrar as enormes diferenças sócio-econômicas existentes entre elas e, logo em seguida, através da descrição de demandas aprovadas pelas Assembléias Regionais, fazer o cruzamento desses dados para que se possa enxergar que tipo de demanda é mais freqüente nos bairros ou regiões mais pobres e mais populosas, e assim, mostrar se o destino dos recursos do Orçamento deixado à cargo da população realmente tem um caráter redistributivo e de inversão de prioridades.

Primeiramente, podemos ver pela tabela 3 que as regiões mais populosas de Campinas são as AR 06, 07, 12 e 13. Juntas, elas têm 418.256 habitantes, ou seja, quarenta e três por cento (43%) da população residente total de Campinas. Olhando no mapa acima, pode-se verificar que essas quatro regiões estão juntas, ao sul de Campinas, na região do aeroporto de Viracopos.

Tabela 3 – População Residente em Campinas-SP

População Residente - Campinas - Ano 2000			
AR	Pessoas residentes	P. R. - Domicílios particulares	P.R - domicílios coletivos
1	68.489	67.767	722
2	39.800	39.749	51
3	72.388	72.194	194
4	41.579	41.355	224
5	30.341	30.331	10
6	118.486	117.741	745
7	107.839	107.756	83
8	37.608	37.449	159
9	54.111	53.899	212
10	46.674	46.630	44
11	69.214	65.447	3.767
12	118.619	118.596	23
13	73.312	73.281	31
14	10.339	10.281	58
BG	38.740	38.603	137
JE	2.518	2.485	33
NA	23.500	23.451	49
SO	15.829	15.727	102
Campinas	969.386	962.742	6.644

Fonte: Coordenadoria de Planejamento Sócio-econômico / Departamento de Planejamento - Seplama

Bairros importantes e conhecidos na cidade que estão nessas regiões são: Jd. Itatinga, São Bernardo, Pq. da Bandeiras, Jd. Campo Belo, Pq. Oziel (ocupação), DIC's, Pq Valença e Satélite-Íris. Além de bairros pobres e com altos índices de violência, essas regiões, somadas, possuem 44 favelas e 94 ocupações, conforme pode-se ver na lista de bairros no anexo. Isso nos mostra que grande parte da população está concentrada em regiões pobres e com condições de infra-estrutura precárias, já que o número de favelas e ocupações é muito grande (esses lugares são historicamente excluídos e abandonados pelas administrações municipais no que tange a programas sociais e infra-estrutura básica).

Não existem muitos dados sócio-econômicos disponíveis sobre cada região do município de Campinas, por isso basearei minha análise em um dado encontrado também no Censo 2000, que se refere à Renda Média Nominal do Responsável pelo Domicílio. Esse levantamento feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é importante no sentido de que ele mostra, além de números detalhados sobre a quantidade de responsáveis pelos domicílios particulares que recebem determinadas faixas de salários mínimos mensalmente, a renda média dos responsáveis pelos

domicílios de cada região, deixando evidente as grandes diferenças sócio-econômicas entre as administrações regionais de Campinas.

Na tabela 4, estão os números que representam, em salários mínimos, a renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios. Podemos ver que as regiões que possuem as menores médias são as AR 12, 13 e Nova Aparecida. Mas a AR 06 também aparece com uma das menores médias, apontando 5,6 salários mínimos por mês de renda nominal. Como exemplo de comparação, a AR 01, que inclui o Centro, o Cambuí e o Nova Campinas (esses dois últimos, bairros de classe média alta), tem uma média aproximadamente seis vezes maior que a região 12, que possui uma população aproximadamente 2 vezes maior. Isso mostra a desigualdade sócio-econômica existente dentro dos limites geográficos de Campinas. Lembrando que o salário mínimo no ano 2000, ano do último Censo, era de R\$ 151,00 vemos que os responsáveis pelo domicílio particular da região 12 naquele ano recebia em média R\$ 555,00, enquanto o da região 01 recebia aproximadamente R\$ 2.850,00.

Tabela 4 – Renda Média Mensal dos Responsáveis pelos Domicílios (salários mínimos)

AR	Renda média dos responsáveis p/ domic.
1	18,863
2	14,733
3	12,826
4	11,197
5	5,546
6	5,591
7	5,886
8	9,507
9	6,784
10	11,389
11	8,219
12	3,679
13	3,22
14	8,922
BG	14,158
JE	7,134
NA	4,295
SO	12,616
Campinas	8,886

Fonte: Coordenadoria de Planejamento Sócio-econômico / Departamento de Planejamento - Seplama

3.3.2 – As demandas do OP-Campinas – distribuição pelas Administrações Regionais

Visto algumas características das Administrações Regionais de Campinas, que formam a área de divisão geográfica das Assembléias do OP, nessa seção quero mostrar um pouco como se distribuem as demandas aprovadas pelo Conselho do Orçamento Participativo pelas Regionais, nos mostrando assim quais são as características das demandas aprovadas por cada região e se o OP vem mostrando ou não um caráter de inversão de prioridades, ou seja, se vem atendendo de forma mais efetiva as regiões e segmentos mais carentes e excluídos da cidade de Campinas.

Primeiramente, é importante analisar o Quadro 2, encontrado no anexo. Esse quadro, retirado da publicação “*4 anos de Orçamento Participativo em Campinas*” (2004), da Coordenadoria do OP, mostra o cruzamento das demandas aprovadas pelo COP por região e tema nos anos de 2001, 2002 e 2003, ou seja, essas foram as demandas aprovadas para serem executadas nos anos de 2002, 2003 e 2004.

Numa análise geral de números encontrados no quadro em anexo e de acordo com afirmações da própria Coordenadoria em sua publicação, é válido afirmar que, excluindo os investimentos feitos em saneamento pela SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A) após definição do COP, de um total de 440 demandas aprovadas nos três primeiros anos do OP, a área de Educação, com 92, ou 21%, das demandas, foi a mais contemplada pelas decisões do COP, seguido por Habitação, com 68, ou 15%, e Obras com 46, ou 10%, na sua grande parte por causa de pavimentações, mas também dividido entre iluminação e urbanização de córregos.

Os dados mostram também que as Administrações Regionais 12 e 06, respectivamente, região Ouro Verde e/ou dos DIC's e a região que engloba o Parque Oziel até a região do Aeroporto Internacional de Viracopos, foram atendidas com 53 demandas, ou 12%, das demandas aprovadas pelo COP nesse período de três anos. Essas regiões, apesar de serem muito pobres e com graves problemas sócio-econômicos, têm boa representatividade no OP, como vimos no item sobre participação popular, justamente por terem lideranças mais organizadas e por precisar mais das demandas aprovadas do que outras regiões. Como forma comparativa, ainda pode-se citar que Regiões com melhores índices sociais e econômicos, como a AR 01, 02 e Barão Geraldo, tiveram 51 demandas aprovadas. Por hora, esse números parecem contraditórios, mas ao ver a descrição das demandas aprovadas no Anexo 3, fica evidente a diferença. Como já dito anteriormente, uma demanda pode exigir muitas ações futuras da prefeitura, mobilizando maiores gastos e, portanto, maior parcela dos recursos do OP, e essas, em grande parte, concentram-se nas regiões mais pobres, ao contrário das demandas das regiões mais ricas,

que em geral, optam por programas assistencialistas, principalmente no Centro da cidade. Vejamos algumas demandas:

- **Administração Regional 01**

Ano	Bairro	Demanda
2004	Bosque	Adequação do estacionamento do Bosque
2003	Centro	Contratação de 30 Guardas Municipais
2003	Centro	Revitalização de prédios históricos no Centro
2002	Cidade toda	Criação de programa de Estágio
2002	Cidade toda	Criação de Bolsa Incentivo a moradores de rua
2002	Centro	Construção de base da Guarda Municipal
2002	Cidade toda	Criação da Casa Abrigo

Pode-se ver que as demandas em geral são voltadas para toda a cidade, ou são programas assistencialistas que visam arrumar soluções para as precárias condições de vida dos moradores de rua do Centro de Campinas ou ainda priorizam o tema segurança.

- **Administração Regional 06**

Ano	Bairro	Demanda
2004	Jd. Campo Belo	Módulo de saúde - PAIDÉIA
2003	Pq Oziel	Construção do CEMEI
2003	Jd São José	Reforma do CEMEI Annita Afonso Ferreira
2002	Jd. São Domingos	Pavimentação
2002	V. Nilza	Rede de distribuição de água
2002	Pq. das Camélias	Rede coletora de esgoto
2002	São Bernardo	Construção do centro de saúde

Já na Região 06, marcada por índices sócio-econômicos muito ruins, as demandas se caracterizam por priorizar grandes obras de caráter social (educação, saúde, e assistência social) que necessitam de maior mobilização de recursos para serem executadas do que programas assistencialistas como os da regional 01, como diz o material da Coordenadoria do OP (2004),

Quanto à distribuição dos recursos por tema, podemos ver no Quadro 2 que o tema Obras foi contemplado com 10% das demandas aprovadas. Contudo, segundo o mesmo material provindo da Coordenadoria do OP, estas demandas custaram 29% dos recursos destinados ao OP, ou seja, da

parte do Orçamento Público destinada a investimentos. Isso se deve ao grande número de demandas relacionadas a pavimentações em bairros da periferia. (p.12)

Ainda de acordo com o Quadro 2, das demandas aprovadas naqueles anos por regiões mais pobres, como a AR 06, 12 e 13, são as que mais priorizam os temas Educação, Saúde e Obras. Nos três anos, as três regiões juntas foram responsáveis por trinta por cento (30%) das demandas na área de Educação, excluindo aquelas que foram escolhidas nas assembleias temáticas específicas de Educação, além de representarem trinta e quatro por cento (34%) das demandas na área de Saúde. Já as áreas mais ricas são responsáveis pela maior parte das demandas nas áreas de segurança (45% aproximadamente – incluindo Barão Geraldo, Sousas, Joaquim Egídio e AR 01), Desenvolvimento Econômico e Cultura (aproximadamente 53% das demandas nessas áreas). Esses dados mostram uma clara tendência de inversão de prioridades, tal como é objetivo do OP. A população das regiões mais pobres da cidade, apesar de conseguir números parecidos em quantidade de demandas aprovadas, acaba optando por investimentos em áreas em que possuem um déficit social enorme, e com isso, ganha novas chances de melhoras na qualidade de vida.

Quanto à distribuição dos recursos, os dados da publicação da Coordenadoria do OP ainda ajudam a confirmar que a participação popular na definição do destino dos recursos públicos prioriza gastos na área social, como dito anteriormente. Cinquenta por cento (50%) dos recursos foram destinados para as áreas de educação (20%), saúde (14%), habitação (10%) e assistência social (6%). Se somarmos a esses recursos, os destinados às obras em infra-estrutura, chegaremos a oitenta por cento (80%) dos investimentos. Com isso, nota-se que oitenta por cento dos recursos destinados ao OP em três anos foram destinados ao atendimento de necessidades básicas da população de Campinas-SP, o que demonstra um nítido processo de inversão de prioridades. Esse aspecto mostra-se muito importante, pois se trata de uma das principais bandeiras levantadas pela Coordenadoria do OP desde o início, ou seja, já no Plano de Governo, o Partido dos Trabalhadores cita o processo de inversão de prioridades como grande causa do OP. Inversão de prioridades significa voltar as atenções para quem mais necessita, e não para quem tem maiores poderes políticos ou de barganha junto ao poder municipal.

Dessa maneira, é interessante perceber ainda que, além de mobilizarem cerca de trinta por cento (30%) da população total no período analisado, as Regionais 06, 12 e 13, juntas, foram contempladas com trinta e oito por cento (38%) dos recursos destinados ao OP nos três anos. Essas regiões respondem por cerca de 32% da população de Campinas-SP, ou seja, 310.417 moradores, segundo o Censo de 2000. Essa é mais uma vantagem demonstrada pelo OP. Os resultados mostram que o

movimento de inversão de prioridades, ou seja, de atender as regiões mais carentes do município, é verificado, mesmo que modestamente, no caso de Campinas-SP, segundo o material “4 anos de Orçamento Participativo em Campinas”(2004). Num cenário em que as finanças municipais são completamente comprometidas por dívidas e, por isso, apenas cerca de 4% do Orçamento Público anual é destinado para investimentos (isso significa, em Campinas, cerca de R\$ 40 milhões)²², essa característica na forma de alocação dos recursos municipais passa a ser um importante aspecto do OP.

Um último ponto importante a ser comentado sobre as demandas é o fato de que das 440 demandas aprovadas no período entre 2001 e 2003, 231 (73%) estavam concluídas ou em andamento, 47 (11%) em licitação e 72 (16%) em projeto. Isso significa que, ao final de 2003, muitas demandas aprovadas em 2001 ainda não haviam sido concluídas ou mesmo estavam em processo de licitação ou projeto. Isso acaba por acumular obras ou projetos nas Secretarias Municipais e atrasar ainda mais a entrega das demandas decididas no OP. Os coordenadores com os quais tive a oportunidade de conversar sobre o assunto, José Braga e o atual, Alfredo Gomes, têm a opinião de que esse é um ponto a ser melhorado ainda no Orçamento Participativo. Mas eles também dizem que essa é uma parte que depende muito mais da diminuição da burocracia pública do que na metodologia do OP em si. Segundo José Braga, em muitos casos falta institucionalidade adequada, e, em outros, falta vontade política para realizar ações em áreas de difícil acesso do poder público.

3.4 – O RESGATE DA CIDADANIA ATRAVÉS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

“O Orçamento Participativo é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde a população discute e decide sobre o orçamento e as políticas públicas. O cidadão não encerra sua participação ao votar para o executivo e o parlamento; ele decide e controla a gestão pública, deixando de ser um coadjuvante da política tradicional, onde apenas vota, para ser protagonista permanente da gestão pública. Desta forma podemos dizer que o OP é uma escola de cidadania.” Oliveira (2004, p.117)

A citação acima tem origem do Programa de Governo Democrático e Popular de Campinas 2001-2004, e caracteriza de forma precisa o espírito do Orçamento Participativo. Ao logo do trabalho,

²² “Para entender as finanças de Campinas” – Secretaria Municipal de Finanças – p.24

ficou claro que a intenção maior do Orçamento Participativo é trazer de volta para o debate político, social e econômico do município as camadas e segmentos da sociedade historicamente excluídos, como forma de resgatar a cidadania dessa grande parcela da população. Por isso esse tema necessita de uma discussão específica. Diante dos resultados apresentados, o Orçamento participativo consegue resgatar a cidadania e promover a inclusão social?

Durante muitos anos as lideranças do município de Campinas ficaram no papel de apenas reivindicar seus direitos, implorando atenção do poder público, tornando-se reféns dos mais diversos tipos de políticos. Com a implantação do Orçamento participativo, essas lideranças e a população de maneira geral são chamadas a assumir um novo papel: o de co-gestor da cidade, decidindo com o Governo as obras e serviços a serem realizados, acompanhando essa execução e fiscalizando a aplicação do dinheiro público. Em cada obra são formadas comissões de acompanhamento do projeto, auxiliando o poder público a fiscalizar a empresa executora. Esse novo papel dado à população pode ser chamado de devolução do papel de cidadão às pessoas.

O primeiro passo para se tornar sujeito da história (ser reinserido à cidadania) é tomar consciência da sua verdadeira importância no desenvolvimento de sua comunidade, seu bairro, seu município. É fundamental perceber-se como parte integrante de uma determinada realidade para poder aceitar o desafio de ir além do pagamento de impostos e tornar-se co-responsável pela máquina pública. Como foi dito, esse passo vem sendo dado de forma gradativa na experiência de Campinas. Com o passar dos anos, a população que participa das Assembléias, palestras e cursos de capacitação dados pela Prefeitura, é maior e mais consciente de seu papel no Conselho do Orçamento Participativo. Mas também há muito o que evoluir. O grau de instrução da população participante é muito baixo, prejudicando o processo de aprendizado sobre a máquina administrativa pública e, conseqüentemente, a tomada de consciência da população de seu verdadeiro papel no município.

A primeira motivação para a participação em alguma atividade de cunho político é a possibilidade do atendimento de sua própria necessidade ou do grupo ao qual a pessoa pertence ou se encontra ligada. Segundo Oliveira (2004), *“A solidariedade não aparece num primeiro momento, principalmente numa sociedade capitalista como a nossa, onde os valores individuais estão acima dos coletivos, onde somos levados pela ideologia dominante a pensar somente em nós mesmos ou, quando muito, no próximo mais próximo. O orçamento Participativo inverte essa lógica; obriga a população a pensar na cidade como um todo e enxergar a necessidade do outro”* (p.120). Dessa maneira, sendo obrigadas a ver os outros como cidadãos, as pessoas também passam a assumir o papel de cidadão.

Outro ponto a ser destacado na experiência do Orçamento Participativo em Campinas-SP quanto à cidadania é a iniciativa da gestão campineira de ter criado a Assembléia Temática de

Cidadania. Ela foi seguida por algumas prefeituras que também adotam o OP pelo Brasil, pois a idéia traz ainda mais espaço para segmentos excluídos da sociedade, como os negros, homossexuais, mulheres, idosos e portadores de necessidades especiais. Dar espaço para esses segmentos na escolha das demandas que formarão o Orçamento Público significa recuperar a cidadania no município. Dentre as várias demandas conquistadas por esses segmentos, podemos destacar alguns programas sociais como o Disque Denúncia; a aquisição de quatro vans que transportam exclusivamente usuários de cadeira de roda ao preço de uma passagem de ônibus comum; construção de rampas em vias públicas para os mesmos; o Programa de Geração de Emprego e Renda para a juventude (atendimento de cem jovens); programas ligados à Secretaria de Educação voltados à capacitação de profissionais (professores, médicos, funcionários municipais) para lidar com esses segmentos excluídos, seja nas escolas ou no mercado de trabalho; a criação de um novo Conselho Tutelar; reformas e revitalizações de espaços que abrigam as lideranças desses segmentos, que estavam abandonados pela prefeitura; cobertura de quadras e aquisição de equipamentos para atividades físicas gratuitas para idosos e muitas outras.

Essas obras e programas estão em sua maioria colocados sob responsabilidade das Secretarias de Cultura, Esportes e Lazer, Saúde, Educação e Desenvolvimento Econômico.

Não acredito que apenas números e resultados numéricos mostram se o processo de resgate da cidadania ocorre em Campinas. Claro que a inversão de prioridades é um fato importante nessa reflexão, pois mostra como os investimentos voltaram a se direcionar para áreas excluídas, como visto no item anterior. Esses números acabam mostrando essa tendência de resgate da cidadania. Mas também acredito que a própria metodologia adotada pelo OP-Campinas seja uma forma de resgatar a cidadania no município. Em muitas conversas dentro da prefeitura, e também com Conselheiros do Orçamento Participativo, pude perceber que ao longo dos anos pós-implantação do OP, a visão e a forma de olhar para os resultados e para o funcionamento do OP de Conselheiros e representantes mudou, ficando claro para mim que a assimilação do papel de cidadão pela população participante cresceu de forma significativa. Seja por causa da metodologia intrínseca ao processo, seja pela atenção dada especialmente ao tema Cidadania, às palestras de capacitação dadas pela prefeitura ou mesmo pelos resultados redistributivos obtidos nos primeiros anos, a verdade é que a população teve que conviver com a situação de saber dividir a escassa quantidade de recursos financeiros reservada para investimentos no Orçamento Público entre as diversas demandas sociais existentes no município de Campinas. Esse processo por si só é capaz de resgatar o mínimo de dignidade necessária para que a população saiba o que é ser cidadão.

3.5 – UM BALANÇO PRELIMINAR

As análises feitas nesse terceiro capítulo sobre os resultados demonstrados pelo OP nos seus quatro anos de experiência em Campinas-SP nos indicam características importantes e reflexões relevantes sobre o processo, sua metodologia e seus aspectos econômicos, políticos, geográficos e filosóficos.

É interessante como conclusão, lembrar justamente o porquê dessa divisão do capítulo em diferentes aspectos do OP. O caráter multifacetado do Orçamento Participativo é a razão dessa divisão. O programa mostra, antes de qualquer coisa, que mistura, ou abrange, diferentes áreas e aspectos, pelos quais deve ser analisado. O OP mostra que não é apenas um programa social originado de partidos de esquerda como muitos pensam, com limites de atuação. Ao mesmo tempo em que se envolve com política e com a população, o OP tem seus impactos econômicos e sociais, além de envolver também questões referentes à distribuição geográfica e regional dos gastos públicos. Dessa maneira, torna-se importante analisar todos esses aspectos, pois é o conjunto deles que nos dão a idéia do que o OP pode significar para o município de Campinas e quais os resultados que ele pode trazer.

As questões colocadas no início do capítulo então devem ser retomadas após essa análise. Quais os limites e potencialidades demonstradas nesses quatro primeiros anos de OP em Campinas? Olhando para as conclusões de cada item do capítulo, podemos dizer que alguns aspectos do OP mostram-se mais claros que outros quanto aos limites e potencialidades.

Acredito que uma das grandes limitações do programa mora na vontade política. Sua metodologia e sua divulgação para todas as camadas da população ainda são muito frágeis, e isso acaba sujeitando o OP de uma maneira exposta e desprotegida às manobras políticas provindas de setores opostos ao OP, seja por ideologia, seja por interesses econômicos ou políticos. Dessa forma, por muitas vezes o programa foi alvo de boatos, boicotes, mentiras e críticas infundadas, prejudicando seu pleno funcionamento dentro da linha esperada inicialmente pelo governo e pela própria população participante.

Mas o que a análise deixa de positivo é que o Orçamento Participativo, nesses primeiros anos, mostrou bons resultados e dessa maneira, deixa a impressão de ter potencialidades quando é levado a sério e tem o comprometimento político e popular. Mesmo utilizando uma parcela reduzida do Orçamento Público, o OP demonstra nesses resultados analisados seu caráter redistributivo e de inversão de prioridades, sendo importante instrumento no resgate da cidadania e da dignidade popular. Apesar de seus limites e de não ser uma panacéia para todos os males do município, acredito que os

impactos do OP apenas não são maiores devido à reduzida parcela do Orçamento anual destinada a investimentos e aos problemas que ainda enfrenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de ter um Orçamento Participativo em Campinas-SP nasceu de debates internos no Partido dos Trabalhadores (PT) no final da década de 90. Em sua campanha eleitoral no ano 2000, o PT tomou como um de seus principais objetivos, caso fosse eleito, a instalação de um programa de base democrático-participativa, que tem como principal meta a inversão de prioridades e o resgate da cidadania do município, de forma que trouxesse camadas e segmentos sociais historicamente excluídos ou abandonados de volta para o debate político, social e econômico da cidade através da participação desses nas decisões de gastos da prefeitura, especificamente a parte do Orçamento Público referente a investimentos.

A situação sócio-econômica de Campinas-SP naqueles anos era péssima. Os índices de violência não paravam de subir, a classe média tinha medo, a classe baixa era cada vez mais excluída dos poucos investimentos públicos que ainda eram feitos na cidade, as invasões e ocupações de áreas periféricas aumentaram de forma descontrolada, os gastos com a dívida pública eram crescentes e era nítida a descrença da população, de forma geral, na capacidade do poder público de mudar alguma coisa nessa situação. Esse cenário levou o Partido dos Trabalhadores, representado por Toninho do PT, ao poder municipal no ano de 2001, que trouxe consigo o Orçamento Participativo.

Nessa monografia apresentei alguns dados, resultados, análises e observações sobre a experiência do Orçamento Participativo em Campinas nos seus quatro primeiros anos de existência. O OP, como é chamado o programa, pode ser visto sob vários aspectos, e cada um deles traz suas conclusões específicas.

Um ponto importante destacado no capítulo 1 é quanto à Dívida Pública de Campinas. Administrações passadas, ajudadas pelas políticas macroeconômicas de juros altos durante mais da metade da década de 90, endividaram a cidade de uma forma que apenas o pagamento de juros dessa dívida onera o Orçamento Público Anual em aproximadamente R\$ 300 milhões, sendo que a previsão de Receita de Campinas girou em torno de R\$ 1 bilhão nos primeiros anos após 2000. Não há dúvidas que a falta de recursos para investimentos, e conseqüentemente, para o Orçamento Participativo, tem como grande culpada essa dívida. E essa escassez de recursos acaba sendo prejudicial ao processo de democratização participativa, já que as decisões da população acabam tendo impactos econômicos e, por vezes, sociais, muito pequenos.

No capítulo dois também destaco um ponto importante: a metodologia utilizada pelo OP. No meu convívio diário na prefeitura no ano de 2004, pude constatar que a metodologia parece ainda

confusa, muitas vezes até para os próprios agentes da prefeitura que lidam com o OP, seja da Coordenadoria Especial da Participação Popular e do Orçamento Participativo, seja da Secretaria de Finanças, que auxilia diretamente o OP. Acredito que isso se deve à falta de divulgação e de informação sobre o processo como todo (falha constatada desde o início do programa pelo próprio coordenador do OP entre 2002 e 2004, José Braga). Além disso, a metodologia deixa sinais de ser extremamente frágil às interferências políticas externas, seja da Câmara de Vereadores, seja do Poder Executivo. Em muitos depoimentos de Conselheiros do OP, eles narram fatos ocorridos durante as Assembléias, claramente por interferência política de vereadores, e o próprio ano de 2005 é exemplo disso, já que a nova administração liderada por Hélio dos Santos vem boicotando de forma clara a continuidade do processo democrático e participativo, apesar de ter prometido o contrário ao Conselho do OP antes das eleições. Mas a facilidade com que essas manobras políticas são feitas nos deixa a impressão de que a idéia do Orçamento Participativo não teve tempo necessário ainda para se enraizar no dia a dia dos campineiros.

Já no capítulo três, algo a ser destacado é sobre a heterogeneidade das Administrações Regionais e sub-prefeituras, pré-existentes, utilizadas pela metodologia do OP. Ao meu ver, essa característica marcante das AR's é muito importante nos objetivos do OP, pois apenas havendo uma certa mistura de bairros ricos, pobres e médios dentro de cada região (é o que ocorre na maioria delas, excluindo as regiões muito pobres, ao sul de Campinas) é que será possível enraizar a idéia de resgate da cidadania na população campineira. O debate feito nas assembléias, que acabam misturando pessoas de diferentes raças, classes sociais e grau de instrução por si só é um momento de muito enriquecimento na questão de cidadania para o município. Resgatar a cidadania não é apenas voltar a dar atenção e importância às classes excluídas, mas também voltar a mostrar os deveres de cada cidadão de saber ouvir as necessidades de outros segmentos, bairros, classes, saber discutir que demandas são mais importantes para o município como um todo e, acima disso, num cenário de recursos financeiros escassos, saber ceder aos que mais necessitam, num ato pleno de democracia.

Também é válido destacar, ainda sobre o capítulo três, que o Orçamento Participativo por si só demonstra um caráter multifacetado, envolvendo dentro de sua metodologia e funcionamento importantes e diferentes áreas e aspectos. Essa característica o torna um programa de participação popular com potencialidades a serem exploradas de forma efetiva, como seus impactos sociais de inversão de prioridades, e fatores limitadores relevantes, afinal, tendo a influência direta desses limitadores, o OP torna-se dependente (ou limitado) para que possa alcançar resultados positivos. O capítulo mostra que um dos principais aspectos limitadores do OP é a vontade política e, por consequência, as interferências e manobras políticas que visam boicotar o programa, tudo isso devido à

fragilidade de sua metodologia e ao pouco tempo que teve para se enraizar de forma efetiva no cotidiano da população campineira.

Os resultados de alguns estudos do próprio PT e de pesquisas com Conselheiros e Secretarias Municipais, nos mostraram que o Orçamento Participativo vem, aos poucos, atingindo seu objetivo de inverter prioridades e dessa maneira, redistribuir renda no município de Campinas. Ele tem se mostrado um processo muito lento, provavelmente pela escassez de recursos destinados a investimentos no Orçamento Público, mas significativo no que se refere aos aspectos sociais, já que cada região ou segmento social tem seu espaço público para reivindicações e mais que isso, de decisões sobre o destino do investimento público.

BIBLIOGRAFIA

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **O Orçamento Participativo de Porto Alegre: um exemplo para a Alemanha?** Revista Espaço Acadêmico, Nº 43, Dezembro/2004. Disponível no site: <http://www.espacoacademico.com.br/043/43andrioli.htm>

AVRITZER, Leonardo. **Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil.** In: **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa.** Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. SANTOS, Boaventura de Souza. (org). 2002

BRAGA, José. **A experiência do OP Campinas: uma contribuição para o debate partidário do programa de governo.** Ano de 2004.

CASSEN, Bernard. **Orçamento Participativo. Democracia participativa em Porto Alegre: uma experiência exemplar no Brasil.** Agosto/1998. Trad. de Maria R. Pilla, 1998. Disponível em: *C:\Documents and Settings\Particular\Meus documentos\ALINE\Orçamento Participativo.htm*

LOPREATO, Francisco L. e PAIVA, Cláudio César de. **Região Metropolitana de Campinas (RMC): evolução das finanças públicas: Texto para discussão.** IE/UNICAMP. Nº 5, nov 2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA– www.fazenda.gov.br

OLIVEIRA, Paola Rizza de. **O resgate do papel do cidadão através do Orçamento Participativo.** Serviço Público em Cena. 2004.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz.** Edição do autor: Piracicaba, Maio de 1999. 133p.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Orçamento Participativo de Campinas: 2004.** Coordenação: José Braga.

SANTOS, Adriano Caetano. **Experiência do Orçamento Participativo de Campinas-SP; primeiros passos.** IFCH/Unicamp. Campinas, janeiro de 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS. **Para entender as finanças de Campinas.** Prefeitura Municipal de Campinas. 2001/2004

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS. **4 anos orçamento participativo Campinas.** Prefeitura Municipal de Campinas. Maio de 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE –
www.campinas.sp.gov.br/seplan/

SERAFIM, Mirella Pavan. **Lei Orçamentária anual do município de Matão: da elaboração a execução.** Araraquara, Unesp, Novembro de 2001.

Site: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/>

ANEXOS

Quadro 1

Participação da População nas Assembléias do Orçamento Participativo de Campinas															
Local/Tema	Enc. Lider		1.ª rodada		Representantes			Intermediárias			2.ª Rodada			Total	%
	2001	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003	2001	2002	2003		
REGIONAL 01	19	93	57	116	9	6	7	n/d	31	162	21	27	41	548	0,76
REGIONAL 02	27	528	466	512	53	46	54	n/d	547	655	505	304	368	3.885	5,36
REGIONAL 03	18	751	220	119	64	26	16	n/d	390	387	471	211	166	2.715	3,74
REGIONAL 04	35	180	269	72	18	30	6	n/d	391	163	170	68	49	1.362	1,88
REGIONAL 05	47	162	96	112	20	10	10	n/d	225	299	85	58	92	1.129	1,56
REGIONAL 06	60	1.025	540	341	103	54	39	n/d	1.902	1.477	1.243	1643	449	8.620	11,88
REGIONAL 07	57	718	288	284	77	38	29	n/d	738	674	433	226	369	3.730	5,14
REGIONAL 08	23	117	109	103	12	12	15	n/d	263	182	178	87	52	1.091	1,50
REGIONAL 09	84	321	253	116	32	30	15	n/d	465	337	230	156	85	1.965	2,71
REGIONAL 10	59	128	260	259	13	26	26	n/d	290	415	230	159	239	1.980	2,73
REGIONAL 11	94	334	145	182	41	18	22	n/d	446	500	346	345	294	2.592	3,57
REGIONAL 12	88	622	894	635	63	94	70	n/d	2.214	1.894	574	571	544	7.948	10,96
REGIONAL 13	83	757	486	292	77	55	33	n/d	1.620	1.689	340	249	255	5.688	7,84
REGIONAL 14	33	366	94	66	37	12	6	n/d	175	174	287	114	52	1.328	1,83
BR GERALDO	120	205	454	224	22	49	27	n/d	730	494	125	152	152	2.536	3,50
SOUSAS	49	230	253	135	23	27	16	n/d	123	211	110	123	129	1.314	1,81
JOAQ. EGÍDIO	30	66	51	35	7	10	9	n/d	119	107	76	54	30	538	0,74
NV. APARECIDA	74	577	364	159	58	43	15	n/d	670	357	277	309	42	2.755	3,80
SAÚDE		93	164	328	9	16	35	n/d	279	196	103	102	90	1.355	1,87
ASSISTÊNCIA		274	221	405	27	26	42	n/d	1.016	631	92	135	153	2.927	4,04
CIDADANIA		492	282	330	49	53	45	n/d	1.784	1.921	286	260	400	5.755	7,93
CULTURA E ESPORTE			604	586		61	59	n/d	61	282		387	381	2.301	3,17
DES. ECONOM.			436	901		42	91	n/d	596	248		564	361	3.106	4,28
EDUCAÇÃO		191	156	279	19	17	28	n/d	54	107	291	50	67	1.195	1,65
GESTÃO				119	7	n/d	11	n/d		161			68	348	0,48
HABITAÇÃO			244	474		26	52	n/d	1.016	785		648	652	3.819	5,27
CONS. ASSIST	22							n/d							00,00
CONS. SAÚDE	59							n/d							00,00
TOTAL	1.081	8.230	7.406	7.186	640	827	778	0	16.145	14.508	6.473	7.002	5.580	72.530	100,00

QUADRO 2

Cruzamento das demandas aprovadas pelo COP por região e tema nos anos de 2001, 2002 e 2003.

Secretarias/Regiões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	JE	Sousas	BG	AP	Neg	PNE	Juv	Homo	Mul	Idos.	Temá.	Total	%	
Assistência	6		1			1	1			1		1	2					2		2			1	1	1	22	41	9,3%
Cidadania/Gabinete																			3		1	1	1			6	6	1,4%
Cultura, E. e L.	2	4	1		1	1	2	3	2	3					3		1	1	3		2	1	1	7	1	39	8,9%	
Desenv. Econom.	2																			1	2	1	2		8	16	3,6%	
Educação		3	3	2	3	8	3	1	6	6	5	6	5	1		1	2	3	1		1	3			29	92	20,9%	
Gestão																									13	13	3,0%	
Habitação		11	13	4	4	3	2	2	4	3	2	3	2	1		2	1	3							8	68	15,5%	
Meio Ambiente	1														1											2	2	0,5%
Obras		2	2		1	5	10	4	3	2	1	5	4	2		1		2							2	46	10,5%	
Saneamento			2	2	3	4	2	1		1	6	6	1	6		4	7	2								47	47	10,7%
Saúde		1			2	3	1	2		2	3	5	3		1	2	1	1		1			1	1	2	9	41	9,3%
Segurança	2			1	1	1				1		1	1		1	1	1									13	13	3,0%
Serv. Públicos							1				1		1	1	1										1	6	6	1,4%
Transporte	1									3							3									10	10	2,3%
Total	14	21	22	9	15	26	22	13	19	18	18	27	19	12	7	11	16	14	7	6	6	9	6	10	93	440	100,0%	
%	3,2%	4,8%	5,0%	2,0%	3,4%	5,9%	5,0%	3,0%	4,3%	4,1%	4,1%	6,1%	4,3%	2,7%	1,6%	2,5%	3,6%	3,2%	1,6%	1,4%	1,4%	2,0%	1,4%	2,3%	21,1%	100,0%		

Relação de demandas aprovadas pelo COP entre 2002 e 2004

Demandas AR 1			
Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Bosque	Adequação do estacionamento do Bosque dos Jequitibás para atividades culturais e esportivas	Projeto
2003	Centro	Contratação de 30 guardas municipais, aquisição de uniformes e 10 bicicletas	Execução
2003	Atende cidade toda (Assistência Social)	Ampliação do PETI	Execução
2003	Centro (Cultura Esporte e Lazer)	Revitalização de Prédios Históricos do Centro	Concluído
2002	Cidade toda	Mapeamento da necessidades das minorias	Concluído
2002	Cidade toda	Mapa da Exclusão	Concluído
2002	Centro (Assistência Social)	Criação de Programa de Estágio	Concluído
2002	Cidade toda (Assistência Social)	Implantação de Bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	Execução
2002	Cidade toda (Assistência Social)	Criação de Bolsa Incentivo para morador de rua	Concluído
2002	Cidade toda (Desenvolvimento Econômico)	Criação de programa de oficinas de geração de renda para moradores de rua	Concluído
2002	Cidade toda (Assistência Social)	Ampliação da infra-estrutura operacional da Secretaria Municipal de Assistência Social	Concluído
2002	Cidade toda	Criação do serviço de capacitação continuada para gestão participativa	Execução
2002	Centro	Construção da base da Guarda Municipal	Projeto Contrapartida Federal
2002	Cidade toda (Assistência Social)	Criação de atendimento às famílias com crianças e adolescentes envolvidos no trabalho informal	Execução
2002	Cidade toda (Assistência Social)	Criação da Casa Abrigo para moradores de rua	Licitação

Demandas AR 2			
Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	AR 2	Elaboração de projeto para prevenção de enchentes para a bacia do ribeirão Anhumas	Projeto/ Diagnóstico
2003	Nova Campinas (Educação)	Reforma na EMEI Prof. José Villagelim Neto	Licitação
2002	Jd Boa Esperança (Educação)	Reforma de EMEI Prof. Noemia Cardoso Asbhar	Execução
2002	V. 31 de Março	Construção do Centro de Saúde	Execução
2002	Jd. Flamboyant (Educação)	Reforma na EMEF Raul Pila	Licitação
2002	Novo Cambui (Cidadania- Idosos)	Cobertura da Quadra na Praça de Esportes Edgar Ariani	Concluído
2002	VI 31 de Março (Cultura, Esporte e Lazer)	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Roberto Ângelo Barbosa	Concluído
2002	Jd. Lafayette Álvaro (Cultura, Esporte e Lazer)	Construção de Praça de Esportes	Execução
2002	Pq. Imperador (temática Cultura)	Construção de Praça de Esportes	Execução
2002			
2003	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução
2004			

Demandas AR 3

Ano	Região/tema	Descrição da demanda	Fase
2004	Pq. São Quirino (Assistência Social)	Cessão de área em comodato à entidade SETA para construção de um Núcleo Comunitário de crianças e adolescentes no Parque São Quirino	Concluída
2004	Jd. Santa Cândida	Pavimentação de trecho da Rua Lauro Vanucci e ponte de ligação com a Rod Eng Miguel Noel N. Burnier	Início de obras
2003	Pq. São Quirino (Educação)	Reforma do CEMEI São João Batista	Execução
2003	Obras urbanização	Recuperação de Galeria de Águas Pluviais e Emissário Jd. Santa Genebra R. Marques Abrantes e Ribeirão das Pedras	Execução
2003	Jd. Nilópolis (Educação)	Educação -Reforma e ampliação de unidades educacionais EMEI Recanto da Alegria	Concluído
2002	Taquaral (Educação)	Reforma da EMEI - Prof. Rafael Andrade Duarte - Taquaral	Execução
2002	Vila Costa e Silva (Cultura, Esporte e Lazer)	Construção de Centro de Cultura e Esportes- Vila Costa e Silva	Execução
2002	N. Res. Gênese	Rede de distribuição de água e Rede Coletora de Esgoto N. Res. Gênese	Concluído
2002	Saneamento	Obra Parcial - tratamento de esgoto Sistema Anhumas ETE Trecho 9/13 - Sistema Anhumas	Execução

Demandas AR 4

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2002	Jd São Marcos (Educação)	Reforma e ampliação- EMEF Pe. Narciso V. Ehremberg	Concluída
	Vila Nova	Reforma na EMEI Mário Gatti	Concluída
	Pq Taquaral	Construção de base regional da Guarda Municipal	Concluída
	Santa Mônica	Interceptor de esgoto -sistema Santa Mônica Sistema	Em execução
	Santa Mônica	Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) - Sistema Santa Mônica	Concluído
	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução

Demandas AR 5

Ano	Bairros atendidos	Descrição da demanda	Fase
2004	Recantos dos Pássaros; Chácara Recreio Santa Fé	Pavimentação de cinco ruas do Núcleo Residencial Recantos Pássaros	Início de obras
2004	Ipaussurama	Rede de água (70 domicílios)	Projeto
2003	Ipaussurama	Ampliação do Centro de Saúde	Licitação
2003	Vila Pe Manoel da Nóbrega (Educação)	Reforma de telhado na EMEI Prof. Herminia Ricc	Licitação
2002	Vila Castelo Branco (Educação)	Reforma do CEMEI	Concluída
2002	Vila Pe Manoel da Nóbrega (Educação)	Reforma e ampliação da EMEF Sílvia Simões Magro	Execução
2002	Vila Pe. Manoel da Nóbrega (Saúde)	Construção do CAPS Integração	Execução
2002	Vila Pe. Manoel da Nóbrega	Cobertura de Quadra no Centro Esportivo dos Trabalhadores I	Concluída
2002	Vila Pe. Manoel da Nóbrega	Construção de base regional de Guarda Municipal	Concluída
2002	Atende a AR 5	Interceptor-sistema PUC-Campo Grande Jd. Roseira, Núcleo Ipaussurama, Vila Perseu Leite de Barros	Execução
2002			
2003	Habitação	Demandas de habitação da AR 5 estão em execução	Execução
2004			

Demandas AR 6

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Jd. Campo Belo	Módulo de Saúde-PAIDÉIA	Projeto
2004	Pq. Oziel	Construção do CEMEI	Projeto
2004	Pedra Branca	Aquisição de área para construção de centro comunitário - região de Pedra Branca	Projeto
2004	Jd. N. Sra de Lourdes	Pavimentação	Licitação
2003	Vila Rica (Educação)	Reforma de Telhado - CEMEI Maria do Carmo Abreu Sodré	Concluído
2003	Jd. Icarai	Construção de CEMEI	Projeto
2003	Jd. Fernanda I	Pavimentação	Licitação
2003	Jd. Sta Maria II	Pavimentação	Licitação
2003	Jd. Bandeira II (Educação)	Reforma de telhado na EMEF Humberto de Souza Melo	Concluído
2003	Jd. São José (Educação)	Reforma no CEMEI Annita Afonso Ferreira	Execução
2003	Jd. Campo Belo (Desenv. Econômico)	Cooperativa Realidade de um Sonho	Execução
2002	S. Bernardo (Educação)	Reforma da EMEF - Geny Rodrigues	Concluída
2002	Jd. Icarai	Desapropriação de área para a execução de equipamentos públicos	Concluída
2002	Vl Palmeiras	Construção de Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI)	Execução
2002	São José (Saúde)	Construção de Pronto Atendimento	Concluído
2002	São Bernardo	Construção do centro de saúde	Projeto
2002	São Bernardo	Construção de base regional da Guarda Municipal	Concluído
2002	Pq. Industrial (Cidadania Idosos)	Cobertura de Quadra- Praça de Esportes Carlos Grimaldi	Concluído
2002	Jd. Icarai (Assist. Social)	Construção de Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente	Projeto
2002	Jd. São Domingos parte I	Pavimentação	Concluído
2002	Jd. São Domingos parte II	Pavimentação	Execução
2002	V. Nilza, V. Palmeiras e Jd. Marisa	Rede de distribuição de água	Concluído
2002	Descampado	Travessia subadutora	Concluído
2002	Pq. das Camélias	Rede coletora de esgoto	Concluído
2002	Pq. das Camélias	Estação elevatória de esgoto - linha de recalque	Concluído
2002			
2003	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução
2004			

Demandas AR 7

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Núcleo Res. Novo Londres	Pavimentação da rua Osvaldo Bartheison e ruas e vielas do Núcleo	Licitação
2004	Núcleo Res. Pq. Social	Recapeamento com asfalto das ruas e vielas	Concluído
2004	Núcleo Res. Sapucaí, Núcleo Res. Nova Independência	Saneamento - Coleta e afastamento do esgoto - Av. Paulo C. Moraes	Projeto
2003	Pq. Tropical (Educação)	Educação - Reforma do telhado da EMEF Pe. Melico Barbosa	Concluído
2003	Jd. N. Campos Elíseos (Cultura, Esporte e Lazer)	Construção de Praça no Canteiro da Av. Pres. Juscelino	Problema com área
2002	Vila União (Saúde)	Construção do centro de saúde	Projeto
2002	Vila União (Educação)	Reforma EMEF Dr. Zeferino Vaz-CAIC	Licitação
2002	V. Perseu Leite de Barros (Educação)	Reforma do CEMEI Maria Batrum Cury	Execução
2002	Vila União (Assistência Social)	Reforma do Núcleo de Criança e Adolescente	Concluído
2002	N. Resid. Nova Independência	Projeto para urbanização do Córrego - Avenida Um	Licitação
2002	Pq. Tropical	Urbanização de Área Pública/prça	Concluído
2002	Vila Aeroporto	Complemento da Iluminação	Licitação
2002	Vila União (Cidadania Juventude)	Construção de Centro de Juventude	Execução
2002	Núcleo Residencial Pq. Social	Complemento de Pavimentação - Rua Ernesto Carlos Reimann	Concluído
2002	Jd. Roseira	Recapeamento da Pavimentação	Concluído
2002	V. Aeroporto 2ª Gleba	Pavimentação	Execução
2002	N. Res. Jd. Paulicéia	Complemento da Pavimentação - Rua Decival Rodrigues de Araújo	Execução
2002	Jd. Maria Rosa	Pavimentação dos dois acessos da Av. das Amoreiras ao Jd. Maria Rosa	Execução
2002	N. Res. Jd. Palmares	Rede coletora de esgoto e interceptor de esgoto-sistema PUC/Campo Grande	Execução
2004	Habitação	Confira as demandas na página de Temática	Execução

Demandas AR 8

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Jd. Nova Europa	Reforma e ampliação do atendimento da Praça de Esportes Pompeo de Vito	Projeto
2004	Pq. Jambeiro	Iluminação de pontos escuros	Licitação
2003	Jd. Nova Europa (Educação)	Reforma da EMEF Humberto Alencar Castelo Branco	Execução
2003	Pq. da Figueira	Construção de Praça de Cultura, Esporte e Lazer	Projeto
2003	Vila Marieta	Complemento- Canalização do Córrego Piçarrão e pavimentação das marginais entre av. Washington Luiz e Rua Itai	Concluída
2003	Pq. Jambeiro	Pavimentação das entradas do Pq. Jambeiro - R. Lux Aeterna e Rua B	Projeto
2003	Pq. Figueira (Saúde)	Reforma do Centro de Saúde (parte elétrica)	Concluído
2003	Pq. Jambeiro	Construção de Praça de Esportes	Execução
2002	Pq. Prado (Saúde)	Construção de CAPS Sul	Execução
2002	Pq. Jambeiro	Complemento de Pavimentação	Concluída
2002	Pq. Jambeiro	Rede coletora de esgoto	Concluída
2003	Habitação (Jd. Nova Europa/Paque Jambeiro)	Confira as demandas na página de Temática	Execução

Demandas AR 09

Ano	Bairro	Demanda	Fase atual
2004	Jd. São Pedro	Urbanização dos córregos / Jd. São Pedro / Samambaia	Licitação
2003	Jd. São Vicente (Educação)	Reforma na EMEF Júlio de Mesquita Filho	Execução
2003	Jd. Santa Odila (Educação)	Reforma na EMEF Francisco Ponzio Sobrinho	Execução
2003	Jd. São Gabriel (Educação)	Reforma na EMEF Maria Luiza P. de Camargo	Licitação
2003	Vila Ipê	Pavimentação - Rua Campos de Piratininga e Rua Ceci	Licitação
2002	Jd. Amazonas (Educação)	Reforma e ampliação - EMEF Anália Ferraz	Concluído
2002	Jd Sto Expedito (Educação)	Reforma de CEMEI - Zôe Bellochio	Execução
2002	VI Formosa (Educação)	Reforma na CEMEI Ester Viana	Concluído
2002	VI. Joaquim Inácio	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Ferdinando Panatoni	Concluído
2002	VI. Joaquim Inácio (cidadania Idosos)	Aquecimento de Piscina da Praça de Esportes Ferdinando Panatoni	Concluído
2002	Jd. São Vicente	Construção de base regional da Guarda Municipal	Execução
2002	VI. Joaquim Inácio	Reforma de rotatória - Augusto Figueiredo/João Sulinski	Concluído
2002	Jd. São Pedro	Reforma de ponte - R. Abolição com Av. Egenheiro Augusto de Figueiredo	Execução
2002	V. Joaquim Inácio	Reforma de rotatória Jorge Tibiriça/Rua da Abolição	Projeto
2002	Jd. Pita ,V. Carminha	Pavimentação - Rua Alberto Berteli, R. Joaquim Duarte Barbosa e Rua Antonio Teixeira (Vila Carminha) - Rua Três e Rua Cinco (Jardim Pita)	Execução
2002	Vila Formosa	Pavimentação - Rua do Melo e Rua Carlos Duarte de Oliveira	Projeto
2002	Jd. dos Oliveiras	Pavimentação - Rua Lux Aeterna	Licitação
2002	Jd. dos Oliveiras	Pavimentação - Rua Luiz Chinaglia	Projeto
2002 2003 2004	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução

Demandas AR 10

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	VI. Lemos (Educação)	Reforma do CEMEI Lions Club	Projeto
2004	Jardim Andorinhas	Pavimentação	Licitação
2003	V. Orozimbo Maia (Educação)	Reforma do Telhado da EMEF Floriano Peixoto	Concluído
2003	Jd. São Fernando (Educação)	Reforma na EMEF Ciro Exel Magro	Execução
2003	Jd. Paranapanema (Educação)	Reforma do CEMEI Brígida Chinaglia Costa	Execução
2003	Jd. Paranapanema	Reforma e Ampliação de Centro de Saúde	Licitação
2003	Jd. Tamoio (Assist. Social)	Construção de Núcleo de Criança e Adolescente	Projeto
2003	Jd Nova York (Educação)	Reforma e ampliação - EMEF Leonor Savi Chaib	Execução
2003	Vila Lemos (Educação)	Reforma do CEMEI Lions Clube Campinas Norte	Concluído
2003	Jd. Carlos Lourenço	Construção do Centro de Saúde	Licitação
2003	Jd. Tamoio (Cultura Esporte e Lazer)	Reorganização de Espaços de Lazer	Execução
2002	Jd. Carlos Lourenço (Cultura Esporte e Lazer)	Reorganização de Espaços de Lazer	Execução
2002	Jd. Baronesa/ São Fernando (Cultura Esporte e Lazer)	Reorganização de Espaços de Lazer	Projeto
2002	Jd. Tamoio	Complemento de Pavimentação	Concluído
2002	Conj. J. Cabral e Pq. Ecológico	Interceptor de esgoto	Projeto

Demandas AR 11

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Parque Shalon	Construção do CEMEI do Parque Shalon	Projeto
2004	Francisco Amaral	Rede de água	Projeto
2004	Núcleo Residencial Universal II	Rede de água	Projeto
2003	Pq. São Jorge	Reforma do CEMEI Maria da Glória Martins	Execução
2003	AR 11	Aumentar Pessoal no Centro de Saúde da AR 11	Execução
2003	N. R. Pq. Shalon I	Rede de distribuição de água	Concluído
2003	Núcleo Residencial Zumbi dos Palmares	Rede coletora de esgoto	Concluído
2003	Núcleo Residencial Vila Lunardi	Complemento de rede de esgoto	Concluído
2002	Pq Via Norte	Construção de CEMEI Pq Via Norte	Projeto
2002	Jd. Aurélia	Reforma e Ampliação de Centro de Saúde	Execução
2002	Jd. Eulina	Reforma e Ampliação do Centro de Saúde	Execução
2002	V. Boa Vista	Reforma no CEMEI Cha II Sun	Execução
2002	Jd. S. Bento e Aurocan	Pavimentação (Córrego do Asilo)	Licitação
2002	Chapadão/ Pacaembu/Jd. do Vovô	Interceptor-sistema Chapadão	Concluído
2002	Jd. do Vovô	Interceptor de Esgoto Trecho do Sistema Anhumas/ Jd. do Vovô	Execução
2002	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução

Demandas AR 12

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Pq. Vista Alegre	Construção de centro de saúde	Licitação
2004	Jd. Aruanã/Chico Mendes	Pavimentação do Jardim Aruanã/Chico Mendes	Execução
2004	Núcleo Resid. Jd. São Francisco II	Rede de água	Execução
2003	Região do Ouro Verde	Desapropriação de área para o Hospital Ouro Verde	Execução
2003	DIC V de Março	Construção de Centro Profissionalizante	Projeto
2003	Núcleo Res. Zumbi dos Palmares	Rede de distribuição de água	Concluído
2003	N. R. Vila Vitória	Rede de distribuição de água	Execução
2003	Chácara Pq. Aeroporto	Rede de distribuição de água	Execução
2002	Pq. Vista Alegre	Pavimentação	Licitação
2002	Região do Ouro Verde	Construção do Laboratório Municipal de Patologia Clínica e Centro de Diagnóstico por Imagem- Hospital Ouro Verde	Concluído
2002	Pq Dom Pedro II (Educação)	Reforma e ampliação - EMEF Elza Pelegrini Aguiar	Concluído
2002	Jd Ademar de Barros	Construção de CEMEI Jd. Ademar de Barros	Concluído
2002	Jd Aeronave	Construção de CEMEI Jd Aeronave	Execução
2002	DIC I (Saúde)	Reforma e ampliação Centro de Saúde	Licitação
2002	Jd Cristina (Educação)	Reforma de EMEI Jd Cristina	Concluído
2002	Ademar de Barros (Saúde)	Reforma e Ampliação do Centro de Saúde São Cristovão	Licitação
2002	Vila Aeroporto (Educação)	Reforma do CEMEI Manoel Alves da Silva	Execução
2002	DIC II (Educação)	Reforma no CEMEI Thermutis Araújo Machado	Concluído
2002	Jd. Aeroporto	Construção de base regional da Guarda Municipal	Execução
2002	Jd. Shangai	Pavimentação do Jd. Shangai	Concluído
2002	Jd. Planalto de Viracopos	Pavimentação do Jd. Planalto de Viracopos	Execução
2002	Jd. S. Pedro de Viracopos	Pavimentação - Jd. São Pedro de Viracopos	Concluído
2002	N. Res. Pq. União da Vitória	Rede coletora de esgoto	Concluído
2002	Jd. Santa Leticia	Rede coletora de esgoto	Execução
2002			
2003	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução
2004			

Demandas AR 13

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Jd. Sta Rosa	Construção de um módulo de saúde	Projeto
2004	Pq. Itajai	Construção do Centro de Ensino Municipal de Educação Infantil - CEMEI	Projeto
2003	Satélite Íris I	Coletor tronco e rede coletora de esgoto da ETE	Projeto
2003	Jd. Florence II (Educação)	Reforma do telhado da EMEF Clotilde Barraquet Von Zuben	Concluída
2003	Pq. Valença I (Educação)	Reforma na EMEF Leão Vallerie	Execução
2003	Jd. Santa Rosa (Educação)	Reforma na EMEF Edson Luis Chaves	Licitação
2003	Atende a AR 13	Aquisição de máquinas e caminhões para a regional	Licitação
2003	Jd. Uruguai	Instalação de rede de iluminação pública	Execução
2003	Atende pontos escuros da AR 13	Instalação de Iluminação Pública	Licitação
2003	Campo Grande (Assist. Social)	Reforma e Ampliação do Centro Profissionalizante Homem de Mello	Projeto
2002	Pq da Floresta	Construção de CEMEI	Execução
2002	Satélite Íris II e III	Construção de um galpão para cooperativas	Execução
2002	Pe Manoel Nobrega	Construção de CAPS Integração (Atende AR 5 e AR 13)	Execução
2002	Jd. Satélite Íris I	Construção do Centro de Saúde	Projeto
2002	Jd Florence I	Construção de base regional da Guarda Municipal	Concluída
2002	Pq Itajai	Construção do Centro de Saúde	Concluída
2002	Jd. Satélite Íris I	Construção de Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente	Projeto
2002	AR 13	Pavimentação da ligação Res. Cosmos com o Jd. Florence I (plano particular)	Concluída
2002	AR 13	Pavimentação da ligação Residencial Campina Grande - Pq. Itajai	Execução
2002	Campina Grande	Pavimentação do itinerário de ônibus - Jardim Campina Grande	Execução
2002	AR 13	Pavimentação -Pq. Floresta I, II e itine-rário de ônibus do Pq Floresta III e IV	Execução
2002	Jd. Lisa	Pavimentação do itinerário de ônibus	Execução
2002	AR 13	Pavimentação do itinerário de ônibus - trecho 2B - CDHU/Av. J.B. Dunlop	Projeto
2002	Res. São Luís	Pavimentação itinerário de ônibus Res. São Luís	Reurbanização Recursos PSH/ Cohab
2002	Jd. Florence II	Pavimentação - prolongamento da Rua Luis Henrique Giovanetti	Execução
2002	Jd. Rossin	Pavimentação do itinerário de ônibus - Jd. Rossin / Princesa D'Oeste / Satélite Íris IV	Licitação
2002	Satélite II e III	Pavimentação do itinerário de ônibus - Satelite II - Satelite III	Licitação
2002	Jd. Satélite Íris I	Pavimentação do itinerário de ônibus - Satélite Íris	Projeto
2002	Jd. Uruguai	Pavimentação do itineráriode ônibus - Jd. Uruguai	Projeto
2002	Jd. Uruguai	Pavimentação do itinerário do ônibus - acesso ao Jd. Uruguai	Projeto
2002	Chácara Cruzeiro do Sul	Pavimentação do itinerário do ônibus - Chácara Cruzeiro do Sul	Indeferido pela Emdec
2002	Pq. Valença II	Pavimentação do itinerário de ônibus	Concluída
2002	Habitação	Confira as demandas na página da Temática	Execução
2004			

Demandas AR 14

Ano	Bairro	Demanda	Posição
2004	Bairro Bananal	Pavimentação com material alternativo	Projeto
2004	Recanto Dourados/ Xangrilá/Luciamar/ Monte Belo I e II	Rede de água	Projeto
2003	Jd. Miriam M. da Costa (Educação)	Reforma do CEMEI Márcia Maria Otranto Jorge	Concluída
2003	AR 14	Aquisição de equipamentos e máquinas para conservação de estradas	Concluído
2003	Gargantilha	Iluminação	Licitação
2002	AR 14	Construção de terminal de ônibus	Retomada do Projeto
2002	AR 14	Subadutora Santa Terezinha	Concluído
2002	Pq. dos Pomares	Abastecimento de água através de interligação na subadutora Santa Terezinha	Execução
2002	Chácara S. Rafael	Abastecimento de água através de interligação na subadutora Santa Terezinha	Concluído
2002	Jd. Monte Belo I e II	Abastecimento de água através de poços tubulares	Concluído
2002	Jd. Miriam M. da Costa	Sistema de esgotamento	Execução
2002	Jd. Miriam M. da Costa	Rede coletora de esgoto	Execução

Demandas Barão Geraldo

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Real Parque	Construção ou aluguel de espaço para CEMEI	Projeto
2003	Barão Geraldo	Serviço Aumentar Pessoal no CS Barão Geraldo	Execução
2003	Barão Geraldo	Desapropriação de área para implantação do plano viário de Barão Geraldo	Execução
2003	Village Campinas	Rede de distribuição de água - construção de poço	Licitação
2003	Chácara Boa Sorte	Rede de distribuição de água	Concluído
2002	Bairro Guarará (Educação)	Reforma da EMEF Dulce Bento Nascimento	Concluído
2002	Barão Geraldo	Construção de base regional da Guarda Municipal	Concluído
2002	Jd América	Implantação de Semáforo - Av Sra Izabel c/ R. Gilberto Pátaro	Concluído
2002	Jd do Sol	Implantação de trevo/rotatória -Estrada da Rhodia - acesso ao Jd. do Sol	Concluído
2002	Jd. N. Real Parque	Construção de Centro de Cultura e Esportes- Centro de Barão Geraldo	Licitação
2002	Jd. N. Real Parque/ Jd. América/ Recanto dos Pássaros I/ Recanto dos Pássaros II	Habitação - Topografia	Concluída
2002	Solar Campinas	Rede de distribuição de água	Concluída
	Real Parque/ Bosque B.Geraldo/ Ch. R.Barão/ Ch.Recreio Uirapuru/ N. Res. N. Real Parque	Rede coletora de esgoto	Execução
	Pq. Ceasa/Jd. São Gonçalo/Terra Nova	Interceptores e interligação de rede existente-sistema Bosque de Barão Geraldo	Execução
	Barão Geraldo	Estação elevatória-sistema Bosque Barão Geraldo	Execução
	Bosque das Palmeiras	ETE interna, linha de recalque, emissário e rede coletora de esgoto	Projeto

Demandas Joaquim Egídio

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Joaquim Egídio	Aquisição de um veículo Van para desenvolver atividades no Centro Multifuncional Santa Maria e dotação de verbas para projetos nas áreas de educação ambiental	Projeto
2003	Atende J. Egídio/ AR 14	Instalação de 2 repetidoras com antenas e aquisição de 4 armas longas(área rural)	Execução
2003	J. Egídio	Reforma de Praça de Esportes- Centro de Joaquim Egídio	Projeto
2003	Joaquim Egídio	Projeto Viário para a região da APA - Patrimônio Cultural e Ambiental: manutenção, sinalização - educação ambiental e turismo	Execução
2002	Joaquim Egídio	Reforma geral no salão da subprefeitura	Concluída
2002	Joaquim Egídio	Construção do Centro de Saúde	Execução
2002	Sta. Maria	Centro Comunitário Multifuncional- Fazenda Sta. Maria	Execução

Demandas Nova Aparecida

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2004	Núcleo Resid. Parque Pinheiro	Saneamento - Rede de Água	Projeto
2003	Jd. Rosália 1 (Saúde)	Construção de Módulo de Saúde	Problemas c/ area
2003	Vila Régio (Assistência Social)	Construção de Núcleo de Criança e Adolescente	Licitação
2003	Jd. Rosália I	Aquisição de Área para Construção de Centro de Esportes Jd. Rosália I	Processo de aquisição de área
2003	Vila Régio (Assistência Social)	Construção de Centro Profissionalizante	Licitação
2003	Pq. Cidade	Complemento da Pavimentação	Licitação
2003	Núcleo Residencial Rosália I e II	Saneamento - Rede Coletora de Esgoto	Concluído
2002	San Martin	Construção de CEMEI San Martin	Execução
2002	Pe. Anchieta	Construção de CEMEI Pe Anchieta	Execução
2002	Nova Aparecida	Pavimentação do itinerário de ônibus	Execução
2002	Nova Aparecida	Pavimentação do itinerário de ônibus - Nova Aparecida- trecho 1	Licitação
2004	Habitação	Demandas na área de habitação	Execução

Demandas Sousas

Ano	Bairro	Demanda	Fase
2003	Sousas (Saúde)	Reforma e Ampliação de Centro de Saúde	Projeto
2002	Sousas (Saúde)	Centro de Reabilitação Física	Concluído
2002	Nova Sousas (Educação)	Reforma e ampliação - EMEF Ângela Cury Zákia	Licitação
2002	Sousas e J. Egídio	Construção de base regional da Guarda Municipal	Execução
2002	Imperial Parque e Jd. Conceição	Pavimentação do itinerário de ônibus do Imperial Parque e do Jd. Conceição	Licitação
2002	Jd. Conceição, Imperial Parque, N. Res. Jd. Conceição, Cristo Rei	Rede coletora de esgoto	Execução
2002	Sousas/J. Egídio	Interceptor- sistema Sousas/Joaquim Egídio	Projeto
2002	Sousas	Estação de tratamento de esgoto (ETE) - Sousas	Projeto
2002	Sousas	Estação elevatória e recalque-sistema Sousas/Joaquim Egídio	Projeto

Assistência Social

Ano	Segmento/Região	Demanda	Fase
2004	AR 3 Pq. São Quirino	Cessão de área em comodato à entidade SETA para construção de um Núcleo Comunitário de crianças e adolescentes	Concluído
2004	Atende toda a cidade	Ampliação dos trabalhos de geração de renda e grupos associativos, com cursos de formação para o trabalho, e investimentos na profissionalização e Capacitação de monitores	Projeto
2004	Cidadania Idosos	Implantação de Grupo de Vivência	Projeto
2004	Atende toda a cidade	Ampliação e maior investimentos para ONGs que desenvolvem atividades com adolescentes	Execução
2003	AR 10	Construção de Núcleo de Criança e Adolescente no Jd. Tamoio	Projeto
2003	AR 12	Construção de Centro Profissionalizante - Região do Ouro Verde	Projeto
2003	AR 13	Reforma e Ampliação do Centro Profissionalizante Homem de Mello Campo Grande	Problema c/ a área
2003	Nova Aparecida	Construção de Núcleo de Criança e Adolescente - Região da Vila Régio - Centro Profissionalizante vila Régia	Licitação
2003	Portadores de Defic. Fis. e Neces. Especiais	Contratação e formação de intérpretes para deficientes auditivos	Execução
2003	Atende toda a cidade	Ampliação e melhoria dos cursos de profissionalização	Execução
2002	Atende toda a cidade	Ampliação do Renda Mínima 2002/3	Concluído
2003	Atende toda a cidade	Ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Implantação de Bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Implantação do Mapa da Exclusão-Inclusão Social	Concluído
2002	Atende a cidade toda	Criação de Bolsa Incentivo para morador de rua	Concluído
2002	Atende a cidade toda	Criação de Casa Abrigo para morador de rua	Licitação
2002	Região do Jd. Icarai	Construção do Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente	Projeto
2002	Vila União	Reforma do Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente	Concluído
2002	Satélite Iris	Construção do Núcleo Comunitário de Criança e Adolescente	Projeto
2002	Atende a cidade toda	Criação do Programa de Estágio	Concluído
2002	Atende a cidade toda	Ampliação da infraestrutura operacional da Secretaria Municipal de Assistência Social	Concluído
2002	Portadores de Defic. Fis. e Neces. Especiais	Criação de Centro de Referência para Pessoas Portadoras de Deficiência	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Criação de serviço de capacitação continuada para Gestão Participativa	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Atendimento às famílias com crianças e adolescentes envolvidos no trabalho informal	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Criação de serviço para montagem de oficinas de geração de renda e grupos associativos	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Ampliação do atendimento ao desempregado	Licitação
2002	Atende toda a cidade	Ampliação do atendimento do Prorendas	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Projeto Intersetorial	Concluído
2002	Região Sul	Construção da CRAS Sul	Licitação
2002	AR 2	Reforma do Centro Profissionalizante João Coelho	Execução
2002	Atende toda a cidade	Criação do Bolsa Cidadania para adolescentes	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Capacitação e prevenção à violência doméstica contra a criança e o adolescente	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Ampliação do atendimento do Resgate	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Melhoria do Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social - SARES	Concluído
2002	Atende toda a cidade	Criação de um novo Conselho Tutelar	Concluído

Segmento Comunidade Negra

Ano	Segmento	Demanda	Fase
2004		Verba para Seminários e Assessoria Técnica e Jurídica para Regularizar a Documentação e a Vida das Entidades Negras Históricas	Não iniciado
2003		Estruturação do Projeto Milton Santos	Execução
		Implementação do Projeto SOS- discriminação	Concluído
		Aquisição de Espaços Físicos, Equipamentos e Material Permanente: Redimensionamento de Revitalização do Patrimônio Histórico, Memória e Identidade da Comunidade Negra/ Temática Cultura	Concluído
2002	Educação	Convênio com centros de estudos afro-asiáticos para realização de cursos, palestras, seminários e oficinas	Execução
	Cultura, Esporte e Lazer	Reforma e Revitalização do Patrimônio da Comunidade Negra Casa de Cultura Tainã Vila Pe Manoel da Nóbrega	Execução
	Cultura, Esporte e Lazer	Reforma e Revitalização do Patrimônio da Comunidade Negra- Aquisição de Espaço para o Instituto Cultural Babatologi no Pq. Jambêiro	Concluído

Segmento Homossexuais

Ano	Segmento	Demanda	Fase
2003	Educação	Recursos para educação de jovens e adultos	Concluído
	Educação	Capacitação e formação dos profissionais de educação para visando eliminar o preconceito em relação a jovens homossexuais	Concluído
	Saúde	Criar Serviços para Redução de Danos para Usuários de Silicone (Recursos Humanos)	Concluído
	Educação	Programa de inclusão educacional para homossexuais no Ensino Público Municipal	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Programa Anual de Afirmação da Cidadania Homossexual	Concluído
	Desenvolvimento Econômico	Reintegração ao Mercado Formal de Trabalho	Execução
			Centro de Referência Homossexual
2002	Segurança	Disque Defesa Homossexuais	Concluído

Segmento Idosos

Ano	Segmento	Demanda	Fase
2004	Assistência Social	Implantação de Grupos de Vivência	Projeto
2003	Saúde	Garantir fornecimento de Medicação de Uso Contínuo	Concluído
		Abastecimento da Cidade toda	
	Saúde	Aumentar Pessoal para a saúde do idoso - Recursos Humanos	Execução
2002	Cultura Esporte e Lazer	Projeto de Oficina Esportiva - Ioga - Grupo Andorinha	Concluído
	Cultura Esporte e Lazer	Projeto de Oficina Esportiva - Artesanato - Pintura em Tecido Taquaral, Padre Anchieta, Pq. Industrial, Novo Cambuí, Vila 31 de Março	Concluído
	Cultura Esporte e Lazer	- Projeto de Oficina Esportiva- Dança de Salão Taquaral, Pq. Industrial, Jd. Nova Torque	Concluído
		- Projeto de Oficina Esportiva- Artesanato, Reciclagem Taquaral, Vila Padre Anchieta, Pq. Industrial Novo Cambuí, Vila 31 de Março	
	Cultura Esporte e Lazer	Projeto de Oficina Esportiva - Matelassê - CVI Taquaral, Pe Anchieta, Pq Industrial, Edgar Ariani, VI 31 de Março	Concluído
	Cultura Esporte e Lazer	Projeto de Oficina Esportiva - Dança Aeróbica e Folclórica - Grupo Andorinha	Concluído
	Cultura Esporte e Lazer	Compra de Equipamentos para Atividades Físicas e Hidroginástica-Cidade Toda	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Cobertura da Quadra na Praça de Esportes Edgar Ariani - Novo Cambuí	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Roberto Ângelo Barbosa - V. 31 de Março	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Cobertura de Quadra no Centro Esportivo dos Trabalhadores - V. Pe Manoel da Nóbrega	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Carlos Grimaldi - Pq. Industrial	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Cobertura de Quadra e aquecimento da piscina da Praça de Esportes Ferdinando Panatoni - V. Joaquim Inácio	Concluído

Segmento Juventude

Ano	Segmento	Demanda	Fase
2004	Desenvolvimento Econômico	Geração emprego e renda: manutenção e ampliação programa 1º. Emprego	Execução
2003	Desenvolvimento Econômico	Programa de Geração de Emprego e Renda para Juventude com projeto vinculado ao CEPROCAMP- Bolsa primeiro emprego - atendimento de 100 Jovens	Concluído
	Cidadania Juventude	Viabilização de espaços de discussão e deliberação da Juventude (Seminários e Conferências que estimulem a participação política dos jovens)	Execução
	Cultura, Esporte e Lazer	Estúdio Público Municipal para utilização da Secretaria de Cultura e Grupos Organizados	Projeto
2002	Cultura, Esporte e Lazer	Construção de Centro de Juventude na Vila União	Execução
	Cultura, Esporte e Lazer	Instalação da Casa do Hip Hop	Concluído

Segmento Mulheres

Ano	Segmento	Demanda	Fase
2004	Desenvolvimento Econômico	Geração emprego e renda: manutenção e continuidade do projeto Casa de Oficina	Execução
2003	Saúde	Ampliação do atendimento à saúde da Mulher Recursos Humanos	Concluído
	Cultura, Esporte e Lazer	Contratação de Pessoal para Atividades Culturais -Artistas, Oficineiros, etc - Temática Cultura	Concluído
	Desenvolvimento Econômico	Programa de Geração de Emprego e Renda Mulheres - cooperativa Realidade de um Sonho	Execução
	Cidadania Mulheres	Curso de Cidadania e Formação (Oficina, Palestras, Cartilha e Divulgação)	Concluído

Portadores de Deficiência Física e Necessidades Especiais

Ano	Segmento/Região	Demanda	Fase
2004	Trânsito e Transporte	Criação de um sistema de transportes inclusivo contemplando os direitos de gratuidade para toda cidade	Licitação
2003	Educação	Execução de obras e manutenção corretiva e emergenciais das Unidades Educacionais, inclusive adaptações de espaços para PNE	Concluído
	Saúde	Garantir o Fornecedor de Órteses e Próteses - Abastecimento Convênio com AACD	Concluído
	Trânsito e Transporte	Aquisição de 4 vans para o transporte de usuários de cadeira de rodas	Concluído
	Assistência Social	Contratação e formação de intérpretes para deficientes auditivos	Execução
	Desenvolvimento Econômico	Criação de Cooperativas	Concluído
2002	Educação atende cidade toda	Adequação dos espaços físicos para portadores de necessidades especiais	Execução
	Assistência Social	Criação do Centro de Referência para Pessoas Portadoras de Deficiência	Concluído
	Educação	Adaptação das Unidades Escolares visando a acessibilidade	Concluído
	Educação	Aquisição de equipamentos e material	Concluído
	Trânsito e Transporte	Construção de rampas em vias públicas para portadores de necessidades especiais Centro	Concluído

CULTURA, ESPORTE E LAZER

Ano	Regiões	Demanda	Fase
2004	Bosque dos Jequitibás	Adequação do estacionamento do Bosque dos Jequitibás para atividades culturais e esportivas	Projeto
	AR 08 - Jd Nova Europa	Reforma e ampliação do atendimento na Praça de Esportes Pompeo de Vito	Projeto
	Joaquim Egídio	Aquisição de um veículo Van para desenvolver atividades no Centro Multifuncional Santa Maria e dotação de verbas para projetos nas áreas de educação ambiental	Projeto
	Atende toda a cidade	Ação cultural e esportiva descentralizada	Execução
2003	AR01	Revitalização de Prédios Históricos do Centro	Execução
	AR07 - Jd Campos Elíseos	Construção de Praça de Cultura, Esporte e Lazer- Canteiro da Av. Pres. Juscelino	Problema com área
	AR 08 - Pq. Jambeiro	Construção de Praça de Esportes	Execução
	Pq. da Figueira	Construção de Praça de Cultura, Esporte e Lazer	Projeto
	Joaquim Egídio	Reforma de Praça de Esportes- Centro de Joaquim Egídio	Projeto
	Nova Aparecida	Aquisição de Área para Construção de Centro de Esportes no Jd. Rosália I	Projeto
	Cidadania Mulheres	Contratação de Pessoal para Atividades Culturais (Artistas, Oficineiros, etc)/ Temática Cultura	Concluído
	Cidadania Homossexuais	Programa Anual de Afirmação da Cidadania Homossexual	Concluído
	Cidadania Comunidade Negra	Aquisição de Espaços Físicos, Equipamentos e Material Permanente: Redimensionamento de Revitalização do Patrimônio Histórico, Memória e Identidade da Comunidade Negra	Concluído
	Cidadania Juventude	Estúdio Público Municipal para uso da Secretaria de Cultura e Grupos Organizados	Projeto
2002	Cidadania Idosos	Reforma e Revitalização de Espaços Culturais e Esportivos: Cobertura da Quadra na Praça de Esportes Edgar Ariani Novo Cambuí	Concluído
	Cidadania Idosos Jd. Lafayette Álvaro	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Roberto Ângelo Barbosa Vila 31 de Março	Concluído
	Pq. Imperador	Construção de Praça de Esportes	Execução
	AR 03	Construção de Centro de Cultura e Esportes- Vila Costa	Execução
	Cidadania Idosos	Cobertura de Quadra no Centro Esportivo dos Trabalhadores Vila Pe Manoel da Nóbrega	Concluído
	Cidadania Idosos	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Carlos Grimaldi no Pq. Industrial	Concluído
	AR 07	Construção de Centro de Juventude Vila União	Execução
	Cidadania Juventude		
	AR 09- Cidadania Idosos	Cobertura de Quadra da Praça de Esportes Ferdinando Panatoni Vila Joaquim Inácio	Concluído
	Cidadania Idosos	Aquecimento de Piscina da Praça de Esportes Ferdinando Panatoni Vila Joaquim Inácio	Concluído
	AR 10	Reorganização de Espaços de Lazer - Jd. Tamoio	Execução
	AR 10	Reorganização de Espaços de Lazer- Jd. Carlos Lourenço	Execução
	AR 10	Reorganização de Espaços de Lazer- Jd. Baronesa e São	Projeto
	Barão Geraldo	Construção de Centro de Cultura e Esportes	Licitação
	Joaquim Egídio	Construção de Centro Comunitário Multifuncional- Fazenda Sta. Maria	Execução
	Cidadania Idosos	Projeto de Oficina Esportiva - Ioga - Grupo Andorinha AR 9	
	Cidadania Idosos	Projeto de Oficina Esportiva - Artesanato/ Pintura em Tecido Taquaral / Padre Anchieta/ Pq. Industrial / Novo Cambuí/ Vila 31 de Março	Concluído
	Cidadania Idosos	Reforma e Revitalização de Espaços Culturais e Esportivos - Projeto de Oficina Esportiva- Dança de Salão Taquaral, Pq. Industrial, Jd. Nova Torque	Concluído
	Cidadania Idosos	Projeto de Oficina Esportiva- Artesanato e Reciclagem Taquaral, Vila Padre Anchieta, Pq. Industrial, Novo Cambuí, Vila 31 de Março	Concluído
	Cidadania Idosos	Projeto de Oficina Esportiva - Matelassê no CVI Taquaral, Pe Anchieta, Pq Industrial, Edgar Ariani, VI 31 de Março	Concluído
	Cidadania Idosos	Projeto de Oficina Esportiva - Dança Aeróbica e Folclórica - Grupo Andorinha AR 9	Concluído
	Cidadania Idosos	Compra de Equipamentos para Atividades Físicas e Hidroginástica - atende Cidade Toda	Concluído
	Cidadania Juventude	Instalação da Casa do Hip Hop	Concluído
	Cidadania Comunidade Negra	Casa de Cultura Tainá Vila Pe Manoel da Nóbrega	Execução
	Cidadania Comunidade Negra	Reforma e Revitalização do Patrimônio da Comunidade Negra- Aquisição do Espaço para o Instituto Cultural Babatologi no Pq. Jambeiro	Concluído

EDUCAÇÃO

Ano	Regiões	Demanda	Fase
2004	AR 6	Construção do CEMEI do Parque Ozziel Parque Ozziel	Reg. Área
	AR10	Construção do CEMEI Lions Club na Vila Lemos	Projeto
	AR11	Construção do CEMEI do Parque Shalon Parque Shalon	Reg. Área
	AR13	Construção do CEMEI do Parque Itajá	Projeto
	Barão Geraldo	Construção ou aluguel de espaço para CEMEI no Real Parque	Reg. Área
2003	AR 2	Reforma na EMEI Prof. José Villagelim Neto no bairro Nova Campinas	Licitação
	AR 3	Reforma do CEMEI São João Batista no Pq. São Quirino	Execução
	AR 5	Reforma do telhado da EMEI Prof Herminia Ricci na Vila Pe. Manoel da Nóbrega	Licitação
	AR 6	Reforma de telhado da CEMEI Maria do Carmo Abreu Sodré na Vila Rica	Concluído
	AR 7	Reforma de telhado da EMEF Pe. Melico Barbosa no Pq. Tropical	Concluído
	AR 7	Reforma na EMEF Prof. Zeferino Vaz CAIC - Vila União	Licitação
	AR 8	Reforma na EMEF Humberto Alencar Castelo Branco no Jd Nova Europa	Execução
	AR 9	Reforma na EMEF Júlio de Mesquita Filho no Jd São Vicente	Execução
	AR 9	Reforma na EMEF Francisco Ponzio Sobrinho no Jd. Santa Odila	Execução
	AR 9	Reforma na EMEF Maria Luiza P. de Camargo no Jd. São Gabriel	Licitação
	AR10	Reforma de telhado da EMEF Floriano Peixoto na Vila Orozimbo	Concluído
	AR10	Reforma da EMEF Ciro Exel Magro no Jd. São Fernando	Execução
	AR10	Reforma do CEMEI Brígida Chinaglia Costa no Jd. Paranapanema	Execução
	AR11	Reforma do CEMEI Maria da Glória Martins no Pq. São Jorge	Concluído
	AR11	Reforma no CEMEI Cha II Sun Vila Boa Vista	Execução
	AR12	Reforma no CEMEI Thermutis Araújo Machado	Concluído
	AR13	Reforma de telhado na EMEF Clotilde Barraquet Von Zuben no Jd. Florence II	Concluído
	AR13	Reforma da EMEF Leão Vallerie no Parque Valença I	Execução
	AR13	Reforma na EMEF Edson Luis Chaves Jd. Santa Rosa	Execução
	AR14	Reforma do CEMEI Márcia Maria Otranto Jorge	Concluído
	Nova Aparecida	Reforma na EMEF Edson Luis Lima Souto	Licitação
	Programas Gerais	Aquisição de equipamentos de informática e monitores especializados	Concluído
	Programas Gerais	Curso de formação para conselheiros - Casa dos Conselhos	Concluído
	Temática Cidadania Juvent.	Ampliação do Projeto Escola é Nossa (escola aberta nos finais de semana) para mais 40 unidades do EMEF	Concluído
	Portadores de Nec. Especiais	Manutenção corretiva e emergencial das Unidades Educacionais, inclusive adaptações de espaços para portadores de deficiência física	Concluído
	Programas Gerais	Aquisição de material pedagógico, livros, jogos, brinquedos, material para Laboratório de ciências, fitas, filmagens	Concluído
	Cidadania Homossexuais	Recursos para educação de jovens e adultos - locação de imóvel para instalação de supletivo modular, ampliação de classes de suplência e aquisição de mobiliário	Concluído
	Cidadania Homossexuais	Capacitação e formação dos profissionais de educação	Concluído
	Programas Gerais	Serviço Aquisição de mobiliário, equipamentos e tecidos para suprir as unidades educacionais já existentes e setores da Secretaria Municipal de Educação	Concluído
	Programas Gerais	Ampliação de recursos para o Conta Escola - Ensino Fundamental	Concluído
	Cidadania Homossexuais	Programa de inclusão educacional para homossexuais no Ensino Público Municipal	Concluído
	Programas Gerais	Revitalização do acervo das bibliotecas escolares	Concluído
2002	AR 2	Reforma da EMEI Prof. Noemia Cardoso Asbahr - Jd Boa Esperança	Execução
	AR 2	Reforma da EMEF Raul Pila no Jd. Flamboyant	Licitação
	AR 3	Reforma da EMEI Recanto da Alegria no Jd. Nilópolis	Concluído
	AR 3	Reforma da EMEI - Prof. Rafael Andrade Duarte no Taquaral	Concluído
	AR 4	Reforma da EMEF Pe. Narciso Ehremberg no Jd São Marcos	Concluído
	AR 4	Reforma na EMEI Mário Gatti	Concluído
	AR 5	Reforma do CEMEI Vila Castelo Branco	Concluído
	AR 5	Reforma da EMEF Sílvia Simões Magro no Jd. Ipaussurama	Execução
	AR 6	Reforma da EMEF Geny Rodrigues no São Bernardo	Concluído
	AR 6	Desapropriação de área no Jd Icarai para execução de equipamentos	Concluído
	AR 6	Construção do CEMEI na Vila Palmeiras (Região de Viracopos)	Execução
	AR 6	Reforma do telhado da EMEF Humberto de Souza Melo no Jd. Bandeira II	Concluído
	AR 6	Reforma do CEMEI Annita Afonso Ferreira no Jd. São José	Licitação
	AR 6	Construção de CEMEI no Jd. Icarai	Projeto

EDUCAÇÃO

Ano	Regiões	Demanda	Fase
2002	AR 7	Reforma do CEMEI Maria Batrum Cury na Vila Perceú Leite de Barros	Execução
	AR 9	Reforma da EMEF Anália Ferraz no Jd. Amazonas	Concluído
	AR 9	Reforma de CEMEI - Zôe Bellochio no Jd. Sto Expedito	Execução
	AR 9	Reforma na CEMEI Ester Viana Vila Formosa	Concluído
	AR10	Reforma da EMEF Leonor Savi Chaib no Jd. Nova York	Execução
	AR10	Reforma do CEMEI Lions Clube Campinas Norte na Vila Lemos	Concluído
	AR11	Reforma da EMEF João Alves no Bairro Boa Vista	Concluído
	AR11	Construção de CEMEI no Pq. Via Norte	Licitação
	AR12	Reforma da EMEI Jd. Cristina	Concluído
	AR12	Reforma da EMEF Elza Pelegrini Aguiar no Pq. Dom Pedro II	Concluído
	AR12	Construção do CEMEI Jd. Ademar de Barros	Concluído
	AR12	Construção de CEMEI Jd. Aeronave	Execução
	AR12	Reforma do CEMEI Manoel Alves da Silva na Vila Aeroporto	Execução
	AR13	Construção do CEMEI no Pq. ría Floresta	Execução
	Barão Geraldo	Reforma da EMEF Dulce Bento Nascimento no Bairro Guará	Concluído
	Nova Aparecida	Construção do CEMEI no San	Execução
	Nova Aparecida	Construção do CEMEI Pe Anchieta	Execução
	Sousas	Reforma da EMEF Ângela Cury Zákia em Nova Sousas	Execução
	Programas Gerais	Aquisição de livros e equipamentos audiovisuais	Concluído
	Programas Gerais	Aquisição de mobiliário de equipamentos para suprir as unidades educacionais	Concluído
	Programas Gerais	Contratação de funcionários para ensino infantil e básico	Concluído
	Programas Gerais	Implantação de projeto de formação dos alunos - projeto de férias	Concluído
	Programas Gerais	Aquisição de material de educação física e artística	Concluído
	Programas Gerais	Aquisição de material pedagógico, playground, brinquedos	Concluído
	Programas Gerais	Ampliação de convênios e parcerias com creches comunitárias e entidades de educação infantil	Concluído
	Programas Gerais	Manutenção preventiva e emergencial dos espaços físicos da SME e FUMEC	Concluído
	Programas Gerais	Formação inicial e continuada dos profissionais	Concluído
	Programas Gerais	Revitalização do caráter educativo das bibliotecas públicas e escolares (compra de livros)	Concluído
	Programas Gerais	Fortalecimento da participação dos Conselhos de Escola (Encontro de Conselheiros da Educação, Encontro Regional dos Conselhos)	Concluído
	Programas Gerais	Descentralização administrativa e pedagógica do Núcleo de Ação Educ. Descentralizada (NAED) nas cinco regiões	Concluído
	Programas Gerais	Levantamento, registro e divulgação dos saberes e conhecimentos presentes nas comunidades educacionais	Concluído
	Cidadania Portadores de Necessidades Especiais	Adequação das espaços físicos para portadores de necessidades especiais	Concluído
	Programas Gerais	Construção, reforma e adequação de laboratórios de informática	Concluído
	Programas Gerais	Informatização de unidades educacionais - Concluído	
	Programas Gerais	Capoeira na escola - contratação de mestre de capoeira e aquisição de materiais específicos	Execução
	Cidadania Portadores de Necessidades Especiais	Adaptação da Unidade Escolar visando a acessibilidade	Concluído
	Programas Gerais	Capacitação e desenvolvimento de projeto de combate a violência com ênfase especial ao racismo e drogas	Concluído
	Cidadania Comunidade Negra	Convênio com centros de estudos afro-asiáticos para realização de cursos, palestras, seminários e oficinas	Execução
	Cidadania Portadores de Necessidades Especiais	Aquisição de equipamentos e material pedagógico	Concluído
	Programas Gerais	CEPROCAMP - Contrapartida de recursos federais	Concluído

Desenvolvimento Econômico

Ano	Segmento/Região	Demanda	Fase
2004	Produtos Rurais	Aquisição de área para o centro comunitário na região de Pedra Branca	Projeto
2004	Cidadania Juventude	Manutenção e ampliação programa 1º. Emprego	Execução
2004	Cidadania Mulheres	Manutenção e continuidade do projeto Casa de Oficina	Execução
2004	Economia Informal Cooperativas e Sindicatos	Fomento as cooperativas: equipamentos, serviços e espaço de trabalho	Projeto
2004	Indústria, Comércio e Microempresários	Ampliações das ações para sala do empreendedor	Projeto
2003	Indústria, Comércio e Microempresários	Implantação do Passe Desemprego	Concluído
2003		Criação do Banco do Povo	Concluído
2003		Aquisição de equipamentos para 8 cooperativas	Concluído
	Economia Informal, Cooperativas e Sindicatos	Criação da Sala do Empreendedor	Concluído
	Indústria, Comércio e Microempresas	Criação de cooperativas - PNE	Execução
	Cidadania, Portadores de Neces. Especiais. Cidadania Juventude	Preparação de locais de trabalho para as cooperativas (Construção de 3 barracões. Aluquel de 5 barracões. Construção de 1 quiosque)	Execução
	Economia Informal, Cooperativa e Sindicatos	Reforma do entorno do Terminal Central - Criação de Centro Popular de Compras	Concluído
	Cidadania Homossexuais	Reintegração ao Mercado Formal de Trabalho	Execução
	Cidadania Mulheres	Programa de Geração de Emprego e Renda Mulheres - Cooperativa Realidade de um sonho	Execução
	Cidadania Juventude	Programa de Geração de Emprego e Renda para Juventude com projeto vinculado ao CEPROCAMP- Bolsa primeiro emprego - atendimento de 100 Jovens	Execução
	Economia Informal Cooperativas e Sindicatos	Implantação de Programa de Coleta Seletiva do Lixo através de cooperativas	Concluído

Gestão

Ano	Demanda	Situação
2004	Capacitação do servidor-EGDS	Em Execução
2004	Reforma do Paço Municipal - parte elétrica	Em Licitação
2003	Projetos de Comunicação	Concluído
2002	Capacitação do Servidor Público	Concluído
2002	Modernização Administrativa	Concluído
2002	Recursos Humanos - Treinamento e Capacitação	Concluído
2002	Secretaria Finanças - Gestão Financeira e Tributária	Em execução
2002	Informatização	Concluído
2002	Defesa civil	Concluído

Habitação

Região	Fase / Bairros
Barão Geraldo	Em Execução - Recanto dos Pássaros
Nova Aparecida	Em Negociação com A RFFSA Renascença - Padre Josimo - Jd. Rosalia I - Jd. Rosalia II - Jd. Rosalia IV - São Luiz - Vila Francisca - Beira Rio Em Execução (SEHAB/CERF) Pq. Pinheiros - Renascença - 7 de Setembro - Chácara Anhanguera - Padre Josimo - Jd. Rosalia I - Jd. Rosalia II - Jd. Rosalia IV - São Luiz - Vila Francisca - Pq. Cidade Campinas - Beira Rio
Sousas	Em execução - N.R. Jd. Conceição
AR 2	Em execução - Núcleos Residenciais - VI. Brandina (cód 01) e (cód 11) - Novo Flamboyant - Jd. Guaraçai - Jd. Conceição Liria - São João da Vitória - Jd. Guaraçai - Jd. Dália
AR 3	Em execução - N.R. Independência - Cafuzinho - Getúlio Vargas - Pq. São Quirino / Rua Moscou - Pq. São Quirino - Praça 10 - V. Nogueira / Rua Luiza de Gusmão - N.R. Getúlio Vargas - N.R. Pq. Social Iza - Nilópolis (Cód. 08) - Gênese
AR 4	Em execução - São Marcos - Santa Mônica - Jd. Campineiro
AR 6	Em execução - N.R. 16 de Janeiro - Vila Lourdes - Jd. Santa Rita de Cássia Pq. Oziel / Gleba "B" - Jd. Monte Cristo - Jd. Santa Marta - RFFSA - Irmãos Sigrist - RFFSA - Ilhas do Lago I Em projeto - Condomínio Borba galo
AR 7	Em execução - Núcleos Residenciais: Nova Independência - Jd. Capivari - N.R. Jd. Capivari - Jd. Sapucaí - N. Paulicéia - Jd. N. Londres (Partes I e II) - V. Palácios (Partes I, II e III) - N.R. Jd. N. Londres (Parte I e II) - Vila Palácios (Parte I) - 02 de julho - N.R. Unidos Venceremos - N.R. Jd. Palmares II - N.R. Jd. Palmares I - N.R. Flores Novas - N.R. Jd. Yeda (Partes I e II)
AR 8	Em execução - Jd. Nova Europa
AR 9	Em execução - Bairro da Conquista (VI. Ipô) - Jd. Santo Expedito - Samambaia - Colina do Sol (VI. Formosa)
AR 10	Em execução - Santa Eudóxia (a - b - c) - Jd. Itáliaia - Paranapanema
AR 11	Em Estudos na CERF - Shalon II - Chico Amaral - Alto Boa Vista (Vila Lunardi) Em execução (SEHAB/CERF) - Shalon I - Shalon II - Chico Amaral - Universal I - Universal II - Boa Vista III - Boa Vista IV - Alto Boa Vista (Vila Lunardi)
AR 12	Em execução - Jd. Vista Nova - Jossara - Vila Tancredo Neves - São Pedro de Viracopos - Novo Dic I - Borghi - São Francisco II - Santos Dumont II - Mahfus - Parque Vista Alegre - Santo Antônio - Eldorado dos Carajás - Nossa Sra. Aparecida - Partes I e II - Pq. União da Vitória DIC V de Março - Aruanã - Jd. Rosalina - DIC V - DIC VI - N.R. Jd. Vista Nova - Borghi - Mahfuz - Pq. Vista Alegre - Parque União da Vitória - Dic V de Março (Cohab) - Aruanã (Cohab) - DIC VI (Cohab) - Vila Vitória II - N.R. Jd. Novo Sol - N.R. Santa Isabel - N.R. Pq. Universitário II - N.R. Universitário - Av. 06 - N.R. V. Princesa - Santos Dumont II - Aero-Aeroporto - Carlos Marighela (Cohab) - Zumbi dos Palmares (Cohab) - Chico Mendes / Dic V (Cohab) Em estudo - Vila Vitória I
AR 5/AR 13	Em execução - Satélite Íris I (ocupação) - Parque das Flores (ocupação) N. R. São Judas - União Popular - N. R. Maracanã
AR 5/AR 13 (Continuidade)	Em execução - Núcleos residenciais: Recanto dos Pássaros - Progresso - Novo Maracanã - Lisa I - Lisa II - Jd. Maracanã - Metonopolis - Princesa D' oeste - Jd. Florence II (Rua 15 e 138) - Três Estrelas - Boa Esperança (Ocupação) - Monte Alto (Ocupação) - Parque das Flores (Ocupação)

Construção de unidades habitacionais

Região	Fase / Bairros
Barão Geraldo	Em Execução - Recanto dos Pássaros
AR 4	Em execução - Vila Esperança
AR 9	Em execução - Bairro da Vitória (V. Georgina)
AR 10	Em execução - Vila Orozimbo Maia - Área de Risco da AR 10
AR 13	Em licitação - N. R. Pirelli (lixão)

Topografia

Região	Fase / Bairros
Barão Geraldo	Concluída - Jd. America - Recanto dos Pássaros I
Nova Aparecida	Pq. Pinheiros
AR 2	Concluída - Jd. Guaraçai - VI. Brandina (cód 01 e 11) - São João da Vitória
AR 3	Concluída - N.R. Getúlio Vargas - VI. Nogueira / Rua D. Luiza de Gusmão
AR 4	Concluída - Campineiro - Santa Monica - São Marcos - São Marcos - Santa Mônica - Jd. Campineiro
AR 6	Concluída - Pq. Oziel - Monte Cristo - N.R. 16 de Janeiro (Jd. Lago I) - Vila Lourdes - Santa Marta - Irmãos Sigrist - Jd. do Lago I e Lago II - Em licitação Jd. Andorinhas (R. Vinhais) - Camboriú - Santa Cruz / Santa Rita - Jequitibás Em licitação - Pq. Jambeiro - Nova Europa
AR 7	Concluída - N.R. Jd. N. Paulicéia - Partes I - Em licitação Parte II Concluída - N.R. Jd. Sapucaí Em licitação - Flores Novas (Jd. Roseiras)
AR 9	Concluída - Jd. Samambaia - N.R. Colina do Sol (VI. Formosa)
AR 10	Jd. Santa Eudóxia (a - b - c) - Jd. Itáliaia - Jd. Carlos Lourenço - Jd. Paranapanema - Jd. Tamolo

Habitação

Região	Fase/Bairros
AR 11	Em licitação - Universal II - Universal III - Boa Vista IV - Boa Vista III
AR 12	Concluída - N.R. V. Tancredo Neves - Pq. União do Vitória - N. DIC I - Parque União da Vitória Em licitação - Dic I / Serra - Núcleos Residenciais: Jd. Ouro Verde - Acro Aeroporto - 10 de Março - Planalto Viracopos
AR 5/AR 13	Concluída - Núcleos Residenciais: Recanto dos Pássaros - Princesa D' oeste - Progresso - Novo Maracanã - Lisa I - Lisa II - Jd. Maracanã Boa Esperança (Ocupação) - Monte Alto (Ocupação) - Metopolis

Projetos de Urbanização

Regiões	Fase / Bairros
Barão Geraldo	Concluída - Jd. America - Recanto dos Pássaros I Em projeto - Jd. America - Novo Pq. Real - Recanto dos Pássaros I
AR 2	Em execução - São João da Vitória - VI. Brandina (cód 01 e 11) - Jd. Conceição / Liria - Jd. Novo Flamboyant
AR 3	Concluído - VI. Brandina (cód 01) e (cód 11) - Jd. Guaraçai Em execução - N.R. Getúlio Vargas - N.R. Jd. Nilópolis
AR 6	Em execução - Jd. Monte Cristo e Gleba "B" e Pq. Oziel
AR 7	Em execução - N.R. Jd. Sapucaí - N.R. Capivari - N.R. N. Independência
AR 9	Concluído - Bairro da Vitória / VI. Georgina Em execução - Colina do Sol (VI. Formosa) A ser licitado - Santo Expedito - Jd. Centenario
AR 10	Concluído - Jd. Paranapanema
AR 12	Em execução - São Pedro de Viracopos - N.R. Jossiana - N. DIC I
AR 5 e AR 13	Concluído - N.R. Recanto dos Pássaros Em execução - Núcleos Residenciais: Progresso - Novo Maracanã - Lisa I - Lisa II - Jd. Maracanã - Metopolis - Princesa D' oeste - Boa Esperança (ocupação) - Monte Alto (Ocupação)

Reassentamento

Regiões	Fase / Bairros
Barão Geraldo	Execução - Rec. dos Pássaros II - Projeto - Rec. dos Pássaros I (Parcial) Em projeto - Jd. America - Novo Pq. Real - Recanto dos Pássaros I
Nova Aparecida	Em execução - Beira Rio II - São Geraldo - Pq. Cidade Campinas Sousas Em projeto - Beco de Sousas - N. R. Jd. Conceição
AR 2	Em execução - São João da Vitória
AR 3	Em execução - VI. Nogueira / Rua Luiza de Gusmão - Pq. São Quirino / Rua Moscou - N.R. Pq. Dom Bosco
AR 4	Em execução - Em execução - São Marcos - Recanto Fortuna - Santa Mônica - Campineiro
AR 6	Em projeto - N.R. N. Independência - N.R. Jd. Sapucaí - Vila Palácios - Parte I - 02 de Julho - N.R. Unidos Venceremos - N.R. Jd. Palmares II - N.R. Flores Novas - N.R. Jd. Yoda - Partes I e II
AR 10	Em projeto - Jd. Santa Eudóxia (a - b - c) - São Fernando - Jd. Itatiaia - Jd. Tamoio - Reassentamento
AR 11	Em execução - Shalon I Shalon II - Chico Amaral (Parcial)
AR 12	Em projeto - N. Dic I - N.R. Jossiana N.R. V. Tancredo Neves / São Pedro de Viracopos - Jd. Santo Antônio - V. Todescan - Eldorado dos Carajás - Nossa Sra. Aparecida - Partes I e II - Jd. São Francisco II - Jd. Rosalina (Cohab) - 10 de Março - DIC I - Serra - Jd. Ouro Verde - Vila Vitória I - Vila Vitória II - Paraíso de Viracopos - Carlos Marighela (Cohab) - Aero-Aeroporto - Santos Dumont II - N.R. V. Princesa - N.R. Universitário - Av. 06 - N.R. Pq. Universitário II - N.R. Santa Isabel - N.R. Jd. Novo Sol

Conceção de Títulos

Região	Fase / Bairros
Nova Aparecida	Em execução - Beira Rio
AR 2	Em execução - Jd. Conceição/Liria - VI. Brandina (cód 01 e 11) - Jd. Guaraçai - Jd. Novo Flamboyant
AR 3	Em execução - N.R. Jd. Nilópolis - N.R. Gênese - VI. Nogueira / Rua Luiza de Gusmão - Pq. São Quirino / Rua Moscou - Pq. São Quirino - Praça 10 - Gênese - Pq. Social Isa
AR 4	Em execução - Campineiro - Santa Monica - São Marcos
AR 5/AR 13	Em execução - Núcleos Residenciais: Recanto dos Pássaros - Progresso - Novo Maracanã - Lisa I - Lisa II - Jd. Maracanã - Metopolis - Princesa D' oeste - Boa Esperança (Ocupação) - Monte Alto (Ocupação)
AR 6	Em execução - V. Lourdes e Santa Rita de Cássia
AR 9	Em execução - Bairro da Vitória - V. Georgina - Jd. Santo Expedito - Colina do Sol (VI. Formosa)
AR 10	Em execução - Jd. Santa Eudóxia (a - b - c) - São Fernando - Jd. Itatiaia - Jd. Paranapanema - Jd. Tamoio - Jd. Paranapanema

Cadastro Social

Região	Fase / Bairros
Barão Geraldo	Concluído - Recanto dos Pássaros
Nova Aparecida	Concluído - Pq. Pinheiros - Pq. Cidade de Campinas

Habitação

Regiões	Fase/Bairro
Nova Aparecida	Concluído - Renascença - São Geraldo- Jd. Rosalia II - Jd. Rosalia IV São Luiz - Vila Francisca - Beira Rio II
AR 2	Concluído - Vi. Brandina (cód 01) e (cód 11) - Jd. Guaraçai - Jd. Novo Falmboyant - Jd. Conceição / Líria - Em execução - São João da Vitória
AR 3	Concluído - N.R. Getúlio Vargas - N.R. Pq. Social Iza - Pq. São Quirino / Rua Moscou - Vi. Nogueira / Rua D. Luiza de Gusmão - N.R. Jd. Nilópolis - Pq. São Quirino - Praça 10
AR 6	Em execução - N.R. 16 de Janeiro - Vila Lourdes - Jd. Santa Rita de Cássia Condomínio Barba Gato - Jd. do Lago I Concluído - Pq. Oziel / Gleba "B" - Jd. Monte Cristo - Jd. Sta. Marta - Irmãos Sigrist - Ilhas do Lago - Colina do Sol - Jd. do Lago II - Centenário
AR 7	Concluído - R. N. Independência - N.R. Jd. Sapucaí - Vila Palácios Parte I, II e III - Flores Novas (Jd. Roseiras) - Jd. N. Aliança - Sta. Teresinha - (Paraíso de Viracopos II) - Palmares I e II - N.R. Jd. Londres I e II (Parte I - concluído - Parte II - em execução)
AR 8	Em execução - N.R. Jd. Capivari
AR 9	Em execução - Jd. Nova Europa
AR 10	Em execução - Bairro da Conquista - Jd. Santo Expedito - Jd. Samambaia Bairro da Vitória
AR 10	Concluído - Jd. Santa Eudóxia (a) - Jd. Tamoio- Paranapanema (ocupação) - Jd. Andorinhas (R. Pinhais) Em projeto - Jd. Santa Eudóxia (b e c) - São Fernando (a - b) - Itatiaia - Paranapanema (favela) - Jd. Carlos Lourenço
AR 11	Concluído - Boa Vista III e Boa Vista IV
AR 12	Concluído - Universal I - Universal II - Universal III - Shalon II - Shalon III - Chico Amaral Concluído - N.R. Jd. Novo Sol - Parte I - N.R. Jd. Novo Mauro Marcondes - Parte I - Jd. Shangai - I, II e III - Jd. São Cristóvão II - Jd. Aero- Aeroporto - Jd. Planalto de Viracopos I - Rua 07 e Av. 22 - Novo Dic I - Jd. Ouro Verde - 28 de Fevereiro 10 de Março - Jd. Planalto de Viracopos II - Jd. Paraíso de Viracopos I, II e III - Jd. Ademar de Barros - (Jd. Primavera II) - Dic I (Serra) - Borgh - Novo Planalto - São Pedro de Viracopos - Parque União da Vitória Em execução - Jd. Novo Sol - Parte II - Vila Vitória - Pq. Vista Alegre
AR 5/AR 13	Concluído - Parque das Flores (Ocupação) - Parque Florestal (ocupação) - Monte Alto (Ocupação) - Satélite Iris I (Ocupação) - Morro São Judas- Colina Verde - Campa Grande (Ocupação) - Jd. Rossim (Ocupação) - Parque Iris - Cosmos (Ocupação) - Progresso (Ocupação) - Alto do - Ipaussurama (Ocupação) - Campina Grande - Satélite Iris III (Ocupação Fepasa) Em execução - Boa Esperança (Ocupação) - União Popular

Continuação de obras e serviços

Região	Fase / ação
AR 4 - V. Esperança	Em execução - Construção de Unidades Habitacionais Em execução - Ligações de Água e Luz individual Concluído - Construção de Muros de Arrimo
AR 3	Em execução - N.R. Getúlio Vargas
AR 4	Concluído - (Construção de Muros de Arrimo) S. Marcos - Sta Monica - Campineiro V. Esperança

Negociação de área

Região	Fase / ação
AR 6	Em execução - Pq. Oziel e Monte Cristo

Obras de infraestrutura

Região	Fase / ação
AR 2	Em projeto - São João da Vitória - Jd. Conceição / Líria - Jd. Novo Falmboyant
AR 7	Em execução - N.R. N. Independência (Galeria de águas pluviais -Av.01) Em projeto - N.R. Jd. N. Londres - Parte II - N.R. Jd. Sapucaí - N.R. N. Independência - N.R. Jd. N. Paulicéia (Partes I e II)
AR 10	Em projeto - São Fernando - Jd. Itatiaia - Jd. Tamoio

Assessoria Jurídica

Região	Fase / ação
Sousas	Encaminhamento em estudo (Sehab / Cerf e SNJ) - N.R. Cristo Rei

Balanco da Temática de Habitação no OP - Demandas

Reestruturação da Sehab	Aquisição de Mobiliário para a Sede. Melhoria das Instalações da Sehab para o prédio da Rua São Carlos, 677. Contratação de serviços de Transportes para as cinco Coordenadorias Setoriais. Aquisição de Computadores e Impressoras . Aquisição de Fax Aumento do quadro de pessoal: Assistente Social -Engenheiro Civil - Assessoros Técnicos -Assistente Administrativo -Técnico Agrimensor - Motorista -Ajudante de Manutenção. Aquisição de softwares AutoCad e software Microsoft Office. Aquisição de Equipamento Técnico p/Topográfica -(Estação Total de Topografia) Criação da Coordenadoria Especial de Habitação Popular - CEHAP. Remanejamento para a estrutura da Sehab da Coordenadoria Especial de Regularização Fundiária
-------------------------	--

Saúde

Ano	Região/Segmento	Demanda	Fase
2004	AR 6 - Campo Belo	Módulo de saúde-PAIDÉIA	Projeto
2004	Pq. Vista Alegre AR - 12	Construção de centro de saúde	Licitação
2004	Jardim Santa Rosa - Ar13	Módulo de Saúde - PAIDÉIA	Projeto
2003	Ipaussurama - AR 05	Reforma e Ampliação do Centro de Saúde	Licitação
2003	Pq. da Figueira - AR 8	Reforma do Centro de Saúde	Concluído
2003	Paranapanema - AR 10	Ampliação de Centro de Saúde	Final de Licitação
2003	AR 11	Recursos Humanos Aumentar pessoal no Centro de Saúde	Execução
2003	AR 12	Desapropriação de área para o Hospital Ouro Verde	Execução
2003	Barão Geraldo	Recursos Humanos Aumentar pessoal no Centro de Saúde	Execução
2003	Nova Aparecida Jd. Rosália	Construção de Módulo de Saúde	Projeto
2003	Sousas	Reforma e Ampliação de Centro de Saúde	Projeto
2003	Programas gerais	Obra Ampliação e Adequação de Leitos de UTI/Hospital Mário Gatti	Concluído
2003	Cidadania Homossexuais	Recursos Humanos - Criar Serviços para Redução de Danos para Usuários de Silicone	Concluído
2003	Programas gerais	Reestruturar os Serviços de Manutenção Predial de equipamentos e de Veículos, Investindo na Manutenção Preventiva	Concluído
2003	Programas gerais	Garantir o Abastecimento Interupto de Medicamentos - Ampliar a Quantidade dos Itens fornecidos	Concluído
2003	Cidadania Idosos	Garantir fornecimento de Medicação de Uso Contínuo	Concluído
2003	Cidadania Portadores de Deficiência Física e Necessidades Especiais	Garantir o Fornecimento de Órteses e Próteses - Abastecimento - Convênio com AACD	Concluído
2003	Cidadania Idosos	Recursos Humanos Aumentar Pessoal para a Saúde do Idoso	Execução
2003	Programas gerais	Recursos Humanos Completar e Ampliar Equipes de Saúde	Execução
2003	Cidadania Mulheres	Recursos Humanos Ampliação Atendimento à saúde da Mulher	Execução
2003	Programas gerais	Aperfeiçoar o Sistema de Urgência e Emergência - Frota de Ambulâncias e Ampliar o Transporte de Crônicos	Concluído
2003	Programas gerais	Garantir o Atendimento da Demanda de Especialidades	Concluído
2003	Programas gerais	Aumentar o número de leitos de UTI, Enfermaria e Ambulatório de Especialidades do Mário Gatti PS Infantil	Concluído
2003	Programas gerais	Reforma da Santa Casa - Poli II	Não iniciado
2002	AR 02 - V. 31 de Março	Construção do Centro de Saúde	Execução
2002	Atende AR 05 e AR 13	Construção de CAPS Integração	Execução
2002	AR 06 - Jd São José	Construção de PA (Pronto Atendimento) - São José	Concluído
2002	São Bernardo - AR 06	Construção do Centro de saúde	Projeto
2002	AR 07 - Vila União	Construção do centro de saúde - Vila União	Projeto
2002	atende AR 06 AR 8	Construção de CAPS SUL- Pq. Prado	Execução
2002	AR 09 e AR 10	Construção do Centro de Saúde	Licitação
2002	AR 10 - Carlos Lourenço	Reforma e Ampliação de Centro de Saúde	Execução
2002	AR 11 - Jd. Aurélia	Reforma e Ampliação do Centro de Saúde	Execução
2002	AR 11 - Jd. Eulina	Reforma e Ampliação do Centro de Saúde	Projeto
2002	AR 12 - Jd. Ouro Verde	Construção do Laboratório Municipal de Patologia Clínica e Centro de Diagnóstico por Imagem	Concluído
2002	DIC I	Reforma e Ampliação do Centro de Saúde - São Cristóvão	Licitação
2002	AR 13 - Jd. Satélite Iris	Construção do Centro de Saúde	Projeto
2002	Parque Iatajai	Construção do Centro de Saúde	Concluído
2002	Joaquim Egídio	Construção do Centro de Saúde	Execução
2002	Sousas	Construção de Centro de Reabilitação Física	Concluído
2002	Programas Gerais Idosos e Juventude	Melhoria de Atendimento, aumento de medicamentos, material de consumo, contratação pessoal, aquisição / reforma de mobiliários, campanhas publicitárias, preventivas nas ARs 03, 04, 05, 06, 07, 09, 13 e Sousas	Concluído